

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

**WILLIAM RICARDO VIDAL MARINHO**

**A MONARQUIA É ELA: A FUNÇÃO POLÍTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS EM  
UMA FORMA DE GOVERNO**

Porto Alegre

2016

**WILLIAM RICARDO VIDAL MARINHO**

**A MONARQUIA É ELA: A FUNÇÃO POLÍTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS EM  
UMA FORMA DE GOVERNO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social – Relações Públicas, a ser apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas.

**Orientadora: Prof. Dra. Ana Karin Nunes**

Porto Alegre

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado A monarquia é ela: a função política de relações públicas em uma forma de governo, de autoria de William Ricardo Vidal Marinho, estudante do curso de Relações Públicas, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 15 de junho de 2016.

Assinatura:

Prof. Dra. Ana Karin Nunes

William Ricardo Vidal Marinho

**A MONARQUIA É ELA: A FUNÇÃO POLÍTICA DE RELAÇÕES PÚBLICAS EM  
UMA FORMA DE GOVERNO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
à Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul para obtenção do grau de  
Bacharel em Relações Públicas.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. Ana Karin Nunes (Orientadora)

---

Prof. Dr. Rudimar Baldissera

---

Prof. Dra. Helenice Carvalho

Porto Alegre, 27 de junho de 2016.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, que me deu forças para concluir mais esse objetivo na minha vida, mediante todos os obstáculos que surgiram nessa trajetória. Sem a fé atribuída a ele, eu não teria conseguido.

À professora Ana Karin Nunes, orientadora que eu escolhi antes mesmo de conhecer, e que aceitou o desafio de me orientar em um tema tão peculiar. Agradeço pela compreensão, paciência, conselhos e pela amizade construída durante a monografia. Que essa amizade permaneça e continue para além da Universidade.

Aos meus pais, Cleonice e Gilnei, pelo amor incondicional, pelos esforços realizados para me oferecer sempre o melhor dentro do possível, e que morando longe, suportaram minha ausência, mas apoiaram e incentivaram cada etapa dessa monografia e também da graduação.

Aos meus avós, em especial a minha avó Carmem, pelo amor e carinho, mas também pelo suporte fornecido durante toda a graduação, que fez com que eu me mantivesse tranquilo em diversos momentos para estudar.

À Luana, ao Felipe e a Marina, amigos do meu coração e as pessoas mais incríveis desse mundo que tive a chance de conhecer durante a graduação. O quarteto que formamos, e pelo qual somos conhecidos, é a prova de uma amizade verdadeira, repleta de amor, parceria, compreensão e verdade.

À Luiza, melhor madrinha de faculdade que eu poderia ter escolhido, por todas as conversas e incentivo durante a monografia, mas também ao longo da graduação, pela companhia nos almoços de domingo e por ter se tornado uma amiga tão especial.

Ao Diego e ao Guilherme, por aguentarem o meu humor e as minhas noites acordado fazendo barulho pelo apartamento, mas principalmente por estarem sempre preocupados, incentivando a conclusão dessa etapa. Em especial, ao Guilherme, pela companhia e apoio constante, pelas correções realizadas e pelos cafés, que foram fundamentais durante todo esse processo.

À Amanda, amiga, irmã de alma, pelo incentivo durante a elaboração dessa monografia, por estar sempre disposta (principalmente, durante as madrugadas) para conversar e rir das dificuldades encontradas, mas superadas.

À Tatiane, Ingrid e Aline, futuras publicitárias de sucesso, que acolheram um

futuro relações públicas entre elas, pela amizade, atenção e carinho de sempre.

Aos colegas do TCE-RS, Luan, Sabrina, Laís, Tatiana e Cibele pelo apoio, pelas trocas, por ouvirem minhas reclamações e vibrarem comigo nos momentos de euforia durante o processo de elaboração da monografia.

Às gurias do WhatsApp, Marcela, Natalia e Manoela, pela amizade construída, pelas lágrimas, risos, aflições, dúvidas, certezas (entre outros detalhes) compartilhados em cada conversa. Vocês foram a prova de que a monografia só é um trabalho solitário, quando não se tem amigos por perto.

E por último, mas não menos importante, a mim. Por não ter desistido.

“Não devemos nos levar muito a sério. Ninguém tem o monopólio da sabedoria” (RAINHA ELIZABETH II DA INGLATERRA).

## RESUMO

O estudo aborda a função política de relações públicas em uma forma de governo. Nessa perspectiva, compreende-se que o sistema governo-sociedade corresponde ao sistema organização-públicos, no qual operam bases de poder, evidenciadas por meio de argumentos históricos e discursivos, que garantem estabilidade ao sistema. O objetivo geral é analisar a Monarquia Britânica como uma organização que se mantém através das bases de poder legítima e retórica, especialmente pelo mito Rainha Elizabeth II, na perspectiva da função política de Relações Públicas. Do ponto de vista metodológico fez-se uso da pesquisa bibliográfica, do estudo de caso, das técnicas de pesquisa documental e análise dos dados. A pesquisa bibliográfica auxiliou na compreensão de temas como organização, formas de governo, bases de poder da função política e mito. O estudo de caso buscou explorar o objeto Monarquia Britânica e a Rainha Elizabeth II como mito. Já a pesquisa documental possibilitou a coleta de informações no *website The Royal Family*, canal de comunicação oficial da Monarquia Britânica. A análise se deu a partir das informações coletadas, à luz da pesquisa bibliográfica, a fim de atingir os objetivos da pesquisa. Como resultado, percebeu-se que a Monarquia Britânica pode ser considerada uma organização, a qual gerencia sua função política, especialmente através do mito Rainha Elizabeth II, obtendo cooperação e legitimidade perante a sociedade.

**Palavras-chave:** Função Política. Bases de poder. Monarquia Britânica.

## ABSTRACT

The study approaches the political role of public relations in a system of government. In this perspective, it is understandable that the system government-society matches the system organization-public, in which power foundations operate, evidenced by historical and discursive arguments, ensuring the system's stability. The general objective is to analyze the British Monarchy as an organization that remains through legitimate and rhetorical power foundations, especially by the myth Queen Elizabeth II, in the perspective of Public Relations political role. In the methodological point of view, the bibliographical research, the case study, the data analysis and the documental research were used. The bibliographical research helped the understanding of subjects such as organization, systems of government, power foundations of political roles and myth. The case study seek to explore the object British Monarchy and the Queen Elizabeth II as a myth. In the meantime, the documental research enabled to gather information from The Royal Family website, the British Monarchy official communication channel. The speech analysis happened from the information gathered, with the purpose of reaching the study's goal. As a result, it is noticeable that the British Monarchy can be considered an organization that manages its political role, especially through the myth Queen Elizabeth II, obtaining cooperation and legitimacy towards the society.

**Keywords:** Political role. Power foundations. British Monarchy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – História e Tradições da Monarquia Britânica.....	59
Figura 2 – A Linha de Sucessão .....	61
Figura 3 – A Família Real.....	62
Figura 4 – Os servidores do Estado .....	63
Figura 5 – Departamentos da organização Monarquia Britânica.....	64
Figura 6 – Departamentos da organização Monarquia Britânica.....	65
Figura 7 – Finanças Reais.....	66
Figura 8 – Trabalhando para nós .....	68
Figura 9 – A experiência de trabalho na Casa Real .....	69
Figura 10 – Depoimento de uma servidora sobre a sua carreira na organização Monarquia Britânica .....	70
Figura 11 – Depoimento sobre a organização Monarquia Britânica .....	71
Figura 12 – Depoimento sobre a organização Monarquia Britânica.....	71
Figura 13 – O Papel da Monarquia Britânica.....	72
Figura 14 – O Papel da Monarquia Britânica.....	73
Figura 15 – O Papel da Monarquia Britânica.....	74
Figura 16 – Apoio e patrocínio da Monarquia Britânica a instituições de caridade ...	76
Figura 17 – Site Oficial da Monarquia Britânica .....	78
Figura 18 – Página no Facebook da Monarquia Britânica.....	79
Figura 19 – Twitter oficial da Monarquia Britânica.....	80
Figura 20 – Instagram Oficial da Monarquia Britânica.....	82
Figura 21 – Canal do YouTube Oficial da Monarquia Britânica.....	83
Figura 22 – A coroação da Rainha Elizabeth II .....	85
Figura 23 – Foto da Rainha Elizabeth II após a coroação.....	89
Figura 24 – Abertura Oficial do Parlamento Britânico .....	90

Figura 25 – A coroa da Rainha.....	91
Figura 26 – Sua Majestade, a Rainha.....	94
Figura 27 – A Rainha e as informações.....	96
Figura 28 – Tela inicial do <i>website The Royal Family</i> .....	97

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 FUNÇÃO POLÍTICA E FORMAS DE GOVERNO</b> .....	16
2.1 ORGANIZAÇÕES E FUNÇÃO POLÍTICA .....	17
2.2 A GESTÃO DA FUNÇÃO POLÍTICA.....	21
2.3 A FUNÇÃO POLÍTICA EM FORMAS DE GOVERNO.....	26
2.4 MONARQUIA E BASES DE EXERCÍCIO DE PODER.....	30
<b>3 O MITO NA FUNÇÃO POLÍTICA DA MONARQUIA</b> .....	36
3.1 BASES DE PODER E MITO NA FUNÇÃO POLÍTICA .....	36
3.2 FUNÇÕES DO MITO.....	41
3.3 O MITO NA MONARQUIA BRITÂNICA.....	45
3.4 A GESTÃO DA FUNÇÃO POLÍTICA NA MONARQUIA ATRAVÉS DO MITO....	50
<b>4 A MONARQUIA BRITÂNICA: ORGANIZAÇÃO, FUNÇÃO POLÍTICA E MITO</b> ...	53
4.1 METODOLOGIA.....	53
4.2 A ORGANIZAÇÃO MONARQUIA BRITÂNICA – HISTÓRICO, ESTRUTURA E SUJEITOS.....	58
<b>4.2.1 A comunicação na Monarquia Britânica</b> .....	75
4.3 AS BASES DE PODER LEGÍTIMA E RETÓRICA COMO FORMADORAS DO MITO .....	84
<b>4.3.1 Base Legítima</b> .....	85
<b>4.3.2. Base Discurso</b> .....	93
4.4 LIÇÕES DA MONARQUIA BRITÂNICA PARA A ÁREA DE RRPP .....	99
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105

## 1 INTRODUÇÃO

Elizabeth II tem o reinado mais longo da história da Monarquia Britânica. Ela ultrapassou a marca de sua tataravó, a Rainha Vitória, que reinou por quase 64 anos, no dia 9 de setembro de 2015. Atualmente, aos 90 anos de idade, ela é a monarca mais velha a manter a Coroa. A Rainha é chefe de Estado do Reino Unido e de outros 15 países, além da *Commonwealth*, uma associação voluntária de 53 nações.

Coroada no dia 2 de junho de 1953, Elizabeth II acompanhou inúmeros fatos históricos, como a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, além de tragédias, crises e perdas, principalmente na década de 1990. Ao longo desse período, o momento mais crítico do reinado de Elizabeth II foi marcado pela morte da Princesa Diana, em 1997, no qual a Rainha mostrou-se contrária à vontade de seus súditos pela primeira vez. Porém, para resolver a crise institucional, ela teve de ceder e concedeu à Diana um enterro digno de uma Alteza Real, título que havia perdido com o divórcio. Um dia antes do funeral de Diana, a Rainha, que pouco se pronuncia, fez um discurso à nação em que ressaltou seus sentimentos pela Princesa e pelos netos, William e Harry.

O discurso e o tempo surtiram efeito. Ao longo dos anos 2000, as críticas à Monarquia Britânica diminuíram. Parte disso, em razão do casamento do Príncipe William com a plebeia Kate Middleton e ao nascimento dos bisnetos da Rainha, Príncipe George e Princesa Charlotte. Certo é que a Monarquia Britânica escapa a corrosão dos anos e ainda é motivo de interesse para milhões de turistas que visitam o Reino Unido, assim como para curiosos que buscam entender como essa forma de governo se mantém e o que a Rainha Elizabeth II representa para ela.

Desse contexto, aliado à identificação do pesquisador com a teoria da função política, proposta por Simões (1995), que define a atividade de Relações Públicas como a responsável por legitimar as decisões organizacionais, estando também relacionada às relações de poder em um sistema organização-públicos, nasceu este estudo. O problema de pesquisa que motivou o trabalho de conclusão de curso foi assim construído: É possível considerar a Monarquia Britânica como uma organização, na perspectiva da função política de Relações Públicas?

Frente ao problema, desdobrou-se o objetivo geral de analisar a Monarquia Britânica como uma organização que se mantém através das bases de poder

legítima e retórica, especialmente pelo mito Rainha Elizabeth II, na perspectiva da função política de Relações Públicas. A fim de alcançar esse objetivo, traçaram-se como objetivos específicos: 1) compreender a Monarquia Britânica como uma organização que possui uma função política; 2) analisar como os discursos das bases de poder legítima e retórica contribuem para a formação e legitimação do mito Rainha Elizabeth II; e 3) identificar elementos na gestão da função política da Monarquia Britânica que contribuam para o repensar das práticas de Relações Públicas em outros tipos de organização.

Além dos motivos pessoais do pesquisador para a escolha do tema, a realização deste estudo se justifica pela compreensão de outros formatos de organização em que a função política de Relações Públicas existe e pode atuar, além de empresas privadas, por exemplo. Justifica-se também pelo aprofundamento das bases conceituais propostas por Simões (1995; 2001), sobre a teoria da função política, que na visão do pesquisador deste estudo, infelizmente, ainda é pouco utilizada por acadêmicos de Relações Públicas. Ressalta-se, contudo, que os conceitos abordados neste estudo são apenas um recorte do que propõe o pesquisador Roberto Porto Simões.

Para alcançar os objetivos traçados, do ponto de vista metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, para a revisão teórica dos conceitos de organização, formas de governo, mito, assim como da teoria da função política. O estudo de caso também foi utilizado para estudo da Monarquia Britânica, assim como da Rainha Elizabeth II. Já em relação às técnicas de pesquisa, utilizou-se da pesquisa documental no *website The Royal Family*, canal oficial de comunicação digital da Monarquia Britânica, escolhido para a coleta de informações que buscam sustentar a Monarquia como uma organização, com uma função política e, portanto, com informações que constituam as bases de poder legítima e retórica como formadoras do mito.

A escolha pelo *website The Royal Family* deu-se em vista da localização da Monarquia Britânica em outro país, portanto, distante do pesquisador, e pelo *website* apresentar-se como canal oficial do caso estudado. Sendo assim, após a coleta das informações, as mesmas foram analisadas à luz da pesquisa bibliográfica.

Este estudo está estruturado em quatro capítulos. No segundo capítulo, abordam-se os conceitos de organização, suas características, funções organizacionais e tipos de organização, tendo como principais autores Presthus

(1962), Etzioni (1989) e Srour (1998) que tratam de organizações; Morgan (1996) e sua abordagem sobre organizações políticas e conflitos; e Maximiano (2004), Motta (2006) e Katz e Kahn (1976) sobre funções organizacionais e sistemas de apoio. Nesse capítulo, têm-se também proposições feitas por Simões (1995; 2001) sobre a gestão da função política de Relações Públicas, atrelada às ideias de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992) sobre política e poder entre organizações e indivíduos; e Mintzberg (1992) sobre agentes com influência e exercício de poder. Finaliza-se contextualizando as formas e sistemas de governo vigentes no mundo, nos conceitos abordados por Nogueira Filho (2012) e Saldanha (1993).

No terceiro capítulo, retomam-se alguns conceitos da teoria de função política de Simões (1995; 2001), principalmente no que tange as bases de poder legítima e retórica, a fim de entender a formação do fenômeno mito. Realiza-se uma breve conceituação de mito e de suas funções, tendo como principais autores Campbell (1990) e Eliade (1972). Além disso, trabalha-se também com Sousa Filho (2006) e Abbagnano (1970), em uma perspectiva ideológica e social de mito. Nesse capítulo, também, utiliza-se Enriquez (1997), Fernandes Filho (2012) e Silva (2008) para refletir acerca dos mitos e ritos nas organizações. Ao longo do capítulo, utiliza-se de Marr (2012) para elucidar a história da Rainha Elizabeth II e da Monarquia Britânica.

No quarto capítulo encontra-se a descrição dos procedimentos metodológicos. As principais referências são Lakatos e Markoni (2003) para definição do método de pesquisa bibliográfica, Gil (2002) e Yin (2001) sobre o método de estudo de caso, e Moreira (2008) a respeito da pesquisa documental. Trabalha-se também com Fragoso, Recuero e Amaral (2012) em uma proposta de métodos de pesquisa na internet, e, por fim, a análise das informações coletadas é realizada à luz do referencial bibliográfico. A partir disso, analisa-se a Monarquia Britânica como uma organização, em sua história, estrutura e sujeitos. Faz-se uma breve análise sobre os canais oficiais de comunicação da Monarquia Britânica para, na sequência, analisar as bases de poder legítima e retórica da função política na Monarquia. Por fim, destacam-se alguns aspectos da Monarquia Britânica que podem contribuir para a reflexão acerca das práticas de Relações Públicas em diferentes tipos de organização.

## 2 FUNÇÃO POLÍTICA E FORMAS DE GOVERNO

Política, do ponto de vista do senso comum, está relacionada a grupos partidários, responsáveis pela administração de Estados e nações. Em uma ideia clássica, o significado de política é, “[...] derivado do adjetivo originado de *polis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 954, grifo do autor). Esse termo foi utilizado durante séculos para se referir exclusivamente à atividade humana e, de algum modo, às coisas do Estado.

No entanto, o termo política não é de uso restrito ao Estado, já que na sua concepção é intrínseca a ideia de relação entre os indivíduos. As organizações, por exemplo, são políticas, na medida em que são constituídas por pessoas com interesses diversos e, potencialmente conflituosos, pelos quais é necessário criar meios para manter a ordem e o direcionamento. Quando se atribui à política ações de ordenar ou proibir alguma coisa, para alguém ou determinado grupo, passa-se a entender política como uma forma de atividade, estreitamente ligada ao poder. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992, p. 954) definem poder “[...] como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina malgrado seu, o comportamento”.

O poder é uma forma de resolver conflitos, tanto no âmbito da macro quanto da micropolítica. Especificamente no contexto da micropolítica, em uma organização, a política efetiva-se pelo exercício do poder. De acordo com Simões (1995), isso dá espaço para que se verifique a existência de uma função (subsistema) política, a qual precisa ser gerenciada pela atividade profissional de Relações Públicas.

Diante desses elementos, este capítulo busca compreender como opera a função política de uma organização para, então, traçar uma comparação entre organização e formas de governo, em especial, a monarquia. Essas formas de governo são organizações políticas que buscam exercer o poder sobre a sociedade. Além disso, tem o objetivo de regular a disputa pelo poder político e seu respectivo exercício, no relacionamento daqueles que o detêm com os demais membros da sociedade.

## 2.1 ORGANIZAÇÕES E FUNÇÃO POLÍTICA

Presthus (1962) diz que a sociedade é uma sociedade de organizações. O indivíduo nasce em organizações, é educado por organizações, passa a vida trabalhando para organizações e, quase sempre, morre em uma organização. A conceituação de organização tem sido objeto de vários estudos, nas suas diferentes formas, estruturas e objetivos. Para Etzioni (1989, p. 3), “[...] as organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”. O autor caracteriza-as, ainda, a partir dos seguintes aspectos:

[...] 1) Divisões de trabalho, poder e responsabilidades de comunicação, que não são casuais ou estabelecidas pela tradição, mas planejadas intencionalmente a fim de intensificar a realização de objetivos específicos; 2) a presença de um ou mais centros de poder que controlam os esforços combinados da organização e os dirigem para seus objetivos; esses centros de poder precisam, também, reexaminar continuamente a realização da organização, e, quando necessário, reordenar sua estrutura, a fim de aumentar sua eficiência; 3) substituição do pessoal, isto é, as pessoas pouco satisfatórias podem ser demitidas e designadas outras pessoas para as suas tarefas. A organização também pode recombinar seu pessoal, através de transferência e promoções (ETZIONI, 1989, p. 3).

Etzioni (1989, p. 7) destaca que os objetivos organizacionais têm várias funções e constituem, também, “[...] uma fonte de legitimidade que justifica as atividades de uma organização e, na verdade, até sua existência”. Ou seja, a razão de ser da organização é servir a esses objetivos. O autor ressalta que existem muitas organizações que, simultaneamente e legitimamente, têm dois ou mais objetivos, isto é, possuem finalidades múltiplas. Porém, enquanto unidades sociais procuram atingir objetivos específicos, pois são estruturadas para tal.

Outro autor que aborda o conceito de organização é Srour (1998, p. 107), para quem “[...] as organizações podem ser definidas como coletividades especializadas na produção de um determinado bem ou serviço”, e são planejadas de forma deliberada para realizar um determinado objetivo, o que não impede, entretanto, que elas formem unidades sociais portadoras de necessidades e interesses próprios. De acordo com o autor:

As organizações são sistemas abertos e campos de forças: competem para absorver mais energia ou valor do ambiente externo; processam insumos e geram produtos; administram pressões e apoios; dependem da credibilidade

que vão construindo. Mas também se inscrevem num espaço hostil e belicoso, cujo caráter é político: convivem, de maneira permanente com outras tantas coletividades, cujos interesses são díspares. Por isso é que o ambiente externo exige delas enorme capacidade de adaptação e grande flexibilidade (SROUR, 1998, p. 125).

As organizações podem ser categorizadas de acordo com a sua constituição e seus objetivos, como públicas, privadas e de terceiro setor, por exemplo. Todas apresentam características específicas, que as distinguem, mas também as diferenciam dentro de uma mesma categoria. Srour (1998, p. 121) defende que toda a organização constitui um microcosmo social “[...] seja ela uma associação voluntária ou uma empresa lucrativa, seja ela um órgão público ou um coletivo comunitário”, cujo caráter principal pode ser definido a partir de três dimensões: 1) econômica: que utiliza e depende das contribuições materiais como meio de controle; 2) política: que depende das coações físicas como meio de controle; e 3) simbólica: que depende de padrões culturais como meios de controle.

A partir dessas abordagens, observa-se que as organizações são entidades criadas para atingirem determinadas finalidades ou objetivos. Elas são meios e não fins em si mesmas. O conceito de organização como sistema aberto que promove constantes trocas com o ambiente no qual está inserida, recebendo insumos, transformando-os e devolvendo-os para o ambiente, constitui também a base da teoria geral dos sistemas. Essa teoria conta com a contribuição do biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy, que desenvolveu o modelo de sistemas abertos, entendido como “[...] um complexo de elementos em interação e em intercâmbio contínuo com o ambiente” (MOTTA, 2006, p. 165).

Katz e Kahn (1976, p. 101, grifo do autor) destacam a teoria dos sistemas abertos, com especial atenção para o desenvolvimento de subsistemas de apoio:

Há uma necessidade constante de apoio do meio. É por isso que dentro da organização se desenvolvem subsistemas que institucionalizam as relações com o ambiente e garantem tal apoio. Muitas vezes uma organização terá departamentos separados para *merchandising*, propaganda e vendas; para recrutamento e seleção de pessoas; para obtenção de matérias-primas; e para relações públicas e contato com a sociedade maior.

Ou seja, a organização dispõe de diversos subsistemas que interagem com a finalidade de oferecer suporte à interface entre a organização e o ambiente no qual ela está inserida. Esses subsistemas, que também podem ser chamados de funções, tratam de tarefas especializadas executadas por pessoas e grupos para

que a organização consiga realizar seus objetivos. Na Administração esses subsistemas são conhecidos por funções organizacionais e foram definidas por Fayol (1984), na Teoria Clássica da Administração, a fim de estruturar as organizações.

Na época em que foram propostas, as funções dividiam-se em técnica, comercial, financeira, de segurança, contábil e administrativa. Porém, segundo Maximiano (2004), atualmente, as funções podem ser caracterizadas da seguinte forma: 1) Produção: tem como objetivo transformar insumos (matérias-primas) em produtos ou serviços para suprir as necessidades dos clientes; 2) Marketing: estabelece e mantém relações entre a organização e o mercado. Abrange as diferentes atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos, distribuição, preço e promoção; 3) Pesquisa e Desenvolvimento: transforma as informações de marketing, as ideias originais e os avanços tecnológicos da ciência em produtos e serviços; 4) Financeira: atende à organização protegendo e cuidando de maneira eficaz dos recursos financeiros. São de competência das finanças os investimentos, controle e destinação dos resultados; 5) Recursos Humanos: ou gestão de pessoas, tem como objetivo encontrar, atrair e manter as pessoas de que a organização necessita e; 6) Administração Geral: responsável pela coordenação de todas as outras funções.

Essas seis funções foram assim explicadas por diversos autores e cientistas de teorias da Administração. Entretanto, conforme proposto por Simões (1995), no contexto de Relações Públicas, esse conjunto não se esgota apenas nas seis funções, havendo uma sétima, responsável pelas relações de poder entre a organização e todos os seus públicos, designada por função política, que:

[...] se refere à relação de poder entre a organização e todos aqueles agentes com influência que podem interceptar ou desviar sua trajetória. Essa função contém as ações correlacionadas com o processo de exercício de poder/comunicação interno e externo à organização (SIMÕES, 2001, p. 51).

Cabe destacar que o termo utilizado, “agentes com influência”, cunhado por Mintzberg (1992), diz respeito a todos os públicos, internos e externos, os quais exercem algum tipo de pressão sobre a organização. O autor propõe, na perspectiva de uma teoria de poder das organizações, que o comportamento da organização é um jogo de poder. Os jogadores, chamados agentes com influência, buscam o

controle das decisões e ações que são tomadas pela organização. Dessa maneira, os públicos podem ser considerados agentes que exercem influência sobre a organização, sobre as suas políticas e ações, do mesmo modo que determinam os objetivos organizacionais. Ainda nessa linha, o exercício de poder, para o autor, é:

[...] a capacidade de afetar (causa e efeito) o comportamento das organizações. O termo 'poder' denota tanto o substantivo e o verbo que significa 'ser capaz de'. Ter poder é a capacidade de obter certas coisas, para causar efeito sobre as ações e decisões tomadas. [tradução nossa] (MINTZBERG, 1992, p. 5)<sup>1</sup>.

Isto é, o exercício de poder é a capacidade de afetar o comportamento das organizações. Para Mintzberg (1992), ter poder é “causar efeito” e “ser capaz de” interferir nas ações e tomada de decisões da organização. Nesse sentido, o poder pode ser visto como a possibilidade de decidir, de estar em posição privilegiada em relação a um determinado grupo. As relações de poder no sistema organização-públicos/agentes com influência se dão na medida em que a primeira tenta tomar decisões e influenciar o segundo, ou vice-versa, a fim de atingir seus próprios interesses.

Para Morgan (1996), os interesses são predisposições para atingir objetivos, valores, desejos, expectativas e outras orientações ou inclinações que levam um indivíduo a agir de determinada maneira em detrimento de outra. Em sua metáfora política, o autor propõe encarar as organizações como sendo redes de pessoas com interesses divergentes, que se juntam em função das circunstâncias, e se tal se mostrar oportuna. Segundo ele, o conflito surge quando esses interesses colidem.

O conflito pode ser pessoal, interpessoal ou entre grupos rivais e coalizões. Pode ser construído dentro das estruturas organizacionais, nos papéis, nas atitudes e nos estereótipos, ou surgir em função de recursos escassos. Pode estar explícito ou implícito. Qualquer que seja a razão e qualquer que seja a forma que assuma, a sua origem reside em algum tipo de divergência de interesses percebidos ou reais (MORGAN, 1996, p. 160).

Sabe-se, porém, que conflitos são, por vezes, muito difíceis de detectar, gerenciar ou mesmo eliminar. A permanência destes, em uma organização, pode acarretar prejuízos aos indivíduos, ao sistema e à sociedade, pois a energia

---

<sup>1</sup> “[...] la capacidad de afectar (causar efecto en) el comportamiento de las organizaciones. El término 'poder' denota tanto al sustantivo como al verbo que significa 'ser capaz de'. Tener poder es tener la capacidad de conseguir que determinadas cosas se hagan, de causar efecto sobre las acciones y decisiones que se toman”.

despendida para solucioná-lo deixa de ser canalizada para aspectos produtivos. Nesse sentido, “[...] o poder é o meio através do qual conflitos de interesses são, afinal, resolvidos. O poder influencia quem consegue o quê, quando e como” (MORGAN, 1996, p. 163).

Esse poder torna-se político na medida em que pode ser visto como um recurso, algo que alguém possui; ou como uma relação social, que se caracteriza por um tipo de dependência, como uma influência sobre algo ou sobre alguém. Exerce-se do indivíduo sobre o indivíduo e é expresso por meio de relações de poder. Em uma organização pública, como uma forma de governo, por exemplo, o poder se manifesta na relação entre governantes e governados, entre soberanos e súditos, entre Estado e sociedade. Já em uma organização privada, a própria estrutura organizacional, geralmente estruturada a partir de critérios de hierarquia, coloca o poder em evidência, buscando o controle das atividades e a rapidez na tomada de decisões.

Muitas abordagens defendem a organização como um sistema político na medida em que realiza escolhas e toma decisões, submergindo ao poder. Desse modo, apontam para o fato de ser primordial a administração e instrumentalização de um profissional que saiba lidar com esses aspectos, de modo a identificá-los, propondo ações e possibilidades de ajuste adequadas. Essa prática é de responsabilidade de uma função organizacional específica, a função política, cuja dimensão político-organizacional deve ser gerida, segundo Simões (1995; 2001), pela atividade profissional de Relações Públicas.

## 2.2 A GESTÃO DA FUNÇÃO POLÍTICA

A primeira teoria científica de Relações Públicas<sup>2</sup> brasileira, escrita pelo professor-pesquisador Roberto Porto Simões, publicada no ano de 1995, conceitua a atividade profissional de Relações Públicas como a gestão da função política da organização, cujo objetivo é de que

---

<sup>2</sup> Na perspectiva de Deming (1994) *apud* Simões (2001), uma teoria científica é aquela que parte de um conjunto sistêmico de conceitos, definições e princípios, designado por rede teórica, elaborado por cientistas, caracterizando uma área do conhecimento científico. Esse conjunto constitui-se de uma disciplina que implica em um processo e um programa.

[...] através de filosofia, políticas e normas, a atuação da organização e do que isso implica, anteriormente em decisões e, posteriormente, em produtos e serviços, ocorra e seja percebida como realizada em benefício dos interesses comuns que possui com seus públicos (SIMÕES, 1995, p. 83).

Mais tarde, no ano de 2001, o autor fez ainda a adição da palavra organizacional, na denominação da teoria, com a finalidade de enfatizar a atividade política como uma das funções organizacionais da Administração. Diante desse contexto, neste estudo utilizar-se-á a denominação função política, para abordar a teoria proposta, visto que este estudo compreende que não há a obrigatoriedade de enfatizar o termo “organizacional”. O que merece destaque, contudo, é que a política atua como forma de poder integrar os interesses organizacionais com os interesses dos públicos, evitando a iminência de conflitos, para que o sistema se mantenha estável.

Como uma função organizacional, a função política se encarrega do exercício de poder, como influência, realizado através da comunicação. Nessa direção, Simões (2001), esclarece que a relação no sistema organização-públicos está em permanente processo de cooperação/conflito. Por sua vez, esse processo é composto por nove etapas, quais sejam:

- 1) Satisfação: quando os públicos estão satisfeitos com as ações e políticas que estão sendo executadas pela organização, não havendo divergências de interesses, nem controvérsias;
- 2) Insatisfação: os públicos não estão contentes com as ações desenvolvidas. Podem ocorrer, por exemplo, divergências entre o supervisor de uma área e um funcionário. O descontentamento, porém, não oferece riscos diretos à organização;
- 3) Boato: ao cumprir um dos princípios básicos de Relações Públicas, que é informar primeiro o público interno, evita-se a criação e disseminação de boatos. Essas fofocas e notícias com informações negativas da organização podem vir a prejudicá-la, contribuindo, de certa forma, com as etapas que se sucedem;
- 4) Coligações: são resultado dos interesses em comum de públicos desinformados e, muitas vezes, movidos por emoções e sentimentos. Em

geral, unem forças por um acontecimento ou causa contrários ao da organização;

- 5) Pressão: essa etapa associa-se, geralmente, a greves motivadas por públicos como funcionários, por exemplo, que com o apoio de sindicatos de sua categoria pressionam a organização pela mudança de alguma política. A pressão é prejudicial às organizações na medida em que possibilita a ocorrência do conflito;
- 6) Conflito: se dá a partir da diferença de opiniões e interesses, em um processo em que uma das partes sente-se afetada pela outra de maneira negativa. Da permanência do conflito em uma organização origina-se a crise;
- 7) Crise: nessa etapa, o perigo e a ameaça são iminentes, visto que a crise pode ser tanto interna como externa à organização. O gerenciamento adequado dessa crise auxilia na manutenção da estrutura, imagem, reputação e, inclusive, nos aspectos econômicos do funcionamento organizacional;
- 8) Arbitragem: não havendo mais entendimento entre as partes, uma delas recorre à justiça, a fim de obter seus direitos, garantidos ou não pelas leis. Na organização, geralmente, envolve as questões trabalhistas, como não pagamento de salários, demissões, entre outras;
- 9) Convulsão social: a última etapa diz respeito ao momento em que os públicos perdem o controle da situação, por exemplo, em manifestações, protestos e greves em que se faz uso da violência para demonstrar indignação ou como forma de intimidação.

Cabe destacar que, para Simões (2001), essas etapas não ocorrem de forma linear, podendo-se pular se uma fase para outra, se o sistema organização-públicos estiver em um ambiente favorável a esse acontecimento. “Leitura atenta destas etapas desvela o exercício de poder que nelas acontece, mas que se situa como pano de fundo. A aparência fica com a comunicação. Poder e comunicação são os dois lados da mesma moeda” (SIMÕES, 2001, p. 57).

Simões (2001) apresenta também as bases de poder que permeiam a relação organização-públicos. Essas bases são as variáveis utilizadas pela atividade de Relações Públicas para intervir no sistema e buscar a harmonização de interesses no processo de cooperação/conflito. O poder somente se manifesta pelo seu

exercício, quando há mudança de comportamento de um dos envolvidos. Desse modo, o exercício de poder se estabelece por:

[...] duas bases de poder ou variáveis intervenientes, por intermédio das quais o poder é exercido no sistema: a ação e a comunicação, ou, se quisermos, pela ação e pelo discurso. A influência é realizada, além de momentaneamente, por processos de comunicação e pela prática de políticas administrativas (SIMÕES, 2001, p. 58).

As bases de poder propostas por Simões (2001) podem ser assim entendidas:

1) base legal: quando quem decide está autorizado a fazê-lo por uma autoridade legal. As organizações, geralmente, atuam em uma base legal, visto que o governo concede um alvará para que ela exerça suas atividades de acordo com a legislação específica; 2) base legítima: as decisões visam um bem comum, são transparentes e correspondem aos interesses de ambas as partes do sistema organização-públicos; e 3) base coercitiva: a decisão é estimulada por meio de recompensas ou por punições, o que nas organizações pode estar relacionado a fatores econômicos e, por vezes, acarretar problemas éticos.

Contudo, embora o exercício de poder possa ser efetivado por meio dessas bases, as ações de uma das partes envolvidas no sistema organização-públicos pode não impactar na decisão da outra, devido a condições de alienação. Torna-se necessária, portanto, a utilização da comunicação como um meio de influência.

[...] entenda-se por comunicação um processo de troca de informações, chegando à resultante: compreensão mútua. A utilização do termo comunicação com este sentido aproxima-se do significado ou contém o significado de negociação, de intercâmbio de propostas na busca de um resultado em que ambas as partes se beneficiam, designado por negociação ganha-ganha (SIMÕES, 2001, p. 59).

Esse processo, conforme exposto por Simões (2001), pode não ser recíproco, de dupla via, ou seja, pode ocorrer apenas de uma das partes para com a outra. Nesse sentido, o significado de comunicação muda e passa a ter as finalidades de:

- 1) Informar – reduzir a incerteza da outra parte;
- 2) Informar-se – buscar dados e deles extrair a informação, reduzindo sua incerteza;
- 3) Comunicar – dar ordens;
- 4) Persuadir – argumentar e justificar seus pontos de vista, por meio de razões lógicas e éticas, visando à troca da decisão do parceiro do sistema. Há que distinguir persuasão da manipulação. Esta última ocorre quando o dizer contém mentiras ou verdades parciais, levando as pessoas a certos

procedimentos que, caso soubessem a versão completa ou correta, não teriam sido escolhidos (SIMÕES, 2001, p. 59).

Na teoria da gestão da função política, a comunicação (o meio) é um instrumento do exercício de poder (a essência). O processo de interação do sistema organização-públicos, nessa perspectiva, conta com um elemento em comum às bases de poder, visto que elas não atuam sozinhas na manutenção do sistema.

O elemento ativador e organizador do processo é a informação, ou seja, a qualidade dos dados, com significado e utilidade para as partes, com a verdade e reduzindo a incerteza em face da necessidade de resposta a uma pergunta (SIMÕES, 2001, p. 60).

Parte-se, assim, da premissa de informação como matéria-prima da atividade de Relações Públicas, destacando-se que “[...] quem tem a informação tem o poder sobre uma decisão ou de influenciar a decisão do outro” (SIMÕES, 2001, p. 60). Nesse aspecto, estabelecem-se relações entre a informação e o exercício de poder, a partir do momento que o uso da informação pode persuadir e ajustar comportamentos e expectativas. Trata-se, portanto, de uma relação política, onde termos como poder, comunicação e informação se entrelaçam.

A forma como se busca e envia a informação dá-se por meio de instrumentos que, segundo Simões (1995; 2001) podem ser divididos em dois segmentos: 1) políticas, normas e programas de ações; e 2) instrumentos criados para enviar e receber as informações das partes envolvidas no sistema organização-públicos. Esses instrumentos podem ser de: entrada, que trazem mensagens; de saída, que levam mensagens; e mistos, que levam ou trazem mensagens. Cabe destacar que essas mensagens podem ou não conter informação.

No que diz respeito à comunicação e o exercício de poder, “[...] os limites entre os significados de comunicação e de exercício de poder são tênues, por vezes até se confundem” (SIMÕES, 2001, p. 77). O termo comunicação é utilizado com o sentido de informar, mas também com sentido de ordenar, persuadir e dialogar, em ações/atividades em que atua o exercício de poder. Dessa forma, segundo Schacter (1951, p. 191 *apud* SIMÕES, 2001, p. 79), “[...] comunicação é o mecanismo pelo qual o poder é exercido”. Em outras palavras, a comunicação é o meio, jamais o fim.

Portanto, a atividade de Relações Públicas, pressupõe a administração de três aspectos: 1) a essência, que está relacionada à função política; 2) a aparência,

ligada à comunicação; e 3) a circunstância, voltada ao conflito. A informação é matéria-prima na medida que relaciona os diversos instrumentos para o exercício de poder. Em resumo, a gestão da função política é a principal causa da existência do profissional de Relações Públicas. A atividade de Relações Públicas é política na medida que busca legitimar as decisões organizacionais, por meio das relações de poder. Atua no sistema organização-públicos servindo-se de instrumentos de comunicação e gestando a informação, a fim de articular interesses e monitorar conflitos.

Cabe destacar ainda que a atividade de Relações Públicas, nessa perspectiva, é inerente às organizações. Ou seja, não depende da atuação de uma pessoa. Conforme Simões (1995) Relações Públicas surgem com a própria estrutura da organização, faz parte dela, qualquer que seja sua classificação, tamanho ou finalidade. Sempre que houver uma organização, existirá um conjunto de ações, implicando Relações Públicas, bem ou mal realizadas.

O sistema organização-públicos existe em vários formatos, já que as organizações também se inserem em diferentes categorias, como visto anteriormente. O formato mais conhecido é o de empresa-públicos, que envolve a relação da empresa com funcionários, clientes, fornecedores, ou seja, todos aqueles agentes que influenciam no negócio, no processo decisório e no comportamento das empresas. Porém, deve-se considerar o formato governo-sociedade, em que os governos, nas suas formas e sistemas, são organizações que se encarregam da unidade política de um país e estabelecem relações com a sociedade. Essa sociedade é formada por servidores do governo, pela população do Estado, outras organizações de diferentes naturezas, outras formas de governo, organizações internacionais (com finalidades sociais, econômicas, políticas), entre outros públicos.

### 2.3 A FUNÇÃO POLÍTICA EM FORMAS DE GOVERNO

Com o intuito de entender o governo como uma organização, cabe-se ressaltar alguns aspectos de suas características, a fim de permitir sua compreensão no contexto deste estudo. No *Dicionário de Política* (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992), por exemplo, o significado de governo nada mais é do que um conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade. Outra concepção engloba o complexo de

órgãos, que institucionalmente têm o exercício do poder, ou seja, um aglomerado de pessoas e órgãos que possuem o poder de governar. A função do governo é, para esses autores, garantir a integração interna de uma sociedade e a defesa desta perante agressões advindas de grupos externos.

Já para o autor Nogueira Filho (2012), etimologicamente, governo é aquele que dirige e controla. De acordo com o autor:

[...] em seu sentido mais amplo, por consequência, governo é todo mecanismo de direção e controle das mais diversas instituições e organizações. É correto, portanto, referir-nos ao governo das universidades, das corporações, dos hospitais, dos partidos, dos sindicatos e de quantas organizações mais atuem fora do âmbito familiar. A diferença entre os governos dos Estados e os das demais instituições não reside apenas na sua configuração, mas nos poderes que cada um detém (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 168).

Nesse sentido, nos governos dos Estados há tomada de decisões, assim como nas organizações, no entanto, essas decisões envolvem todos os indivíduos que vivem no território do Estado. Já as decisões das organizações, envolvem apenas os indivíduos que estão vinculados com a organização. Ou seja, os governos podem ser compreendidos como organizações, onde o relacionamento governo-sociedade pode ser comparado com o relacionamento organização-públicos. Em seu exercício também faz uso de bases de poder para a tomada de decisões, o que pressupõe a existência de uma função política em sua gestão, a fim de atuar nas relações de poder existentes.

Assim como existem diferentes tipos de organização, categorizadas a partir de sua natureza, relação estabelecida ou mesmo de acordo com a missão em sociedade, também existem diferentes tipos de governo. Dentre eles, destacam-se as formas e os sistemas de governo. Cabe, porém, definir o que é uma forma e um sistema de governo, já que a forma de governo adotada por um Estado, não deve ser confundida com o sistema de governo adotado pelo mesmo.

Atualmente, existem duas formas de governo: monarquia e república. Segundo Nogueira Filho (2012) a monarquia caracteriza-se pela separação entre a chefia do Estado e do governo, exercida por diferentes titulares. Já a república caracteriza-se por um único titular que é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e chefe de governo. “No primeiro caso, a escolha dos chefes de Estado, usualmente um

monarca, dá-se por sucessão hereditária, no segundo, por eleição, direta [...] ou indireta” (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 182).

As formas de governo admitem, dentro de sua estrutura, duas modalidades ou sistemas de governo, adotados globalmente, quais sejam: parlamentarismo ou presidencialismo. Ambos opõem-se entre si, ou seja, a forma de governo monárquica é incompatível com a forma de governo republicana, do mesmo modo que o sistema de governo parlamentarista é incompatível com o sistema de governo presidencialista. Porém, segundo Nogueira Filho (2012), um sistema de governo republicano pode admitir tanto a modalidade presidencialista quanto a parlamentarista, o que não ocorre com as formas de governo monárquicas, que só são compatíveis com o sistema parlamentarista de governo.

Acerca das formas e sistemas de governo, ressaltam-se também algumas características a fim de compreender seu funcionamento. Pode-se tomar como exemplo para elucidar as formas de governo (monárquico e republicano) e os sistemas de governo (parlamentarista e presidencialista) países em que essas estruturas são vigentes. Inglaterra, uma monarquia parlamentarista, e Brasil, uma república presidencialista. Em relação à Inglaterra, pode-se destacar em relação ao sistema de governo:

Em primeiro lugar, que não há eleições para a escolha do chefe de Estado, o rei ou a rainha da casa reinante. Em segundo lugar, que o rei ou rainha reinam, mas não governam. Em terceiro, quem governa é o gabinete, ou seja, o Conselho de ministros, através do respectivo chefe, o Primeiro-Ministro. Quinto, que ao votarem nos candidatos de sua preferência, sabem de antemão que o Primeiro-Ministro será, obrigatoriamente, o líder do partido que eleger o maior número de deputados. Sexto, que essa opção, contudo, só será conhecida após as eleições. Sétimo, que a função de chefe de Estado é vitalícia e a de chefe do Governo temporária (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 185).

Ainda segundo o autor, na monarquia parlamentarista, o Primeiro-Ministro pode ser reeleito tantas vezes quanto o seu partido for maior na Câmara dos Comuns, equivalente a uma Câmara dos Deputados no Brasil, tendo seu mandato uma legislatura de quatro anos. Porém, “[...] o Primeiro-Ministro poderá ser destituído, sempre que assim o decidir seu partido, sem necessidade de que a Câmara seja dissolvida” (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 186). Isso não ocorre, no entanto, com a função de chefe de Estado que é vitalícia, e nesse caso, exercida

pela Rainha, que dentre as suas poucas atribuições políticas, pode convocar e dissolver a Câmara dos Comuns.

Já no Brasil, uma república presidencialista, nota-se significativa diferença em relação à Inglaterra, visto que a função de chefe de Estado e de governo é exercida, simultaneamente, por uma única pessoa, cujo cargo é denominado Presidente. Ele é escolhido por meio de eleições diretas, pela totalidade do eleitorado, sendo responsável pelo poder Executivo, ou seja, é quem governa. Como chefe de governo, nomeia e demite livremente seus ministros, sem interferência dos demais poderes do Estado, que são o Legislativo e o Judiciário. No entanto, depende do Congresso para aprovar leis e projetos, mas não precisa ter maioria partidária para governar.

Como chefe de Estado, o Presidente dirige a política externa e exerce o comando das forças armadas definindo a política de segurança nacional. [...] o mandato do Presidente é fixo, e tem variado, ao longo do tempo, entre 4, 5 e 6 anos; atualmente é de quatro anos. [...] em situações excepcionais o Congresso pode remover de seu cargo o Presidente, através do *'impeachment'*. [...] desde 1977, quando foi aprovada a Emenda Constitucional nº 16, os presidentes podem ser reeleitos apenas uma vez (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 187, grifo do autor).

O autor Saldanha (1993) destaca que no Brasil o presidencialismo como sistema de governo começou em 1889, com a Proclamação da República, rompendo uma prática de quase quarenta anos de sistema parlamentar que vinha com a monarquia portuguesa.

Consta o sistema presidencial de três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. Executivo é o Presidente da República, Judiciário é a Suprema Corte de Justiça (Supremo Tribunal Federal, entre nós) e Legislativo é o Congresso Nacional (que pode ser uni ou bicameral, conforme seja constituído somente de Câmara Federal ou de Câmara Federal e Senado Federal). No Brasil, o poder Legislativo é bicameral (SALDANHA, 1993, p. 60).

Saldanha (1993) diz ainda que o sistema presidencial permite ao Presidente da República acumular as funções de chefe de Estado e de governo, mas que a concentração de funções é um dos principais problemas desse sistema de governo. Para o autor, o chefe de governo “[...] é encarregado dos atos comuns de administração” (SALDANHA, 1993, p. 62). Ou seja, resolver problemas de saúde, educação e segurança do cidadão, construir estradas e pagar o funcionalismo

público. O que difere do chefe de Estado, que, “[...] é o Magistrado, o árbitro imparcial, o supervisor dos problemas nacionais” (SALDANHA, 1993, p. 61), uma pessoa cuja responsabilidade é buscar o consenso no jogo de interesses do exercício político de uma nação. O chefe de Estado, na perspectiva do autor, deve ser função de um estadista, que a nação aprendeu a respeitar por uma conduta anterior, tendo a visão global da população, inclusive daqueles que constituem a minoria.

Em uma forma de governo, a função de um chefe de Estado pode ser associada à função política, atividade desenvolvida pelo profissional de Relações Públicas, pois estão relacionadas à relação entre governantes e governados, a instituição do poder na sociedade e a busca da cooperação entre as partes. Diante desse contexto, e dos conceitos abordados, este estudo compreende uma forma de governo, em especial a Monarquia Britânica, que é uma monarquia reconhecida e ainda vigente, como uma organização. Isso permite ainda, comparar o papel do governante ao do presidente de uma organização, por exemplo, e a sociedade ao grupo de públicos/agentes com influência. Portanto, o sistema organização-públicos, no caso de uma forma de governo, também se encontra sujeito a constantes trocas, divergência de interesses, conflitos e relações de poder, tornando necessária a existência da função política em sua estrutura.

## 2.4 MONARQUIA E BASES DE EXERCÍCIO DE PODER

Na compreensão da Monarquia Britânica enquanto organização que faz uso de uma função política torna-se relevante conhecer as características dessa forma de governo e do uso das bases de poder em seu exercício. Monarquia trata-se da forma de governo que se caracteriza pela vitalidade e hereditariedade no exercício do cargo máximo da organização, cuja denominação é “[...] uma palavra de origem grega que significa poder de um só” (NOGUEIRA FILHO, 2012, p. 193). Significa, portanto, que o poder do Estado é exercido vitaliciamente por um único indivíduo, o qual preside, em nome do povo, o processo de ascensão, permanência e queda dos governos, a quem confia diretamente a administração, por tempo indeterminado. Esse governo, portanto, só fica no poder enquanto merecer a confiança do povo que o escolheu. O monarca, chefe de governo de uma Monarquia, pode ser chamado de

Rei ou Imperador, visto que essas denominações assumem um mesmo sentido. Embora

[...] essas palavras tivessem sentidos diferentes nas suas origens. Rei vem do latim *Rex*, o que dirige os negócios do Estado; Imperador, também do latim, *Imperator*, significou inicialmente comandante, chefe, general; posteriormente, o título passou a significar o chefe dos comandantes, o general vitorioso (SALDANHA, 1993, p. 26, grifo do autor).

Certo é que, Rei ou Imperador, esse indivíduo assume as funções por toda a sua vida e quando morre, as transmite a seu herdeiro. Assim como as organizações e os governos encontram-se em diferentes tipos e estruturas, a monarquia também se divide entre absoluta e constitucional. Embora se tratem da mesma forma de governo, torna-se importante distingui-las devido a particularidades que as compõe.

As monarquias absolutistas, por exemplo, caracterizam-se pelo poder nas mãos do Rei. Ou seja, além de chefe de Estado, ele pode legislar e julgar, não depende da decisão do povo para exercitar suas funções. Saldanha (1993) diz que o absolutismo apareceu no final do Século XVI, quando a centralização do poder nas mãos do Rei foi utilizada como instrumento para afrontar as lutas políticas, econômicas e de classes sociais do período. Naquela época “Luís XIV, que reinou entre 1643 e 1715, chegou a dizer: ‘*L’État c’est moi*’ (O Estado sou eu), tal era a força pessoal do autocrata de então” (SALDANHA, 1993, p. 28, grifo do autor). As monarquias absolutistas sobreviveram até a Revolução Francesa, em 1789. No entanto, atualmente, ainda é possível encontrá-las em países como Brunei, Catar, Omã, Arábia Saudita e Cidade do Vaticano.

Já as monarquias constitucionais, embora contenham a existência de um monarca vitalício e hereditário, permitem o exercício da democracia. O povo, por meio do voto, pode escolher seus representantes, a quem compete à fiscalização do poder central, bem como a criação de leis e da constituição. Essas também se subdividem em monarquias constitucionais não parlamentares e monarquias constitucionais parlamentares.

A monarquia constitucional não parlamentar,

[...] é aquela que, embora adotando o regime democrático, não adota o sistema parlamentar de governo. O Rei reina e governa. É, ao mesmo tempo, chefe de Estado e chefe de Governo. Podemos mencionar, entre outros países, o Marrocos, onde Hassan II rege-se por uma constituição elaborada por deputados que o povo elegeu; mas ele, Rei, nomeia seus

ministros e toma as decisões de governo, independentemente do Parlamento, que apenas legisla e fiscaliza. (SALDANHA, 1993, p. 29-30).

Já uma monarquia constitucional parlamentar “[...] é aquela em que o Rei não governa; apenas ‘reina’, isto é, preside a Nação. O Rei é o chefe de Estado, mas não é o chefe de governo” (SALDANHA, 1993, p. 30). O poder Executivo é exercido pelo Gabinete, espécie de Ministério, na figura do Primeiro-Ministro e dependente da aprovação do Parlamento, eleito pelo povo. Os poderes do Rei, nessa forma de governo, são meramente simbólicos e cerimoniais, o que ocorre, atualmente, em países onde a monarquia constitucional parlamentar é vigente, como o Reino Unido. Entretanto, esse Rei como chefe de Estado possui um papel a cumprir, um cargo que tem verdadeira importância e que existe e é mantido em razão da necessidade de suas funções para o funcionamento da democracia. A Rainha do Reino Unido, por exemplo, é um chefe de Estado formal e cerimonial. Tem o direito de ser consultada, de aconselhar e de advertir, no entanto, deve respeitar as decisões do Primeiro-Ministro e do Parlamento.

Saldanha (1993) propõe uma metáfora entre o papel do monarca em uma monarquia constitucional parlamentar e de um juiz em um Tribunal de Júri, onde:

O juiz exerce a mais importante e imprescindível função: preside o júri. Baseado na lei é o juiz quem encaminha o andamento adequado da sessão do júri. Enquanto o promotor, o defensor e os jurados se mantiverem rigorosamente dentro do que é prescrito na Lei, ao exercerem suas respectivas funções, o juiz não intervém e pode até parecer que sua presença é apagada. Tirem, porém, o juiz da sessão e veremos, desde logo, que as outras funções não conseguirão ser bem desenvolvidas (SALDANHA, 1993, p. 79).

Assim, também se dá a atuação do Rei, sempre que tudo está bem e os setores estão cumprindo adequadamente com as suas funções, o chefe de Estado parece exercer um cargo meramente decorativo e representativo. Os atos de aconselhar, intervir e advertir ocorrem apenas quando o Legislativo, Câmara, e Executivo, Gabinete, não cumprem adequadamente com as suas funções, e na possibilidade de ocorrência de conflitos, o que é uma constante nas relações políticas de um governo e de uma organização.

Nesse aspecto, assim como abordado por Morgan (1996), anteriormente, o poder torna-se o meio através do qual os conflitos de interesses são resolvidos.

Ressalta-se que, nas relações políticas e, principalmente nas dos governos, muitas vezes, se recorre à força física, quando não se consegue exercer o poder.

Não existe poder, se não existe, ao lado do indivíduo ou grupo que o exerce, outro indivíduo ou grupo que é induzido a comportar-se tal como aquele deseja. [...] o poder pode não ser exercido por meio de instrumentos ou coisas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992, p. 934).

Diante do exposto por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992), poder não se trata de algo material e tangível, mas de um exercício que diz respeito à tomada de decisões entre duas ou mais partes. Na política, o poder que interessa é o que se exerce entre uma pessoa ou grupo sobre outra pessoa ou grupo. Retorna-se assim a Simões (1995), para quem este exercício está alicerçado em certas bases de poder, estruturadas historicamente, que ao serem utilizadas pelos indivíduos ou grupos nunca são dissociadas, empregando ao menos mais de uma base para o exercício de poder.

Na teoria da função política, esse exercício se dá nas relações existentes dentro de uma organização, seja ela uma empresa, associação, órgão do governo, de natureza pública ou privada. Sendo assim, a partir da compreensão da Monarquia Britânica como organização, em constante interação, trocas e conflitos com seus públicos, que compõe a sociedade, este estudo utiliza-se da classificação das bases de poder, propostas por Simões (1995), vinculando-as e propondo a existência da função política na Monarquia Britânica. São bases de poder na gestão da função política:

- 1) Legal: base de poder ligada à autoridade, ao direito adquirido por lei, norma ou tradição, que permite ao indivíduo exercê-la. Muitas vezes é confundida com a base de poder legítima. Porém, as duas constituem diferentes níveis do exercício de poder. Em uma forma de governo monárquica, o monarca que manda recebe esse direito por tê-lo herdado através de uma base de poder legal;
- 2) Legítima: a base legal, sozinha, não é suficiente para o exercício de poder, ele deve ser legítimo. Ou seja, as decisões devem ser transparentes e legítimas. A finalidade dessa legitimação é facilitar as trocas entre as partes e mantê-las fiéis a monarquia, por meio da integração de interesses. De acordo com

Habermas (*apud* SIMÕES, 1995), pode-se entender legitimidade como merecimento, reconhecimento. O autor vincula legitimidade à política e à preservação de um sistema social, isto é, às organizações. A monarquia como sistema social, se torna legítima na medida em que os valores que a constituíram se tornam os mesmos das outras partes do sistema;

- 3) Retórica: a integração de interesses também não é suficiente para um bom exercício de poder. Torna-se necessário um processo de persuasão, por meio do discurso, a fim de comunicar o que o sistema faz, como e o porquê de suas decisões. Esse exercício se faz necessário na medida em que os indivíduos podem estar desatentos em relação às ações da organização, mantendo interesses individuais, contrários aos que harmonizam o sistema. O discurso é, nesse contexto, utilizado como forma de influenciar os indivíduos, por meio do envio de informações através de um canal escolhido, gerando um retorno específico. O discurso, embora vise persuadir, deve ser baseado em argumentos racionais, a fim de cumprir com seu princípio democrático. Um discurso que visa à manipulação dos indivíduos corrompe o exercício dessa base de poder. Em uma monarquia, o discurso é, historicamente, o principal instrumento de comunicação entre o monarca e os seus súditos, entre a organização e os seus públicos;
- 4) Recompensa: essa base de exercício de poder faz uso do processo de compensação para atingir a submissão dos indivíduos. Por meio de brindes, prêmios, medalhas concedidos a quem cede às decisões, essa base utiliza-se do poder econômico da organização ou sistema social, para exercer uma espécie de coerção. Embora, acabe por garantir influência, simpatia e compromisso por parte do indivíduo que recebe a recompensa. Em uma forma de governo monárquica, isso pode ser percebido por meio das honrarias e condecorações, que acabam por agraciar aqueles que exercem um papel de destaque e relevância social, que vão ao encontro dos valores da organização;
- 5) Punição: base de poder totalmente baseada na coerção se manifesta por meio da aplicação ou ameaças de aplicação de sanções físicas ou de qualquer tipo de controle. Nas antigas monarquias absolutistas, da Idade Média, por exemplo, essa forma de exercício de poder se aplicava devido à centralização do poder nas mãos do Rei. Atualmente, a monarquia

constitucional baseada na democracia e pensada como uma organização utiliza-se desse exercício apenas a fim de fiscalizar o cumprimento das leis, por meio da demissão do Primeiro-Ministro, dissolução do Parlamento, ou não aprovação de leis e projetos.

Nas bases de poder legítima e retórica situa-se um fenômeno que, segundo Simões (1995), é capaz de tornar a organização sacralizada e modeladora de comportamento dos públicos: o mito. Na base de exercício de poder legítimo, ele se manifesta por meio de argumentos histórico-objetivos, já na base retórica, pelo discurso verbal da organização. A utilização do mito nas e pelas organizações visa justificar a legitimidade da organização, por meio de falas e metáforas.

A partir do momento em que, para legitimar-se, a organização utiliza-se da palavra, em substituição à ação, constrói um outro mundo, diferente do mundo da ação, diferente do mundo dado. Neste caso, quem escreve pode transformar a organização em mito (SIMÕES, 1995, p. 119).

Nesse aspecto, o profissional de Comunicação, ciência na qual está inserida a atividade de Relações Públicas, responsável pela gestão da função política, contribui com a mitificação das organizações através da construção de narrativas e discursos. Estes elementos têm por objetivo divulgar as realizações da organização em benefício da sociedade. Por meio de instrumentos específicos, utiliza-se da essência (informação) e da aparência (comunicação), para gerenciar relações de poder, com vistas à legitimação da organização, transformando-a em mito.

A partir do que foi exposto neste capítulo, pode-se entender as formas de governo como organizações, que constituem unidades sociais e políticas com objetivos específicos. Esses objetivos organizacionais, por vezes, diferem dos objetivos individuais e/ou coletivos dos indivíduos que fazem parte da sociedade. A relação de poder, entre uma forma de governo e a sociedade está suscetível à iminência de conflitos, processo que precisa ser gerenciado por meio da função política. No contexto da monarquia, acredita-se que compreender como operam as bases de poder, em especial a base legítima e a retórica, evidenciadas por meio de argumentos históricos e discursos, constitui-se de um fator determinante na construção de mitos que garantem a estabilidade do sistema e, conseqüentemente, o sucesso da função política.

### 3 O MITO NA FUNÇÃO POLÍTICA DA MONARQUIA

O conceito mito engloba várias teorias completamente opostas, porém hoje ainda se discute o seu significado e objetivo. Tal como o ser humano, o mito foi evoluindo e adaptando-se conforme a sociedade que se insere, sendo que na antiga Grécia os mitos representavam lendas e histórias dos deuses. Atualmente, encontra-se enraizado nas culturas com um papel de grande importância, pois consegue modificar e controlar inconscientemente o modo como os indivíduos agem.

Atrelado ao ato de controle, tomada de decisão e exercício de poder, na função política, o mito situa-se em bases que contribuem nas relações de poder do sistema organização-públicos. Nesse sentido, visa tornar a organização sagrada e modelo de conduta do comportamento dos públicos. O mito, na função política, em especial nas bases de poder legítima e retórica, manifesta-se por meio de argumentos históricos e discursos.

No contexto desse estudo, a forma de governo monárquica é pensada como uma organização. Portanto, o sistema organização-públicos corresponde a um sistema governo-sociedade, em que o mito, como fenômeno das bases de poder, materializa-se e se expressa na figura da Rainha. Esta continua a fascinar a humanidade mesmo depois que o sistema de um único governante hereditário deixou de ter utilidade como fator unificador.

Diante desses elementos, este capítulo busca compreender o mito nas bases de poder da função política por meio de conceitos e das diversas funções que ele possui. A partir disso, tece-se um paralelo entre os conceitos e as funções do mito com a Monarquia Britânica, como organização, tendo na figura da Rainha Elizabeth II o seu mito vivo. Além disso, procura-se entender como se dá a gestão da função política na monarquia através do mito e de suas implicações.

#### 3.1 BASES DE PODER E MITO NA FUNÇÃO POLÍTICA

Conforme exposto anteriormente, Simões (1995; 2001) afirma que na teoria da função política situam-se bases para o exercício de poder, desenvolvidas na relação organização-públicos. No contexto deste estudo na relação governo-sociedade, ou ainda, monarquia-sociedade. “Essas bases de poder estruturam-se, antes como categorias socialmente elaboradas do que como formas naturais e

estanques” (SIMÕES, 1995, p. 111). As bases de poder são as variáveis nas quais a atividade de Relações Públicas, como gestora da função política, intervém no processo comunicacional e por meio das quais o poder é exercido no sistema.

Além disso, conforme o autor, as bases de poder possuem um elemento em comum que auxilia no processo, pois estas não “[...] provocam, diretamente, a manutenção ou modificação” (SIMÕES, 2001, p. 60) no sistema organização-públicos. Esse elemento, considerado matéria-prima da função política, é a informação, ou seja, “[...] a qualidade dos dados, com significado e utilidade para as partes, com a verdade e reduzindo a incerteza em face da necessidade de resposta a uma pergunta” (SIMÕES, 2001, p. 60). A informação é que leva à cooperação entre as partes e evita a iminência de conflitos.

Nas relações de poder do sistema organização-públicos, ao serem utilizadas pelos indivíduos ou grupos, as bases de poder não atuam sozinhas, sendo necessário o emprego de mais de uma base para o exercício de poder. De acordo com Simões (1995), na aplicação das bases de poder de legitimação, mediante argumentos histórico-objetivos, e de persuasão (retórica), por meio de discursos, a organização torna-se sacralizada e modeladora de comportamento dos públicos. Isso se dá devido a um fenômeno chamado: mito.

Para compreender o fenômeno mito é necessário recorrer a alguns conceitos e pesquisadores da área, como Eliade (1972) para quem o mito fundamenta a vida social e a cultura, é certo modo de estar no mundo e, por vezes, constitui um comportamento humano como elemento de civilização. O autor diz que o que interessa é

[...] as sociedades onde o mito é – ou foi, ate recentemente – ‘vivo’ no sentido de que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência. Compreender a estrutura e a função dos mitos nas sociedades tradicionais não significa apenas elucidar uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos (ELIADE, 1972, p. 8).

Nessa perspectiva teórica, o mito não é uma história isolada, sendo importante estudar os efeitos deste em cada grupo social. As sociedades em que o mito permanece vivo, ou seja, praticável e que se refaz, adaptando-se durante os anos sem ser esquecido, são o principal foco do autor. São os mitos que se

enriquecem no decorrer dos séculos e persistem explicando os fenômenos, o comportamento e a atividade do homem até hoje.

[...] o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do 'principio'. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição (ELIADE, 1972, p. 11).

Os Entes Sobrenaturais, de acordo com o autor, são os personagens dos mitos, conhecidos pelo que fizeram no passado. Para Eliade (1972, p. 12) “[...] o mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma ‘história verdadeira’, porque sempre se refere a realidades”. Pode-se perceber, por exemplo, a presença de mitos no próprio cotidiano dos indivíduos, que por vezes são encarados como verdades universais, sem terem qualquer comprovação científica.

Os mitos são apoiados em sonhos e experiências não científicas, ao mesmo tempo em que determinam o comportamento de um grupo diante de variadas situações. O mito fornece uma ideia sobrenatural, porém é importante formador de caráter e moral das sociedades, funcionando também como modelo de conduta humana. Eliade (1972, p. 22) propõe uma estrutura segundo a qual o mito

[...] 1) constitui a História dos atos dos Entes Sobrenaturais; 2) que essa História é considerada absolutamente verdadeira (porque se refere a realidades) e sagrada (porque é a obra dos Entes Sobrenaturais); 3) que o mito se refere sempre a uma “criação”, contando como algo veio à existência, ou como um padrão de comportamento, uma instituição, uma maneira de trabalhar foram estabelecidos; essa é a razão pela qual os mitos constituem os paradigmas de todos os atos humanos significativos; 4) que, conhecendo o mito conhece-se a ‘origem’ das coisas, chegando-se, conseqüentemente, a dominá-las e manipulá-las à vontade; não se trata de um conhecimento ‘exterior’, ‘abstrato’, mas de um conhecimento que é ‘vivido’ ritualmente, seja narrando cerimonialmente o mito, seja efetuando o ritual ao qual ele se serve de justificação; 5) que de uma maneira ou de outra ‘vive-se’ o mito, no sentido de que se é impregnado pelo poder sagrado e exaltante dos eventos rememorados ou reatualizados.

Ainda nessa abordagem, conhecer o mito permite ter poder sobre ele e manipulá-lo. O mito como história sagrada é constantemente recuperado, revivido e evidenciado por meio de ritos. São os ritos que revivem momentos históricos importantes, nos quais os Entes Sobrenaturais obtiveram sucesso, de forma que invocando esse momento, também se obtenha sucesso em outros acontecimentos, por exemplo, em uma guerra. “Em suma, os mitos revelam que o mundo, o homem e

a vida têm uma origem e uma história sobrenaturais, e que essa história é significativa, preciosa e exemplar” (ELIADE, 1972, p. 22).

Histórias e ritos também são aspectos abordados nos estudos sobre mito propostos por Campbell (1990), para quem a mitologia tem muito a ver com os estágios da vida, com os ritos e/ou cerimônias em que o indivíduo passa da infância para a vida adulta, ou de um *status* de solteiro para casado, por exemplo. Isso é, “[...] todos esses rituais são ritos mitológicos. Todos têm a ver com o novo papel que você passa a desempenhar, com o processo de atirar fora o que é velho para voltar com o novo, assumindo uma função responsável” (CAMPBELL, 1990, p. 12). Para o autor esses rituais mitológicos, ainda hoje, atuam em nossa sociedade, por exemplo, em cerimônias de casamento, na posse de um presidente, mas também no alistamento militar e no simples ato de vestir um uniforme.

A Monarquia Britânica, por exemplo, é repleta de ritos, rituais e cerimônias que põe em forma de ação o mito na vida do homem. Dentre eles, pode-se citar a coroação da Rainha Elizabeth II; os casamentos reais do Príncipe Charles e Diana, assim como do Príncipe William e Kate; a Troca da Guarda Real; a *Trooping the Colour*<sup>3</sup>, que marca o aniversário de Elizabeth II; a Abertura do Parlamento Britânico, entre outros. Todos expressam os mitos, impõe papéis e funções aos membros da Monarquia, bem como legitimam a organização perante a sociedade.

Quando um juiz adentra o recinto do tribunal e todos se levantam, você não está se levantando para o indivíduo, mas para a toga que ele veste e para o papel que ele vai desempenhar. O que o torna merecedor desse papel é a sua integridade como representante dos princípios que estão no papel, e não qualquer ideia preconcebida a seu respeito. Com isso, você está se erguendo diante de uma personagem mitológica. Suponho que muitos reis e rainhas sejam as pessoas mais estúpidas, absurdas e banais que você possa encontrar, gente provavelmente interessada apenas em cavalos, mulheres, você sabe. Mas você não reage diante delas como personalidades, você reage diante do papel mitológico que elas desempenham. Quando se torna juiz ou presidente dos Estados Unidos, um homem deixa de ser o que era e passa a ser o representante de uma função eterna; deve sacrificar seus desejos pessoais e até mesmo suas possibilidades de vida em nome do papel que agora desempenha (CAMPBELL, 1990, p. 12).

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma cerimônia realizada pelos regimentos militares e pelo exército britânico. Nos campos de batalha as cores de um regimento ou de suas bandeiras, eram utilizadas como referência para reuniões entre as tropas. O evento que acontece tradicionalmente no mês de junho, também marca o aniversário do monarca britânico.

A Rainha Elizabeth II, por exemplo, a partir do momento em que ascendeu ao trono passou a assumir uma função, um papel, abdicando de sua vida e de seus desejos em detrimento da coroa, da Monarquia Britânica e das implicações do papel de uma monarca. “Quando se torna modelo para a vida dos outros, a pessoa se move para uma esfera tal que se torna passível de ser mitologizada” (CAMPBELL, 1990, p. 16).

O autor propõe conexões entre as diversas religiões ao redor do mundo, buscando compreender o porquê de haver tantos mitos, e também o motivo pelo qual existem padrões que se repetem em diversas culturas, que até onde se sabe, jamais entraram em contato umas com as outras. Para ele, os motivos são os processos psicológicos e sentimentos que só podem ser transmitidos através de histórias. Cabe destacar que Campbell (1990) foi um pesquisador que, por meio de seus estudos independentes, fez uma análise profunda das ideias dos psicólogos Carl Jung e Sigmund Freud, motivo pelo qual há uma profunda ligação entre o conceito de mito, proposto pelo autor, e questões subjetivas e inconscientes tratadas pelo campo da Psicologia.

Segundo Campbell (1990, p. 6) “[...] mitos são pistas para as potencialidades espirituais da vida humana”. Ou seja, aquilo que o indivíduo é capaz de conhecer e experimentar interiormente. O autor também propõe uma relação entre mito e símbolo.

Lendo mitos. Eles ensinam que você pode se voltar para dentro, e você começa a captar a mensagem dos símbolos. Leia mitos de outros povos, não os da sua própria religião, porque você tenderá a interpretar sua própria religião em termos de fatos – mas lendo os mitos alheios você começa a captar a mensagem, O mito o ajuda a colocar sua mente em contato com essa experiência de estar vivo. Ele lhe diz o que a experiência é (CAMPBELL, 1990, p. 6).

Com base na exposição feita até aqui, torna-se possível pensar os mitos em uma organização, em particular no sistema organização-públicos. Segundo Malinowski (*apud* Fernandes Filhos, 2012, p. 5) ao afirmar que “[...] nas organizações há uma presença marcante de mitos que se materializam em ritos, com o intuito de fortalecer a tradição, dotar de prestígio, expressar determinado conteúdo”. Dessa forma, expressos em ritos ou rituais, os mitos definem um comportamento coletivo que passa por uma linguagem simbólica, com valor e sentido ao homem.

Eliade (1972) afirma que rito e mito são elementos complementares e interdependentes, formam assim uma unidade complexa, responsável pelas características individualizantes de cada cultura. Sendo assim, torna-se possível considerar os ritos e os mitos nas relações do sistema organização-públicos, na medida em que eles constroem e consolidam as organizações, apoiando-se na credibilidade e aceitação social das ações realizadas. Especificamente em relação aos ritos, Silva (2008. p. 11) diz que

[...] os ritos e rituais não só assumem função privilegiada quando se instauram e se mantêm coesos, como também são fundamentais para que as estruturas de poder sejam capazes de manter em funcionamento os diversos níveis de dependência nos quais se instalam os vínculos entre as pessoas.

Da forma como propõe a autora, os ritos e mitos, ao serem pensados como fundamentais para que as estruturas de poder se mantenham em funcionamento, podem assumir aspectos de controle e poder, o que concede a eles também, um papel político. Ao mesmo tempo em assumem esse papel, eles expressam os comportamentos idealizados e aceitáveis socialmente, reforçando a ideia de cooperação e estabilidade de uma organização. Ideia esta que se assemelha ao objetivo da função política. Sendo assim, a partir da discussão dos autores, pode-se perceber a importância dos mitos, ritos e símbolos para cada indivíduo, grupo social e/ou organização. Compreende-se que os mitos fazem parte de determinada história e, assim sendo, refletem as situações culturais da humanidade.

### 3.2 FUNÇÕES DO MITO

O mito existe, desde a Antiguidade, pela necessidade de saciar a curiosidade dos indivíduos em uma época em que a ciência ainda não tinha se desenvolvido a ponto de explicar alguns fatos importantes, como a origem do Universo e da vida, por exemplo. Além disso, pode-se dizer que o mito tem a função de tornar algo público, por meio de uma narrativa marcante, que chame a atenção e desperte o interesse das pessoas. Todos os indivíduos, em sua natureza mais básica, gostam de contar e ouvir histórias.

Nesse aspecto, os mitos são histórias que podem ou não ser verdade, ao mesmo tempo em que apresentam-se como o caminho para a compreensão

humana. Criar mitos é o caminho para o crescimento do homem, visto que os mitos ajudam a compreender a realidade. Para Campbell (1990, p. 32) “[...] cada indivíduo deve encontrar um aspecto do mito que se relacione com a sua própria vida”. O autor diz ainda que a função do mito não é, essencialmente, explicar a realidade, mas acomodar e tranquilizar o homem em um mundo supostamente assustador.

Já Eliade (1972; 1991) pensa o mito em sociedade, com foco nas “sociedades primitivas”. Porém, os conceitos abordados em suas obras podem ser facilmente vinculados a grupos da sociedade atual. Para este autor as funções do mito são fixar modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas, por exemplo, alimentação, educação, esportes. Além disso, segundo ele

[...] o mito é importante também pelas revelações que nos fornece sobre a estrutura do Tempo. Como se admite hoje, um mito narra os acontecimentos que se sucederam *in principio*, ou seja, ‘no começo’, em um instante primordial e atemporal, num lapso de *tempo sagrado*. Esse tempo mítico ou sagrado é qualitativamente diferente do tempo profano, da contínua e irreversível duração na qual está inserida nossa existência cotidiana e dessacralizada. Ao narrar um mito, reatualizamos de certa forma o tempo sagrado no qual se sucederam os acontecimentos de que falamos (ELIADE, 1991, p. 53, grifo do autor).

Para Eliade (1972) o tempo no mito é um tempo relativo, que não se liga a calendários humanos, mas sim a um tempo sagrado, que pode ser revivido por meio dos ritos. Estes teriam a função de expressar mitos na medida em que permitem ao homem imitar os gestos e ações de deuses e heróis, tidos como exemplos a serem seguidos.

Campbell (1990) entende o mito como uma poética da vida, ao invés da busca de sentido. O mito para ele seria uma experiência de sentido, de vida. Para o autor, a mitologia é detentora de quatro funções básicas. A primeira é a função mística, “[...] os mitos abrem o mundo para a dimensão do mistério, para a consciência do mistério que subjaz a todas as formas” (CAMPBELL, 1990, p. 32). Dito de outra forma, a função mística representa a descoberta e reconhecimento da dimensão do mistério do ser. Essa função se expressa de certo modo pelo aspecto sagrado do mundo, por relacionar a mente com o mistério de que existe algo ao invés de nada.

A segunda é a função cosmológica, que diz respeito ao mito como explicação do mundo. Conforme Campbell (1990, p. 32) é

[...] a dimensão da qual a ciência se ocupa – mostrando qual é a forma do universo, mas fazendo-o de uma tal maneira que o mistério, outra vez, se manifesta. Hoje, tendemos a pensar que os cientistas detêm todas as respostas. Mas os maiores entre eles dizem-nos: ‘Não, não temos todas as respostas. Podemos dizer-lhe como a coisa funciona, mas não o que é’. Você risca um fósforo – o que é o fogo? Você pode falar de oxidação, mas isso não me dirá nada.

A terceira é a função sociológica, em que o mito legitima uma determinada ordem social. “E aqui os mitos variam tremendamente, de lugar para lugar” (CAMPBELL, 1990, p. 32). O mito nessa função corresponde, segundo o autor, aos “princípios éticos”, às “leis da vida” e como esta deveria ser na “sociedade ideal”. Trata-se do mito enquanto um código, um manual de conduta para a sociedade.

A quarta é a função pedagógica do mito, que é para Campbell (1990, p. 32) a função “[...] com que todas as pessoas deviam tentar se relacionar [pois diz respeito a] como viver uma vida humana sob qualquer circunstância”. Nessa função, o mito seria a indicação do que se pode experimentar em vida, uma experiência de sentido por meio de caminhos possíveis.

Outra forma de compreender a estrutura e função dos mitos é

[...] apreendê-los como expressão da entrega de homens e mulheres a crenças e práticas que ignoram sua origem e destino, para o que necessitam elaborar representações simbólicas para si que sirvam de explicação para o que fazem nas sociedades nas quais se encontram. Não é por acaso que o mito tem o mundo natural como o primeiro mundo. Aí reside a sua característica própria, a sua função específica: a analogia entre mundo natural e mundo social torna possível ao mito sancionar simbolicamente a ordem social como ‘ordem natural’, preenchendo uma lacuna na explicação da ‘origem’ das instituições sociais que de outra maneira não encontrariam justificativa simbólica para seu caráter humano (demasiadamente humano) de construções de natureza arbitrário-convencional (SOUSA FILHO, 2006, p. 3).

Diante disso, pode-se dizer que o mito, por vezes, desempenha uma função social, ou seja, determinado grupo de pessoas une-se e tem no mito o principal ponto de união. Conforme Sousa Filho (2006, p. 4, grifo do autor) “[...] o mito *informa* a vida de grupo do que ela é e das razões que a fazem existir e seu destino, assim como a *enforma* nos padrões, valores e instituições que o mito elegeu”. Ao encontro dessas ideias, Malinowski (*apud* ABBAGNANO, 1970, p. 645) propõe o mito como instrumento de controle social, ao dizer que

O mito cumpre uma função intimamente ligada à natureza da tradição e à continuidade da cultura, com a relação entre maturidade e juventude e com

a atitude humana em relação ao passado. A função do mito é a de reforçar a tradição e dar-lhe maior valor e prestígio unindo-a a mais alta, melhor e mais sobrenatural realidade dos acontecimentos iniciais.

Nesse sentido, Abbagnano (1970, p. 645) complementa afirmando que “[...] o reforço da tradição ou a formação rápida de uma tradição capaz de controlar a conduta dos homens parece ser a função do mito”. Ou seja, o mito, por meio da tradição, dá sentido à ação humana na medida em que contribui para uma homogeneidade social. De tempos em tempos, une a sociedade em torno de crenças relacionadas com algo sagrado, divino e sobrenatural.

Convém, ainda, traçar um paralelo entre mito e ideologia, visto que, de acordo com Sousa Filho (2006, p. 5), “[...] em qualquer sociedade em que se manifeste, a ideologia assegura a coesão social, regulando os vínculos que unem os indivíduos às normas e aos papéis que lhe são atribuídos”. Isso se dá a partir do entendimento da ideologia mais do que um instrumento de luta de classes, mas como elemento simbólico da sociedade. Por meio de representações e crenças, a ideologia assegura a ordem social, pois preserva suas normas, padrões, instituições e costumes. Sousa Filho (2006, p. 7) conclui dizendo que

Existe sempre um fundo mítico na ideologia, mesmo quando esta se pretende ‘racional’, pela própria natureza da função da ideologia na cultura. Da mesma maneira, uma parte do mito nunca existirá sem sua função ideológica, isto é, de consagração simbólica do existente – o ‘mundo real’ é natural, necessário, inevitável e imutável! –, caucionada no desconhecimento do homem sobre sua própria existência e sobre a realidade do mundo no qual a existência humana se realiza. Não faltam razões aos homens para fazerem existir os mitos que os fazem existir.

Com base no que foi exposto nas funções do mito, por Eliade (1972), Abbagnano (1970) e Campbell (1990), bem como na concepção de ideologia atrelada ao mito, proposta por Sousa Filho (2006) torna-se possível entender a Rainha Elizabeth II, da Inglaterra, como mito da Monarquia Britânica. Porém, cabe destacar que além da Rainha Elizabeth II, outras figuras desempenharam papel importante na história britânica, e da própria monarquia, passíveis de serem mitologizadas. Como exemplo, tem-se o Rei Henrique VIII, que ao romper com a Igreja Católica e fundar a Igreja Anglicana, atribuiu também ao rei a função de chefe da Igreja. O Rei Edward VIII, que abdicou do trono para se casar com uma mulher norte-americana e divorciada, contrariando os princípios da época e permitindo ao pai da atual rainha assumir a função de rei.

Mais recentemente, a Princesa Diana, tida como a Princesa do Povo, expressão cunhada por Tony Blair após o acidente fatal em Paris. Com a separação do Príncipe Charles, filho da Rainha Elizabeth II, as constantes brigas com a Família Real e as causas humanitárias e sociais defendidas pela Princesa Diana, contribuíram para torná-la tão relevante aos britânicos quanto à própria Monarquia. Diante disso, a capacidade de resistência e adaptação desta forma de governo, explica-se mais pela narrativa mitológica do que pela lógica política, sendo assim, objeto de constantes e, nunca inteiramente, satisfatórias explicações.

### 3.3 O MITO NA MONARQUIA BRITÂNICA

A manutenção da Monarquia Britânica como organização secular justifica-se pelo seu caráter simbólico, visto que a monarquia representa a identidade de todo o povo britânico. A Rainha Elizabeth II é uma parte importante dessa identidade britânica, pois ocupa um papel institucional que é, ao mesmo, pessoal. Sendo assim, torna-se possível, por meio da narrativa mitológica, de símbolos e ritos que se moldam no inconsciente coletivo, compreender o fascínio que gira em torno desta Rainha, tida, no contexto deste estudo, como o mito na relação monarquia-sociedade.

Durante a Primeira Guerra Mundial, muitas monarquias de outros países se dissolveram e entraram em colapso, o que fez com que o Rei George V, avô de Elizabeth II, substituísse o seu nome e o nome de sua dinastia a fim de garantir a sobrevivência da Monarquia Britânica. O nome “Saxe-Coburgo-Gota”, de origem alemã, era impróprio para o período da guerra. Por isso, foi substituído por Windsor, considerado um nome mais britânico e, coincidentemente, o nome do lugar onde ficava o palácio favorito do rei. “Assim, em 17 de junho de 1917, a dinastia Windsor nasceu” (MARR, 2012, p. 43). Essa mudança, que a princípio parece simples, teve enorme influência no reinado de Elizabeth II.

A maneira como a Rainha Elizabeth II reina hoje, o que ela faz, como ela é vista e descrita, tem sua origem nas decisões tomadas por seu avô quando a Europa ainda vivia conflitos sangrentos, guerras, recessões e crises. George V “[...] foi o verdadeiro fundador da Casa de Windsor, conhecida como *A Firma*” (MARR, 2012, p. 51, grifo do autor). Elizabeth Alexandra Mary, apelidada de Lilibeth, por sua família, não teria chegado ao trono se fatos históricos, culturais e sociais não a

tivessem levado a isso. A atual Rainha era, até então, a terceira na linha de sucessão ao trono, atrás de seu tio Edward, e de seu pai Albert.

Porém, após assumir a coroa, como já mencionado anteriormente, seu tio Edward VIII abdicou do trono para se casar com uma mulher divorciada, a norte-americana Wallis Simpson, o que na época foi motivo de escândalo para a Monarquia Britânica. Já que esta não permitia o casamento de um monarca, membro da Família Real, com alguém que não pertencesse ao meio, que não fosse de religião protestante, tampouco com uma mulher divorciada e de outro país. Assim, a fim de minimizar os impactos causados pela abdicação e pelo casamento, o pai de Elizabeth, Príncipe Albert, assumiu o trono, nomeando-se como Rei George VI.

Alguns desses acontecimentos históricos foram adaptados para o cinema e tornaram-se obras de ficção. Por exemplo, o filme *O Discurso do Rei*, estrelado por Colin Firth, que narra a luta do Rei George VI contra a gagueira, mas também conta a história do homem responsável por ajudá-lo a superar o distúrbio. Nesse aspecto, pode-se refletir à luz de Campbell (1990, p. 131) e da saga do herói, que “[...] é alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo”. Há muitas histórias de heróis na mitologia, em especial na mitologia grega, mas também na ficção, em filmes de cinema, e na própria realidade. Talvez o Rei George VI não seja um herói propriamente dito, mas tem seu heroísmo e cumpre com um objetivo moral que é

[...] o de salvar um povo, ou uma pessoa, ou defender uma ideia. O herói se sacrifica por algo, aí está a moralidade da coisa. Mas, de outro ponto de vista, é claro, você poderia dizer que a ideia pela qual ele se sacrificou não merecia tal gesto. É um julgamento baseado numa outra posição, mas que não anula o heroísmo intrínseco da proeza praticada (CAMPBELL, 1990, p. 135).

A própria Rainha Elizabeth II já foi tema de um filme estrelado pela atriz Helen Mirren, chamado *A Rainha*. Sabe-se que desde os primórdios, as sociedades criam heróis, deuses e ídolos com virtudes, atributos físicos e intelectuais e de grande moral, cujos valores atribuídos refletem o ideal desta sociedade. Os heróis, materializados em reis e rainhas, tornam-se figuras às quais a sociedade reserva um espaço e um poder simbólico, com elevada capacidade de persuasão e modelos de conduta do povo. Campbell (1990, p. 142) diz que uma sociedade precisa de heróis, “[...] porque ela tem necessidade de uma constelação de imagens suficientemente

poderosa para reunir, sob uma mesma intenção, todas essas tendências individualistas”.

Estudá-los, portanto, permite conhecer mais sobre a história e a cultura das sociedades em épocas distintas. A leitura e interpretação desses mitos e heróis devem ser pensadas em imagens, visto que há mais realidade em uma imagem do que em uma palavra. Conforme Campbell (1990), a mitologia sempre se utiliza de uma linguagem metafórica, “[...] metáfora é uma imagem que sugere alguma outra coisa” (CAMPBELL, 1990, p. 59). Ou seja, a metáfora é uma imagem que sugere por meio da linguagem outra coisa. Assim sendo, quando uma pessoa diz à outra “Você é um gato”, não está sugerindo que a pessoa é literalmente um gato. “Gato” é uma metáfora. A produção das histórias é rica nesse aspecto, ao apropriar-se de metáforas em que, para interpretá-las, é preciso fazer uma leitura do que cada ato, cada situação ou cada ação do herói quer representar.

A Rainha da Inglaterra ascendeu ao trono no dia 2 de junho de 1953, com 27 anos, após a morte de seu pai George VI. Na época, Elizabeth já era casada com o Príncipe Philip, seu primo em terceiro grau, e mãe do Príncipe Charles, seu primogênito, e da Princesa Anne. Os três acontecimentos, a coroação, o casamento e o nascimento dos primeiros filhos, não necessariamente nessa ordem, foram marcados por ritos e cerimônias. Eliade (1972) e Campbell (1990) propõem rito, rituais e cerimônias, como a expressão, ou melhor, materialização do mito. “Os rituais das primitivas cerimônias de iniciação têm sempre uma base mitológica e se relacionam à eliminação do ego infantil, quando vem à tona o adulto, seja menina ou menino” (CAMPBELL, 1990, p. 147). Diante disso, tanto o casamento, quanto o nascimento dos filhos e a coroação, colocaram a Rainha Elizabeth II em situações de mudança. Os ritos e rituais “[...] aparecem com muita força no momento em que acontecem mudanças, em que há a passagem de um estado para outro. São elementos que reforçam a preservação dos valores organizacionais” (SILVA, 2008, p. 11).

O casamento real da Rainha Elizabeth II, de acordo com Marr (2012), aconteceu em uma época em que a Grã-Bretanha passava por uma crise financeira, desvalorização da moeda, baixa produtividade e greves recorrentes. O povo estava cansado e, com o passar do tempo, precisava de algo para se alegrar. O país queria diversão. Dessa forma, a cerimônia de casamento da Princesa Elizabeth, que até

então não havia se tornado Rainha, era a garantia da coesão do povo em torno da Monarquia.

Em 1947, diferentemente de hoje, não se considerava que um casamento real, mesmo envolvendo a herdeira do trono, tinha de ser uma cerimônia pública grandiosa. Historicamente, a maioria dos casamentos reais consistira de eventos privados, com festas privadas e alguns acenos de mão em sacadas e landaus. Desta vez, a escolha da Abadia de Westminster seguiu precedentes estabelecidos apenas por George VI e a rainha Elizabeth, e depois de toda a querela financeira, a decisão de realizar a cerimônia na abadia garantia que o casamento seria o grandioso evento nacional que a maioria queria (MARR, 2012, p. 124).

Esse aspecto se dá em conformidade com as visões de Abbagnano (1970) e Sousa Filho (2006) em que o mito atua como instrumento de controle social e ideológico, pois está baseado nas tradições e crenças e visa à coesão da sociedade. Da mesma forma, “[...] o nascimento do príncipe Charles foi comemorado com entusiasmo pela animada multidão do lado de fora do Palácio de *Buckingham* e por colunas entusiastas nos jornais” (MARR, 2012, p. 129).

Porém, a coroação é o rito que melhor expressa, ao mesmo tempo em que dá origem, ao mito Rainha Elizabeth II, pois “[...] A coroação da rainha naquele mês de junho foi um carnaval nacional, mas também uma celebração religiosa e um momento de renascimento patriótico” (MARR, 2012, p. 157). O rito da coroação da Rainha Elizabeth II aconteceu um ano e quatro meses após a morte de seu pai, na Abadia de *Westminster*. Foi transmitido ao vivo pela rede de televisão BBC e pelo rádio.

No dia da transmissão propriamente, a cobertura focou nos detalhes do vestido de seda da rainha, em seu comportamento sério e na intrincada coreografia da cerimônia secular, que remonta pelo menos ao ano de 973, quando o rei Edgar foi coroado em Bath, conforme registrado na *Crônica Anglo-Saxã* (MARR, 2012, p. 167, grifo do autor).

Conforme exposto anteriormente, para Eliade (1972) os ritos revivem momentos históricos importantes, nos quais os Entes Sobrenaturais obtiveram sucesso. Os Entes Sobrenaturais, segundo o autor, são os personagens dos mitos, conhecidos pelo que fizeram no passado. Nesse aspecto, pode-se entender a coroação como um rito que renova e revalida um ato, uma ação, a crença ou tradição de um momento que já aconteceu no passado. A Rainha Elizabeth II como mito também se recria, pois desde a sua coroação atravessou o século participando

de inúmeros acontecimentos consideráveis, e perdura até hoje na sociedade como monarca, justamente por ter a capacidade de se reinventar ao longo dos anos.

A coroação foi, sem dúvida, o momento mais importante da vida da Rainha Elizabeth II, bem como o momento oficial mais importante de seu reinado. Pensada como uma narrativa mítica, a coroação e a própria Rainha estiveram envoltos em símbolos com os mais diversos significados. Desde objetos materiais como o vestido, o cetro da cruz, o orbe, o manto e a coroa, até a aura mística e sagrada que envolve a monarca, assim como a Monarquia Britânica. Nesse aspecto, “[...] a construção e a preservação simbólica servem como meio para a formação da identidade cultural” (SILVA, 2008, p. 9). A Rainha Elizabeth II, de acordo com Marr (2012, p. 25) ainda

[...] é o símbolo da autoridade que conduz os servidores do Estado e as leis – as eleições, as forças armadas, os juízes e os tratados que, juntos, tornam a vida moderna possível. [...] A ‘Grã-Bretanha’ não pode ir à República da Irlanda para enfim curar uma ferida política que data do início da luta da Irlanda por independência, nos anos 1920, mas a rainha pode. A ‘Grã-Bretanha’ não pode dar as boas-vindas ao papa ou a um presidente. Ela pode.

Embora a monarca não possua poder político e seu único trabalho dessa natureza seja apontar um novo Primeiro-Ministro, caso este morra, renuncie ou deixe de cumprir com as obrigações de seu cargo, ela possui grande autoridade. Como chefe de Estado, a Rainha Elizabeth II é um símbolo vivo e, portanto, um mito, para várias nações.

Nenhum político britânico serviu por tempo suficiente, ou foi tão afetado pessoalmente, ou teria legitimidade para falar em nome de todos os britânicos [...] nenhum bretão além da rainha tem autoridade para representar os britânicos (MARR, 2012, p. 19).

A partir disso, torna-se importante compreender a Rainha Elizabeth II como o mito que sustenta a Monarquia Britânica, ao garantir estabilidade e legitimidade a esta forma de governo. Ela não é somente a monarca, é o mito que atua no imaginário construído pelos próprios ingleses, mas também pelo referencial que o resto do mundo tem do Reino Unido. Os mitos auxiliam nesse referencial por meio do poder, do sentido da vida e da forma de viver. A Rainha representa a continuidade, não apenas de um país ou do Estado, mas de uma dinastia, e apesar

de ela estar em toda a parte, em notícias, selos, moedas, tem conseguido se manter misteriosa e com um *status* quase santificado, sacralizado.

### 3.4 A GESTÃO DA FUNÇÃO POLÍTICA NA MONARQUIA ATRAVÉS DO MITO

Diante do que foi exposto até aqui, a Monarquia Britânica como uma organização, assim como todas as outras, possui objetivos específicos, que diferem, por vezes, dos objetivos de uma parte da sociedade. Ao longo dos anos, as divergências de interesses resultaram em conflitos e crises que colocaram em risco a permanência dessa forma de governo no mundo. Na sociedade, diversos segmentos e categorias sociais e econômicas questionaram, e ainda questionam, a validade da existência de um monarca e de uma família real, bem como o do papel exercido por eles. Porém, apesar das controvérsias, há que se ressaltar que ao longo da história se criaram e legitimaram vários elementos que ainda sustentam a monarquia como uma forma de governo viável.

Sabe-se que a Monarquia Britânica não possui um poder político e não interfere, diretamente, nas decisões do Parlamento, visto que tratam-se de responsabilidades específicas e bem distintas. Porém percebe-se que ela faz uso do exercício de poder, por meio de bases legítimas e persuasivas, as quais sustentam suas ações, principalmente via processos comunicacionais. Ou seja, ao assumir a sua função política, a organização Monarquia Britânica busca obter cooperação no sistema monarquia-sociedade, no sentido de garantir a sua permanência, utilidade e legitimidade como forma de governo.

Essa cooperação acontece porque as decisões da organização Monarquia Britânica ocorrem e são percebidas como legítimas pelos públicos, ou seja, pela sociedade. São decisões realizadas ao encontro de interesses comuns, que visam evitar conflitos no sistema, fazendo com que a sociedade mantenha-se fiel à Monarquia. O mito, fenômeno que se forma nas bases de poder de legitimação e persuasão (retórica), é o que auxilia a tornar a organização sacralizada e modeladora de comportamento dos públicos. Nesse sentido, a organização Monarquia Britânica tem no seu principal mito, a Rainha Elizabeth II, formado a partir de argumentos histórico-objetivos e pelo discurso da organização, a garantia da legitimação da organização através dos tempos.

Os argumentos histórico-objetivos, assim como os discursos, constituem-se de informações dotadas de significado e de poder, as quais visam persuadir e ajustar comportamentos e expectativas, motivo pelo qual o mito se forma nessas bases. A partir disso, entende-se que essas informações também precisam ser gerenciadas, pela atividade de Relações Públicas, no exercício da função política. A forma como a organização Monarquia Britânica faz uso das informações, garantindo a formação e reconhecimento do mito, precisa ser entendida como um processo de gestão da função política, portanto, um processo de gestão de Relações Públicas.

Os mitos apresentam-se de diferentes formas, por meio de narrativas, na linguagem, nos ritos, mas, principalmente, formam-se no inconsciente de cada indivíduo, atrelado às ideologias, crenças e sentidos atribuídos a eles. As organizações, ao alimentarem e preservarem os mitos, o fazem de forma a reforçar a própria missão de sua existência, o próprio significado que buscam representar para a sociedade. Segundo Enriquez (1997, p. 34) as organizações apropriam-se de mitos a fim de mudar aquilo que deve ser mudado e conservar o que deve ser preservado. Para ele

[...] a organização não pode viver sem segregar um ou alguns mitos unificadores, sem instituir ritos de iniciação, de passagem e de execução, sem formar os seus heróis tutelares (colhidos com frequência entre os fundadores reais ou os fundadores imaginários da organização), sem narrar ou inventar uma saga que viverá na memória coletiva: mitos, ritos, heróis, que têm por função sedimentar a ação dos membros da organização, de lhes servir de sistema de legitimação e de dar assim uma significação preestabelecida às suas práticas e à sua vida.

Os mitos validam e explicam as práticas e políticas adotadas pela organização, tendo assim uma função organizadora e estruturadora. Na Monarquia, a Rainha é esse mito. Sua função quase sacralizada constitui uma espécie de paradigma moral para a sociedade, pois auxilia na manutenção de um sistema de crenças, tradições e valores, que unem a sociedade, garantem a estabilidade e sustentam a organização.

A Rainha é um mito por constituir-se da narrativa de seus antepassados, da história de seu pai, tio e avô. Revalida-se e renova-se a cada rito, ritual ou cerimônia de seu reinado, em que resgata as antigas tradições, por meio de símbolos, de linguagens, de discursos e em si mesma. A Rainha é um símbolo, pois estampa moedas, selos e passaportes, assim como é uma linguagem, já que seu nome é

citado no hino nacional de seu país. Representa a *Firma*, como é chamada a Monarquia, e constitui a identidade do povo britânico.

A Monarquia é uma organização secular, histórica, portanto muitos foram seus reis e rainhas, assim como diversas mudanças aconteceram ao longo dos reinados. Entretanto, o fato de se manter até hoje, deve-se, em parte, ao papel e a função que esses reis e rainhas desempenharam ao longo dos anos, a fim de garantir sua permanência, bem como a da própria organização. Com base nisso, pode-se dizer que no sistema monarquia-sociedade, a gestão da função política se efetiva através da figura de reis e rainhas.

## 4 A MONARQUIA BRITÂNICA: ORGANIZAÇÃO, FUNÇÃO POLÍTICA E MITO

A Monarquia Britânica é uma das formas de governo mais antigas da história humana. Embora, atualmente, seja reconhecida mais pelos atributos sócio-históricos do que pelo poder legítimo, ela definiu os rumos do Reino Unido até o fim do Século VII. Desde então, a Monarquia, juntamente com a Rainha e os membros da Família Real, exercem a representação simbólica da unidade nacional para os britânicos, tornando-se motivo de interesse para milhões de turistas, por exemplo, que se amontoam em frente ao Palácio de Buckingham para assistir à Troca da Guarda Real.

Frente ao que foi construído até aqui, este capítulo propõe-se a compreender a Monarquia Britânica como uma organização, que possui uma história, uma estrutura, um conjunto de pessoas e cargos, um processo de comunicação e funções organizacionais. Dentre essas funções, destaca-se a existência da função política, a qual opera, entre outros aspectos, por meio das bases de poder legítima e retórica, formadoras do mito. Esse mito, na Monarquia Britânica, é a Rainha Elizabeth II, a qual sustenta-se como fenômeno capaz de garantir a estabilidade dessa forma de governo. Ao final do capítulo, busca-se destacar alguns elementos que permitem repensar as práticas de Relações Públicas em diferentes tipos de organização.

### 4.1 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este estudo é uma pesquisa exploratória, pois visa familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido e pouco explorado em Ciências da Comunicação, e na área de Relações Públicas, que é a Monarquia Britânica. Por ser um tipo de pesquisa muito específica, utilizou-se como métodos a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A fim de explorar o caso em questão, recorreu-se, ainda, às técnicas de pesquisa documental e de análise dos dados com base no referencial bibliográfico.

A pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 183), “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões

inovadoras”. Dessa forma, a fim de compreender a Monarquia Britânica como uma organização, realizou-se a seleção, leitura e fichamento de livros e artigos científicos sobre organização, suas características, categorias, estruturas e funções. A pesquisa bibliográfica também foi utilizada para a revisão da teoria da gestão da função política, na qual se encontrou as definições das bases de exercício de poder que norteiam o objetivo geral deste estudo. Além disso, realizou-se pesquisa e levantamento bibliográfico sobre as formas e sistemas de governo e sobre breves conceitos de mito, propostos por autores e estudiosos do assunto. A partir disso, obtiveram-se as premissas que, posteriormente, orientaram a coleta, sistematização e análise dos dados relevantes ao objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica foi iniciada durante a construção do Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso, estendendo-se até o mês de maio de 2016.

Quanto ao método de estudo de caso, cabe destacar seu caráter qualitativo exploratório. De acordo com Gil (2002) consiste de um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento. Ainda em relação a esse método, destaca-se:

[...] o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidencia são utilizadas (YIN, 2001, p. 32).

De acordo com essa abordagem, o estudo de caso é a escolha adequada quando se busca responder questões do tipo “como” e “por que”. Nesse contexto, o caso escolhido foi o da Monarquia Britânica, entendida pelo pesquisador como uma organização na qual a Rainha Elizabeth II constitui-se como o mito, formado nas bases de poder legítima e retórica da teoria da função política de Relações Públicas, capaz de garantir a manutenção e estabilidade dessa forma de governo. Nesse contexto, foi necessário conhecer e entender a forma de governo em questão e a monarca como mito. Acredita-se que o fato de o método de estudo de caso buscar a compreensão de fenômenos sociais complexos, sejam eles organizacionais, individuais, sociais ou políticos, sustenta a opção metodológica seguida pelo pesquisador.

Cabe destacar que a justificativa para o pesquisador ter escolhido a forma de governo Monarquia Britânica como estudo de caso se deu por se tratar de uma

realidade distante do contexto brasileiro, portanto, desconhecida por muitas pessoas. Outro aspecto envolve a curiosidade pela perenidade de uma monarquia na atualidade e pela maneira como a Rainha e os membros da Família Real se comportam e se apresentam perante a sociedade. Por último, mas não menos importante, por uma motivação pessoal do pesquisador, ao acreditar que só é possível estudar e pesquisar um assunto quando se tem gosto por ele.

Na coleta de dados para a compreensão sistêmica do caso, empregou-se a técnica de pesquisa documental que, segundo Gil (2002), se assemelha à pesquisa bibliográfica. A diferença está no fato de que na pesquisa documental os materiais utilizados ainda não receberam um tratamento analítico, enquanto na pesquisa bibliográfica os assuntos abordados partem das contribuições de diversos autores e teóricos. Ainda, conforme Moreira (2008, p. 276), essa técnica “[...] muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos”. Nesse aspecto, a pesquisa documental auxiliou na identificação da Monarquia Britânica como uma organização, bem como das bases de poder da função política e do mito. As fontes utilizadas na pesquisa documental foram as informações disponíveis no *website The Royal Family*, canal de comunicação digital oficial da Monarquia Britânica.

A escolha pelo *website The Royal Family* deu-se em razão da forma como ele se apresenta à sociedade: “este é o site oficial da Família Real Britânica. Escrito e gerido pela Casa Real no Palácio de Buckingham, que tem como objetivo fornecer um recurso autorizado de informações sobre a Monarquia e a Família Real, passado e presente [tradução nossa]”<sup>4</sup>. Ou seja, parece claro que este canal é tido pela organização Monarquia Britânica como a sua forma oficial de comunicação com a sociedade. Além do *website*, inicialmente, o pesquisador cogitou a possibilidade de acessar documentos físicos e oficiais do caso, o que foi descartado ao longo da pesquisa tendo em vista a sua localização em outro país.

Durante a coleta dos dados, levou-se em conta o ambiente no qual as informações são veiculadas, no âmbito desse estudo, um *website*. Sobre os critérios metodológicos para pesquisa na internet, Fragoso, Recuero e Amaral (2012, p. 55) dispõem:

---

<sup>4</sup> No original: “This is the official web site of the British Royal Family. Written and managed by the royal household at Buckingham Palace, the site aims to provide an authoritative resource of information about the Monarchy and Royal Family, past and present” (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016).

A internet é um universo de investigação particularmente difícil de recortar, em função de sua escala (seus componentes contam-se aos milhões e bilhões), heterogeneidade (grande variação entre as unidades e os contextos) e dinamismo (todos os elementos são permanentemente passíveis de alteração e a configuração do conjunto se modifica a cada momento).

Entender esse conceito e a dinamicidade da internet foi determinante para a obtenção dos dados deste estudo. Já em relação à amostra para análise, conforme Fragoso, Recuero e Amaral (2012, p. 67)

[...] o número de componentes da amostra é menos importante que sua relevância para o problema de pesquisa, de modo que os elementos da amostra passam a ser selecionados deliberadamente, conforme apresentem as características necessárias para a observação, percepção e análise das motivações centrais da pesquisa.

Sendo assim, em função da abordagem qualitativa do estudo, optou-se pela não delimitação de uma amostra específica, dada a dinamicidade do *website* e a concepção do pesquisador de que o mito se constrói todos os dias, por todos os fatos e acontecimentos ao longo da história e não a partir de um evento ou notícia em especial. Além disso, “[...] as amostragens qualitativas buscam selecionar os elementos mais significativos para o problema de pesquisa. Assim [...] as amostras qualitativas são, portanto, tipicamente intencionais” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2012, p. 68). Desse modo, realizou-se uma leitura flutuante do *website*, no período do dia 19 a 27 de maio de 2016, com o intuito de selecionar informações sobre a Monarquia Britânica e sobre a Rainha Elizabeth II.

Cabe destacar que o *website The Royal Family* não se encontra na Língua Portuguesa, dessa forma, com o intuito de utilizar as informações em inglês, o pesquisador buscou traduzi-las de forma a elucidar a ideia central dos textos e desenvolver as análises necessárias. Após a leitura e a seleção do material, procedeu-se à captura de algumas imagens do *website*, para ilustrar o conjunto de informações pesquisadas. Logo em seguida, os dados coletados foram analisados e interpretados à luz do referencial teórico obtido por meio da pesquisa bibliográfica.

Além do *website*, buscou-se analisar as redes sociais digitais da Monarquia Britânica, dentre elas Facebook, Twitter, Instagram, e o canal de vídeos YouTube, no período de 15 a 20 de maio de 2016. Em relação às informações encontradas nesses canais de comunicação digitais, foi observado que elas dão-se em torno das atividades e compromissos públicos realizados pela Rainha Elizabeth II e pelos

membros da Família Real no Reino Unido e fora dele. Os conteúdos apresentam-se em sua maioria, por meio de fotos e vídeos, no entanto, essas informações, não foram analisadas no âmbito deste estudo no que tange as bases de poder legítima e retórica da função política.

Para a análise dos dados coletados, consideraram-se as informações presentes em textos, vídeos, e fotos coletados no *website The Royal Family*. Como categorias para a análise, foram utilizadas a base legítima e a base retórica, ao encontro da teoria proposta por Simões (1995; 2001). Cada uma dessas bases comporta um conjunto de informações pelas quais se forma o mito. A base legítima trata dos argumentos histórico-objetivos, ou seja, das informações que visam dar transparência, e ao mesmo tempo conferem legitimidade às decisões da Monarquia Britânica. Já a base retórica se encarrega dos discursos, que são as informações que comunicam o que a Monarquia Britânica faz, como e o porquê de suas decisões, a fim de obter influência. Juntas, as duas bases operam na estabilidade do sistema monarquia-sociedade, na obtenção de cooperação entre as partes, na legitimação da função política.

Após isso, buscou-se encontrar nas informações classificadas em cada base, elementos que sustentam a Rainha Elizabeth II como mito da Monarquia Britânica. Cabe destacar que, na teoria da função política, Simões (1995) afirma que o mito também se constrói e constitui pela maneira como é descrito e escrito, pelos jornalistas na mídia. No entanto, este estudo concentrou-se na forma como a própria organização Monarquia Britânica, por meio de seu canal de comunicação oficial, constrói o seu mito. Ou seja, não foi intenção pesquisar a construção do mito a partir de outros sujeitos ou organizações. Entretanto, entende-se que esta proposta poderia ser viável em uma situação de continuidade do que aqui foi desenvolvido.

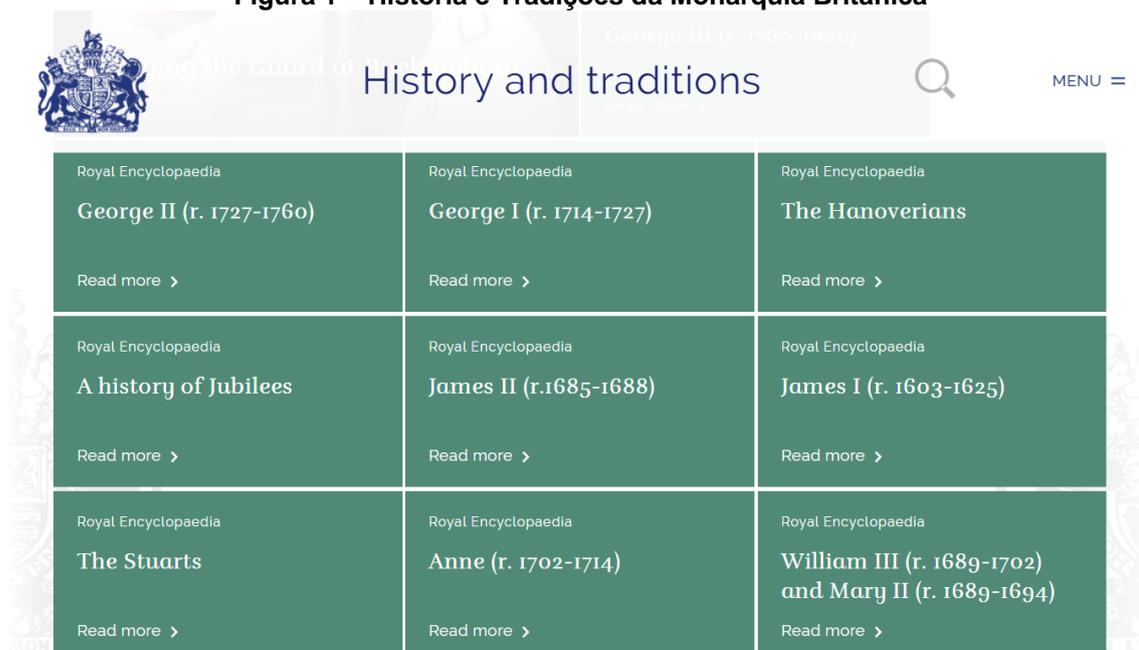
O conjunto de informações coletadas foi analisado, juntamente com o referencial teórico, pela transcrição, tradução, e seleção de trechos que sustentam a Rainha Elizabeth II como mito constituído a partir das bases de poder legítima e retórica da função política de Relações Públicas.

## 4.2 A ORGANIZAÇÃO MONARQUIA BRITÂNICA – HISTÓRICO, ESTRUTURA E SUJEITOS

Dentre os objetivos deste estudo, buscou-se compreender uma forma de governo, em especial a Monarquia Britânica, como uma organização na qual a função política atua como forma de legitimar as decisões junto aos públicos, valendo-se da construção de mitos. Utilizou-se, por vezes, no decorrer do texto, o termo “organização Monarquia Britânica” para reforçar o objetivo proposto. O intuito era mostrar que, assim como as organizações privadas, públicas ou sem fins lucrativos, comumente utilizadas como objeto de estudo e pesquisa na área de Relações Públicas, uma forma de governo como a Monarquia Britânica também possui uma função política em sua estrutura e faz uso dela para legitimar-se. Nessa análise, portanto, traça-se um paralelo entre informações encontradas na pesquisa documental do *website The Royal Family*, que caracterizam a Monarquia Britânica como uma organização, e os conceitos sobre o tema, a fim de sustentar o objetivo proposto.

Conforme apresentado anteriormente, Nogueira Filho (2012) e Saldanha (1993) tratam a Monarquia como a mais antiga forma de governo ainda em vigor, cujo cargo de chefe de Estado é uma função vitalícia, pertencente a um monarca, chamado de Rei ou Rainha. A Monarquia Britânica, assim como toda organização, também possui um histórico, que explica sua criação, o fundador, seu papel na construção da organização, as dificuldades enfrentadas e superadas ao longo dos anos e o objetivo frente à sociedade. A Figura 1, retirada do *website* da Monarquia Britânica, mostra a história e as tradições dessa organização em ordem cronológica dos reinados, pelo nome dos Reis e Rainhas, os fundadores da organização, com o período em que reinaram e o contexto histórico em que se inseriam.

**Figura 1 – História e Tradições da Monarquia Britânica**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Sobre esse histórico, destaca-se o reinado de John, também conhecido como John Lackland, que contribuiu para a formação da Monarquia Britânica como se encontra hoje. Naquele período, especificamente em 1215, os nobres ingleses impuseram ao Rei a Magna Carta, documento cujo teor limitava os poderes reais em benefício dos senhores feudais. De acordo com o *website The Royal Family*, isso aconteceu devido às altas taxas, disputas com a Igreja e as tentativas frustradas do Rei de tentar recuperar os territórios ingleses de posse da França, o que o tornaram impopular perante a sociedade. Diante do exposto, é possível realizar uma associação desse fato com o conceito proposto por Morgan (1996), referente ao surgimento de conflitos, resultante da divergência de interesses entre as partes do sistema monarquia-sociedade.

A Magna Carta obrigou o Rei a renunciar certos direitos e a respeitar certos procedimentos legais, fazendo com que os monarcas, a partir de então, tivessem que consultar o Parlamento, formado por representantes da nobreza e do clero, para a tomada de decisões. Pode-se considerar esse documento como o precursor do processo histórico que levou ao fim as monarquias absolutistas, e fez surgir as monarquias constitucionais, como é a atual Monarquia Britânica. Nesse formato, conforme defendem Nogueira Filho (2012) e Saldanha (1993), a Rainha atua como chefe de Estado, da forma de governo, e o Primeiro-Ministro, como chefe de governo

do sistema. Ambos contam ainda com o auxílio da Câmara dos Comuns e do Gabinete, o Conselho de Ministros, e juntos compõe o Parlamento.

Os aspectos que levaram a ascensão da atual Rainha, Elizabeth II, também se encontram inseridos nesse histórico, no entanto, já foram apresentados no capítulo três deste estudo. A Rainha Elizabeth II, nesse aspecto, e de acordo com a proposta de Presthus (1962) representa o indivíduo que dedica a vida pela organização, pois nasce, cresce, vive e morre dentro de uma. Isso, na organização Monarquia Britânica, dá-se em função da hereditariedade que rege a forma de governo monárquica, em que o sucessor da Rainha só pode ser seu descendente legítimo. A criança que pertence a uma monarquia, desde o nascimento, tem sobre si, independente do lugar que ocupa na linha sucessória, a responsabilidade de um dia assumir a função de Rei ou de Rainha. Essa concepção permite comparar a Monarquia Britânica, por exemplo, a uma organização familiar, cuja sucessão do comando da organização, na maioria das vezes, acontece de pai/mãe para filho/filha.

Na organização Monarquia Britânica esse fator embasa-se por uma lei, que corresponde a uma linha de sucessão, ou seja, uma lista de pessoas para suceder a Rainha Elizabeth II no trono britânico. “A base para a sucessão foi determinada nos desenvolvimentos constitucionais do Século XVII, que culminou com a Declaração de Direitos (1689) e do Ato de Estabelecimento (1701) [tradução nossa]”<sup>5</sup>. Naquela época, a sucessão respeitava regras de primogenitura e gênero sexual, ou seja, o filho homem, mais velho, herdava a coroa antes do filho mais novo, mesmo sendo do mesmo gênero e, principalmente, antes das filhas mulheres. Além disso, se a pessoa fosse católica ou se casasse com um católico, era excluída da lista, devido aos constantes conflitos com a Igreja Católica Romana na Idade Média, que culminaram com a formação da Igreja Anglicana da Inglaterra.

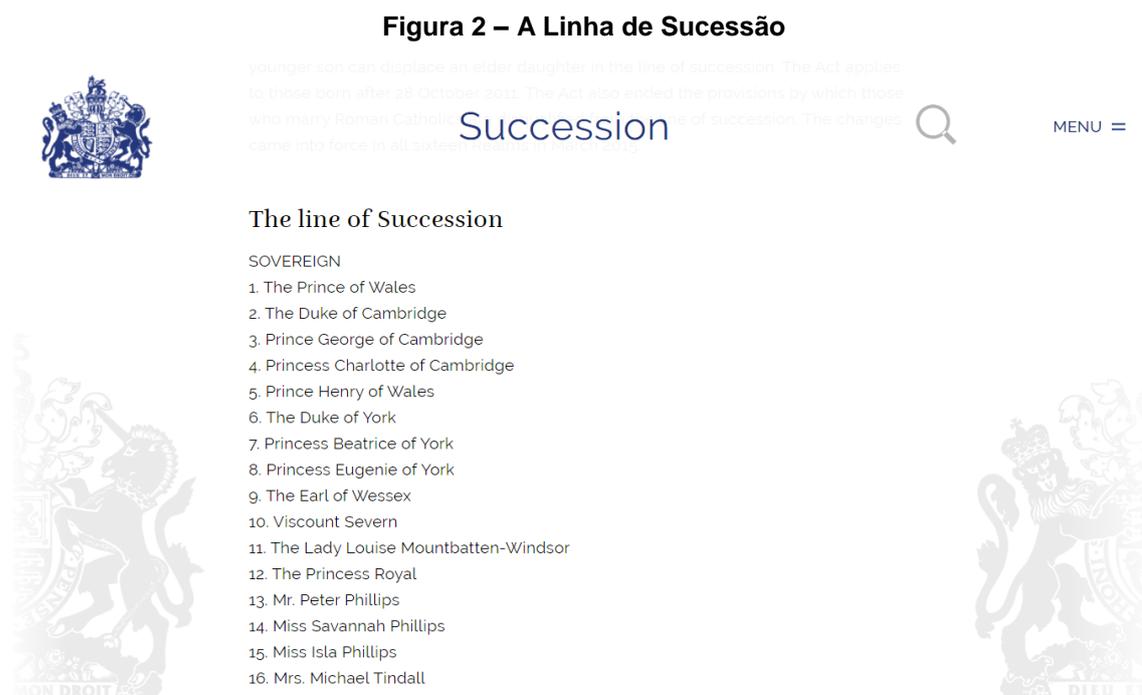
Porém, no ano de 2013, uma mudança na lei de sucessão, alterou as disposições da Declaração de Direitos e do Ato de Estabelecimento “[...] para acabar com a primogenitura masculina, em que um filho mais novo pode deslocar uma filha mais velha na linha de sucessão. A lei aplica-se aos nascidos após o dia 28 de

---

<sup>5</sup> No original: “The basis for the succession was determined in the constitutional developments of the seventeenth century, which culminated in the Bill of Rights (1689) and the Act of Settlement (1701)” (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016).

outubro de 2011 [tradução nossa]”<sup>6</sup>. Além disso, a lei também acabou com as disposições pelas quais aquele que casar-se com católicos será desqualificado a partir da linha de sucessão. Nota-se, com isso, uma predisposição da organização Monarquia Britânica em rever as tradições e fazer concessões a fim de manter-se viva, ou melhor, de garantir sua permanência em uma sociedade que, por vezes, ainda questiona a existência de uma monarquia e de uma família real em pleno Século XXI.

A Figura 2 apresenta a linha de sucessão da Monarquia Britânica encontrada no *website The Royal Family*, a partir da mudança ocorrida em 2011. Destacam-se, nesta lista, os dez primeiros nomes dos membros aptos a assumir o trono, que atualmente é ocupado pela Rainha Elizabeth II, seguida pelo Príncipe Charles; Príncipe William; Príncipe George; sua irmã Princesa Charlotte; Príncipe Harry, irmão de William; Príncipe Andrew, filho da Rainha; Princesa Beatrice e Princesa Eugenie, ambas as netas de Elizabeth II; Príncipe Edward e James Mountbatten-Windsor, filho de Edward. Esses constituem a chamada Família Real.



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

<sup>6</sup> No original: “[...] end the system of male primogeniture, under which a younger son can displace an elder daughter in the line of succession. The Act applies to those born after 28 October 2011 [...]” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

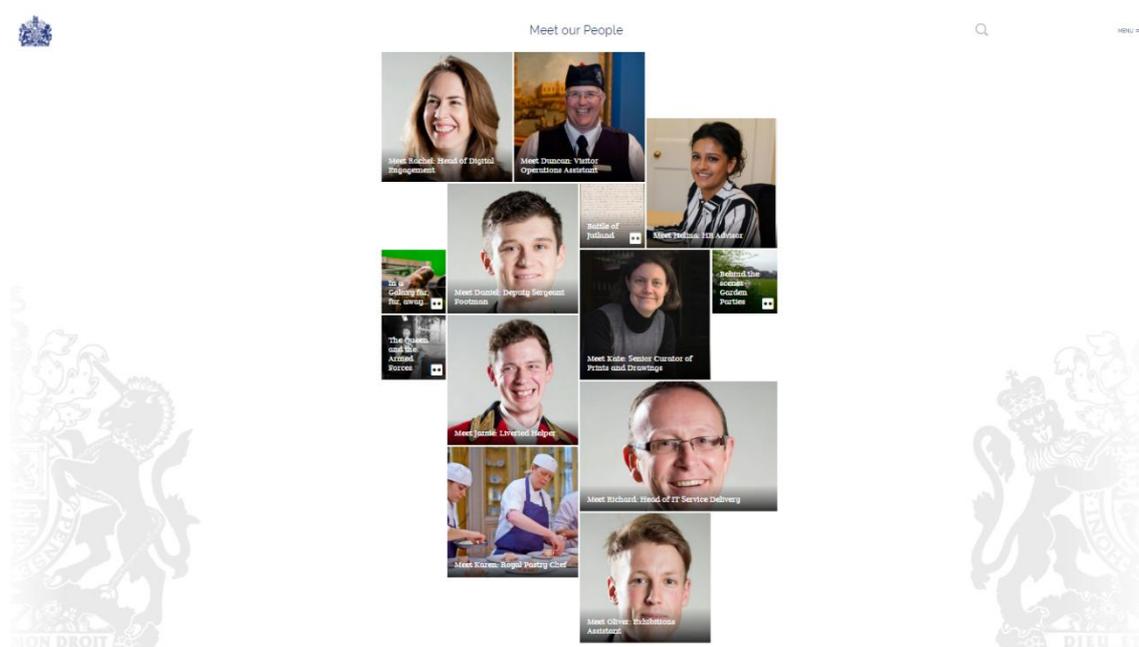
Diante disso, pode-se refletir acerca do conceito exposto por Etzioni (1989) para quem a organização é uma união social, formada por pessoas, com o propósito de atingir objetivos específicos. A Rainha Elizabeth II, juntamente com a Família Real, compõe uma parte da organização Monarquia Britânica, como mostra a Figura 3. Porém, embora esses integrantes obtenham maior destaque e relevância na organização, por serem descendentes dos fundadores e da história, ressalta-se que a organização Monarquia Britânica também é formada por servidores do governo e do Estado, conforme a Figura 4. Estes contribuem por meio dos serviços prestados à Casa Real, na consecução do objetivo organizacional. Todo esse conjunto de pessoas tem, então, como objetivo garantir com que a organização Monarquia Britânica permaneça na sociedade britânica, sendo reconhecida como parte de uma identidade nacional.

**Figura 3 – A Família Real**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Figura 4 – Os servidores do Estado



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Constata-se que a denominação Casa Real é atribuída à administração central da organização Monarquia Britânica, responsável por todos os outros setores e, inclusive, pelas informações disponibilizadas no *website The Royal Family*. Com isso pode-se dizer que a Casa Real é a responsável por gerir as seis funções organizacionais propostas por Maximiano (2004), contribuindo para o entendimento da Monarquia Britânica como uma organização.

Ainda em relação à perspectiva de Etzioni (1989), foi possível perceber, nas informações encontradas e selecionadas nas páginas do *website*, alguns aspectos característicos de uma organização. O primeiro deles diz respeito à divisão de trabalho, poder e responsabilidade de comunicação. Na Casa Real, por exemplo, nota-se que a divisão de trabalho acontece por meio de departamentos, ilustrado nas Figuras 5 e 6. Conforme o *website* “[...] há cinco principais departamentos dentro da Casa Real, que trabalham em colaboração para garantir que as metas e os objetivos da organização sejam alcançados [tradução nossa]”<sup>7</sup>. Esses departamentos são responsáveis pelas seguintes atribuições dentro da organização Monarquia Britânica:

<sup>7</sup> No original: “There are five main Departments of the royal household, who work collaboratively to ensure the aims and objectives of the organization are achieved” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

- 1) *The Private Secretary's Office*: dar suporte à Rainha em seus deveres constitucionais, governamentais e políticos como chefe de Estado;
- 2) *The Privy Purse and Treasurer's Office*: inclui funções administrativas como finanças, recursos humanos, tecnologia da informação e telecomunicações, auditoria interna, entre outros;
- 3) *The Master of the Household's Department*: responsável pela decoração de todas as residências reais, contando com uma equipe que vai de floristas e estofadores até artesãos;
- 4) *The Lord Chamberlain's Office*: departamento que organiza as atividades cerimoniais ou eventos voltados ao público, em que há participação da Rainha e;
- 5) *Royal Collection Trust*: responsável pelo atendimento e apresentação da Coleção Real, bem como pela abertura ao público das residências oficiais da Monarquia Britânica.

**Figura 5 – Departamentos da organização Monarquia Britânica**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

**Figura 6 – Departamentos da organização Monarquia Britânica**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Já sobre a divisão de trabalho da Família Real compreende-se que acontece no papel desempenhado pelos seus membros, no apoio a Rainha “[...] em seus muitos deveres estaduais e nacionais, bem como na realização de um importante trabalho nas áreas de serviço público e de caridade, ajudando a fortalecer a unidade e estabilidade nacional [tradução nossa]”<sup>8</sup>. Dentre as principais atividades encontradas estão: 1) os compromissos oficiais, no Reino Unido e no exterior; 2) banquetes, recepções e festas; e 3) apoio e incentivo aos setores públicos e a instituições de caridade. De acordo com o *website*, “[...] a Família Real como um todo tem um papel no reforço da unidade nacional [tradução nossa]”<sup>9</sup>.

Percebe-se, por meio dessa divisão, que as pessoas dentro das duas partes da organização Monarquia Britânica, desempenham atividades diferentes, porém, de forma complementar no sentido de atingir o objetivo organizacional. Os serviços prestados pela Casa Real, por exemplo, parecem auxiliar no papel desempenhado pela Rainha Elizabeth II e pelos membros da Família Real. Da mesma forma, as atividades destes são necessárias para que a Casa Real consiga realizar o trabalho de administrar as demais funções organizacionais da Monarquia Britânica. Assim

<sup>8</sup> No original: “[...] many State and national duties, as well as carrying out important work in the areas of public and charitable service, and helping to strengthen national unity and stability” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

<sup>9</sup> No original: “[...] the Royal Family as a whole plays a role in strengthening national unity” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

sendo, destacaram-se informações do *website* que corroboram com a hipótese de existência de funções organizacionais na Monarquia Britânica.

Entre as funções propostas por Maximiano (2004) situa-se a função financeira. Na Figura 7 mostra-se uma atividade da função financeira na Monarquia Britânica, a prestação de contas perante a sociedade. Um trecho do texto do *website* relata “a Monarquia, por vezes, tem sido descrita como uma instituição cara, com as finanças reais envoltas em confusão e sigilo [tradução nossa]”<sup>10</sup>. Nota-se, nessa passagem, uma possível desconfiança gerada na sociedade britânica, e talvez em outros públicos ao redor do mundo, a respeito de como a organização Monarquia Britânica e, em especial a Família Real, se mantém financeiramente. Atrela-se a isso, talvez, uma percepção de que eles não trabalham, apenas participam de eventos sociais e cerimoniais, sem fins lucrativos, e que não justificam o modo de vida que levam.

**Figura 7 – Finanças Reais**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Em continuidade ao texto acima, outro trecho explica “[...] a Casa Real está empenhada em garantir que o dinheiro público seja gasto da forma mais sábia e eficiente possível, e em tornar as finanças reais o mais transparente e

<sup>10</sup> No original: “The Monarchy has sometimes been described as an expensive institution, with Royal finances shrouded in confusion and secrecy” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

compreensível [...] [tradução nossa]”<sup>11</sup>. Dessa forma, por meio desse espaço dentro do *website The Royal Family*, a organização Monarquia Britânica compromete-se a publicar, anualmente, um relatório completo com todas as finanças públicas reais. Situações como essa, que visam mostrar transparência em relação ao investimento de recursos públicos são características de organizações públicas e de terceiro setor, por exemplo.

A organização Monarquia Britânica divulga também informações sobre fontes de financiamento, acordos financeiros, tributação, e bens imobiliários. Constata-se que a organização, como uma forma de governo que recebe contribuições por meio da arrecadação de impostos, procura prestar esclarecimentos sobre o trabalho que realiza com o dinheiro público. Dessa forma, assim como outras organizações públicas, adota políticas de transparência, como a divulgação dos salários de seus servidores, dos gastos relacionados ao trabalho da Rainha Elizabeth II e da Família Real, bem como esclarecimentos sobre as propriedades imobiliárias, os palácios e terras, que não são de propriedade da Rainha, mas sim do governo.

Identifica-se, também, a função organizacional de recursos humanos ou gestão de pessoas, em Maximiano (2004), como mostra a Figura 8. Em uma página de vagas disponíveis na organização Monarquia Britânica, é possível encontrar as descrições das atividades que serão desempenhadas pelo novo servidor, o local no qual irá trabalhar, assim como horário de expediente e perfil pretendido. Neste último item, inclusive, percebe-se, por parte da Monarquia Britânica, a respeito do texto que descreve os pré-requisitos para o novo servidor, expressões como

[...] tomar cuidado e ter orgulho do seu trabalho [...] dar grande atenção aos detalhes significa que você aponta para os mais altos padrões em tudo o que faz [...] atitude positiva significa que você vai estar ansioso para se envolver em uma variedade de funções de apoio à equipe [tradução nossa] [...]<sup>12</sup>.

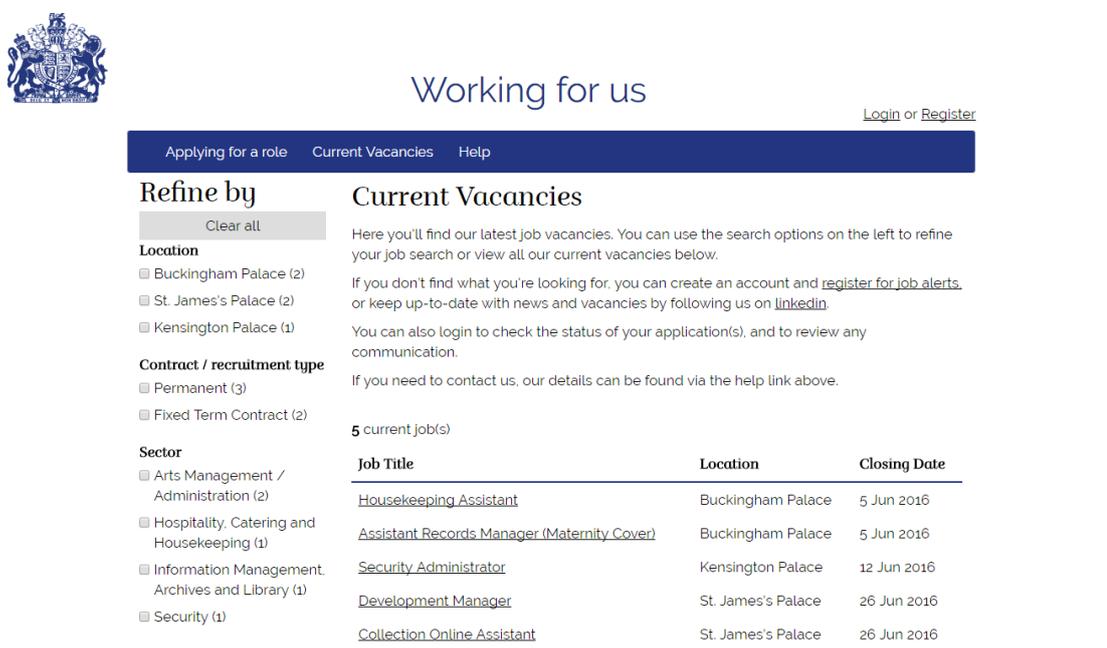
Compreende-se, a partir disso, que a organização Monarquia Britânica vale-se de expressões valorativas a fim de mostrar ao possível candidato à vaga, a importância do trabalho que ele irá realizar para a organização. Ao mesmo tempo,

<sup>11</sup> No original: “[...] the royal household is committed to ensuring that public money is spent as wisely and efficiently as possible, and to making Royal finances as transparent and comprehensible” (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016).

<sup>12</sup> No original: “[...] take care and be proud of their work [...] give great attention to detail means that you aim for the highest standards in everything we do [...] positive attitude means that you will be eager to engage in a variety of the staff support functions [...]” (*THE ROYAL HOUSEHOLD*, 2016).

parece atribuir a si certo padrão de excelência. Outro aspecto de Etzioni (1989) pode ser considerado com essa informação, no que diz respeito à substituição de pessoal, quando estes deixam de cumprir com as suas funções, gerando demissões, contratações, mas também possibilidades de transferência e promoção. Na Monarquia Britânica, por exemplo, os servidores do governo e do Estado, que trabalham na Casa Real, são as pessoas que podem ser afetadas por esse aspecto, pois desenvolvem um trabalho que não é vitalício como o dos membros da Família Real, portanto, passível de sanções. Ao mesmo tempo, esses servidores podem ser promovidos para outros cargos ou departamentos, como acontece em qualquer organização, quando o trabalho é reconhecido e, portanto, gratificado.

Figura 8 – Trabalhando para nós



The screenshot shows the 'Working for us' website interface. At the top left is the Royal Coat of Arms. The main heading is 'Working for us' with a 'Login or Register' link. Below this is a navigation bar with 'Applying for a role', 'Current Vacancies', and 'Help'. The 'Current Vacancies' section is active, displaying a list of 5 current job(s) with columns for Job Title, Location, and Closing Date. On the left, there are filters for 'Refine by' including Location, Contract / recruitment type, and Sector.

Job Title	Location	Closing Date
<a href="#">Housekeeping Assistant</a>	Buckingham Palace	5 Jun 2016
<a href="#">Assistant Records Manager (Maternity Cover)</a>	Buckingham Palace	5 Jun 2016
<a href="#">Security Administrator</a>	Kensington Palace	12 Jun 2016
<a href="#">Development Manager</a>	St. James's Palace	26 Jun 2016
<a href="#">Collection Online Assistant</a>	St. James's Palace	26 Jun 2016

Fonte: (THE ROYAL HOUSEHOLD, 2016)

Constata-se também, na maneira como a organização Monarquia Britânica escreve os textos do *website*, particularmente nas informações da Casa Real, um tratamento pessoal relacionado aos assuntos que envolvem as pessoas da organização, os servidores, mas também ao trabalho desenvolvido por eles. A Casa Real faz uso de pronomes como “você” e “nós”, em inglês, de modo a aproximar o leitor/visitante do *website* da organização Monarquia Britânica e das atividades desenvolvidas pelos seus departamentos. Percebe-se nisso, aparentemente, um

senso de comunidade, trabalho em equipe e união. Evidentemente, se isso concretiza-se ou não, por meio das informações aqui coletadas, não há como determinar.

A maneira como os servidores encaram os serviços que realizam para a organização Monarquia Britânica foi percebida em uma página do *website*, chamada *The experience*, como mostra a Figura 9. Nela, a descrição inicial diz,

A Casa Real é um lugar onde os empregos que poderiam ser rotina em outros lugares se tornam extraordinários. Excepcional é a norma aqui. E, embora cada funcionário tenha sua própria experiência individual, um conjunto de fatores exclusivos fundamenta tudo o que fazemos [tradução nossa]<sup>13</sup>.

Nesse aspecto, percebe-se que para a organização Monarquia Britânica, o trabalho na Casa Real trata-se de uma experiência.

**Figura 9 – A experiência de trabalho na Casa Real**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

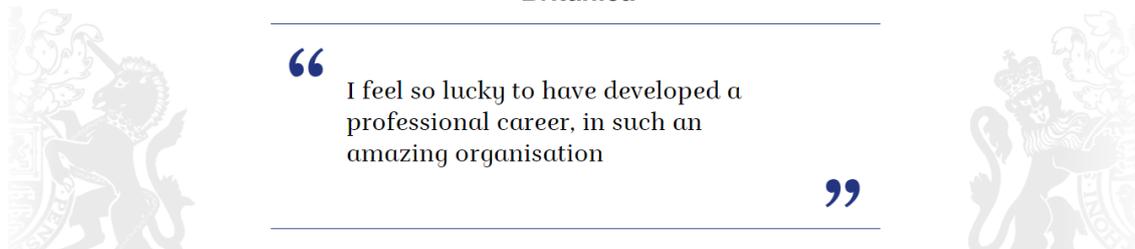
O significado de experiência, nesse quesito, pode contemplar sentimentos, sentidos e interpretações distintas, diretamente relacionadas com o conceito que cada indivíduo atribui ao termo. Destacam-se trechos encontrados nessa página do

<sup>13</sup> No original: "The royal household is a place where jobs that could be routine elsewhere become extraordinary. Exceptional is the norm here. And although every employee will have their own individual experience, a set of unique factors underpins everything that we do" (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

*website*, a fim de ilustrar as perspectivas de cada indivíduo dentro da organização Monarquia Britânica. Esse aspecto encontra respaldo nos conceitos propostos por Etzioni (1989) e Srour (1998), de que a organização, além de ser constituída por pessoas e possuir objetivos específicos, também existe enquanto unidade social, com objetivos comuns.

Os trechos em questão, no contexto deste estudo, são tratados como depoimentos, pois o termo foi considerado pelo pesquisador como o mais apropriado, tendo em vista a disposição dessas informações no *website*, apresentadas entre aspas, com destaque e fonte maior. Cabe ressaltar que não consta, no *website*, a identificação da pessoa que concedeu a declaração. A Figura 10, por exemplo, mostra o depoimento de uma servidora que diz: “Eu me sinto tão sortuda por ter desenvolvido uma carreira profissional, em uma organização tão surpreendente [tradução nossa]”. Nesse trecho percebe-se uma visão relacionada à trajetória profissional e a carreira da servidora. Além de uma valoração concedida à organização Monarquia Britânica, pelo termo “surpreendente” ao final da frase.

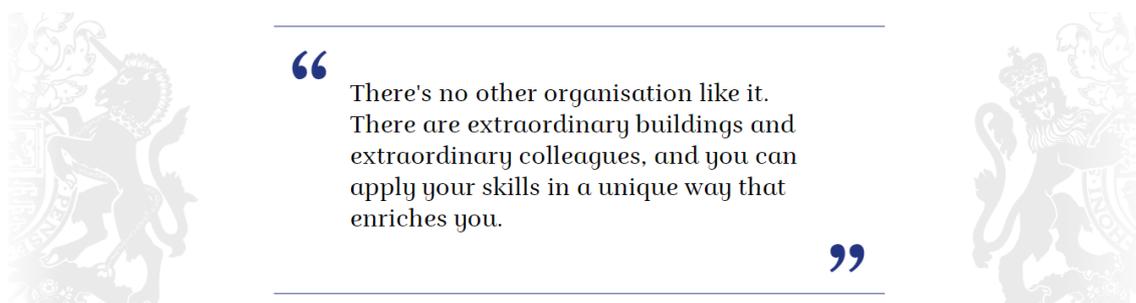
**Figura 10 – Depoimento de uma servidora sobre a sua carreira na organização Monarquia Britânica**



Fonte: (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016)

Em outro depoimento, como ilustra a Figura 11, verifica-se o apreço pela organização Monarquia Britânica, pelos colegas de trabalho e pela possibilidade de desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais. “Não há nenhuma organização como esta. Há prédios e colegas extraordinários, e você pode aplicar suas habilidades de forma única, que enriquece a você mesmo [tradução nossa]”.

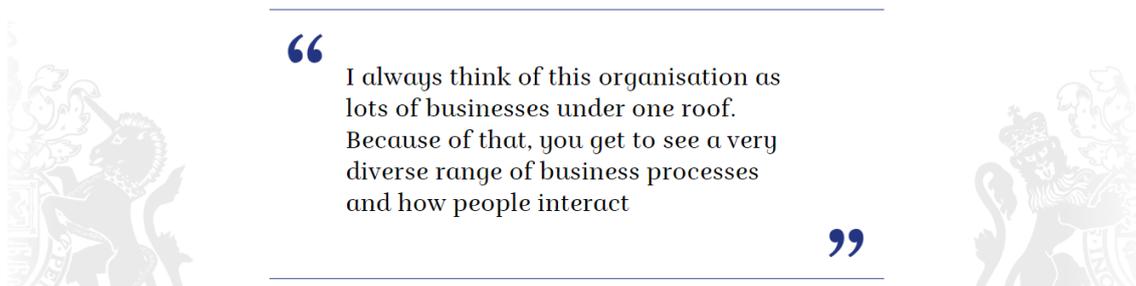
**Figura 11 – Depoimento sobre a organização Monarquia Britânica**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Já na Figura 12, o depoimento diz respeito a como as pessoas inseridas na organização Monarquia Britânica a percebem. “Eu sempre penso nessa organização como muitas empresas sob o mesmo teto. Por causa disso, você começa a ver uma gama muito diversificada de processos de negócio e como as pessoas interagem [tradução nossa]”.

**Figura 12 – Depoimento sobre a organização Monarquia Britânica**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Constata-se que a Casa Real, na função de administração central, juntamente com a função de recursos humanos ou gestão de pessoas da organização Monarquia Britânica, encarregam-se de garantir aos servidores o envolvimento com a organização. Isso é proporcionado pela possibilidade de crescimento profissional, reconhecimento das habilidades individuais, bem como pelo trabalho em equipe e união entre colegas. Além disso, pela oportunidade de as pessoas trabalharem em ambientes históricos, em meio aos palácios e obras de arte, que são característicos da organização Monarquia Britânica.

Em relação às funções organizacionais de produção, pesquisa e desenvolvimento e marketing, propostas por Maximiano (2004), não foram

encontradas informações no *website The Royal Family*, capazes de sustentar esses aspectos. Acredita-se que isso deve-se ao fato de essas funções estarem bastante vinculadas a um produto ou serviço, que é comercializado, ou seja, vendido, por uma organização. Conforme proposto por Srour (1998), as organizações, como coletividades, podem produzir um determinado bem ou serviço. Portanto, acredita-se que a organização Monarquia Britânica é produtora de um bem que não pode ser comercializado, pois não é tangível, mas sim de caráter simbólico. Esse produto da organização encontra-se no inconsciente de cada cidadão da sociedade britânica, mas também dos cidadãos dos países que fazem parte da Coroa, e até nos países ao redor do mundo que não tem envolvimento direto com a Monarquia Britânica.

Trata-se do sentimento de identidade nacional, do reconhecimento da Rainha Elizabeth II e dos membros da Família Real como representantes da nação. Essa perspectiva foi encontrada no *website*, nas informações sobre o papel da Monarquia, ilustrada na Figura 13, em trechos do que compreende-ser ser também a missão, razão de ser e, portanto, objetivo da organização Monarquia Britânica. Dentre os trechos, cita-se que “[...] em uma monarquia, um rei ou rainha é chefe de Estado [...] embora o Soberano não tenha mais um papel político ou executivo, ele ou ela continua a desempenhar um papel importante na vida da nação [tradução nossa]”<sup>14</sup>. Isso poderia ser entendido apenas como a explicação do que é a organização e do papel da monarca, mas encontra-se na página do *website* como uma informação sobre o papel da Monarquia Britânica.

**Figura 13 – O Papel da Monarquia Britânica**

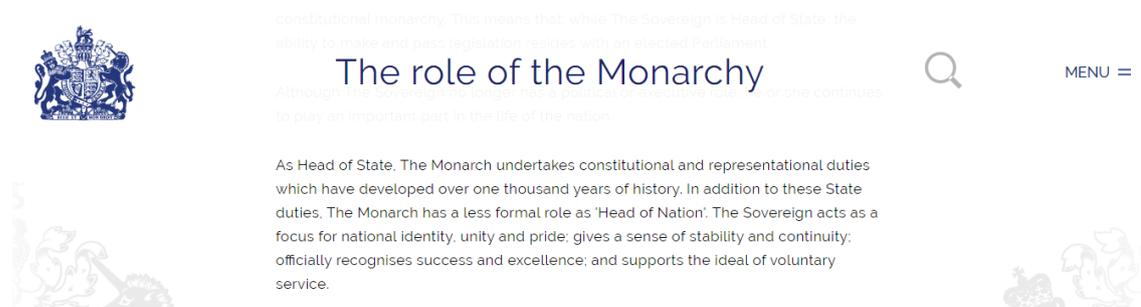


Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

<sup>14</sup> No original: “In a monarchy, a king or queen is Head of State. [...] Although The Sovereign no longer has a political or executive role, he or she continues to play an important part in the life of the nation” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

Outro trecho, como mostra na Figura 14, diz que “[...] o Soberano age com um foco para a identidade nacional, unidade e orgulho, confere uma sensação de estabilidade e continuidade; reconhece o sucesso e a excelência; e apoia o ideal de serviço voluntário [tradução nossa]” <sup>15</sup>. Percebe-se, com isso, que a organização Monarquia Britânica sustenta a sua missão por meio de um objetivo diretamente vinculado ao papel da Rainha Elizabeth II, e às ações desempenhadas por ela.

**Figura 14 – O Papel da Monarquia Britânica**

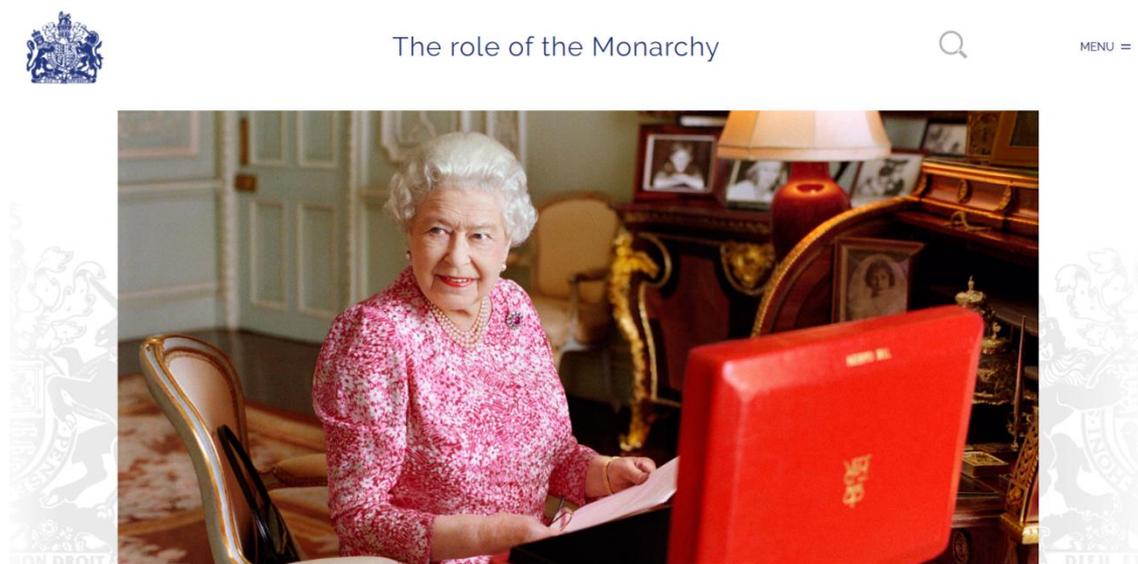


Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Constata-se, também, que a organização Monarquia Britânica ao falar de seu papel, não isenta a figura de sua fundadora. Pelo contrário, utiliza-se e vincula-se à imagem da Rainha Elizabeth II para ilustrar a própria página do *website* onde isso é apresentado, como mostra a Figura 15.

<sup>15</sup> No original: “The Sovereign acts as a focus for national identity, unity and pride; gives a sense of stability and continuity; officially recognizes success and excellence; and supports the ideal of voluntary service” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016).

**Figura 15 – O Papel da Monarquia Britânica**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Diante do exposto, pode-se inserir a organização Monarquia Britânica, na dimensão simbólica proposta por Srour (1998), na qual os meios de controle são exercidos por padrões culturais, mas também sociais e simbólicos. Acredita-se que para demonstrar esses padrões, a organização Monarquia Britânica utiliza-se das atividades desenvolvidas pela Rainha Elizabeth II e pelos membros da Família Real, assim como da comunicação da organização. Sendo assim, pela ação e pela comunicação, a organização exerce o poder, pois visa informar a outra parte do sistema, a sociedade, sobre os seus padrões culturais, sociais e simbólicos. Destaca-se que, conforme Simões (2001), quem detém a informação tem poder sobre a decisão do outro, ou seja, o uso dessa informação pode persuadir e ajustar comportamentos e expectativas no sistema monarquia-sociedade.

A partir disso, sustenta-se, também, que a organização Monarquia Britânica faz uso da função política, que seria a sétima função organizacional, proposta por Simões (1995), responsável pelas relações de poder no sistema monarquia-sociedade. Nessa função, a organização Monarquia Britânica busca demonstrar os padrões culturais, sociais e simbólicos, no exercício de poder que se dá por meio de instrumentos de ação, como eventos, cerimonial e protocolo, etc., mas também por instrumentos de comunicação, através de canais como *website* e redes sociais digitais, envio de *releases* para a imprensa, entre outros. Por meio da função política, a organização Monarquia Britânica busca garantir, em conjunto com as

demais funções organizacionais, a cooperação entre as partes do sistema monarquia-sociedade e a legitimação das tomadas de decisões, a fim de atingir o objetivo organizacional.

Percebe-se, com isso, que a Monarquia Britânica apresenta aspectos e características que permitem compreendê-la como uma organização, já que é formada por pessoas, com objetivos comuns e específicos, possui divisão de trabalho, funções organizacionais perceptíveis e estruturadas e, principalmente, gerencia sua função política. Por meio desta, inclusive, é que a sociedade britânica, os cidadãos da *Commonwealth* e as pessoas ao redor do mundo, conseguem identificar na Monarquia Britânica uma forma de governo vigente e perene. A boa gestão da função política permite que se (re) conheça a ação e a comunicação, ou melhor, que se tenha acesso à atuação e aos discursos da organização.

#### **4.2.1 A comunicação na Monarquia Britânica**

A forma como a organização Monarquia Britânica se comunica ocorre, entre outros aspectos e instrumentos, por meio dos eventos e visitas oficiais, apoios e patrocínios às instituições de caridade, bem como por canais oficiais como *website* e as redes sociais digitais. Essa maneira de comunicar encontra respaldo na teoria da função política, proposta por Simões (1995; 2001), em que políticas, normas e programas de ações, bem como instrumentos de comunicação, são as duas formas como se buscam e enviam informações em uma organização. Portanto, os eventos e visitas oficiais, bem como o apoio e patrocínio às instituições de caridade que a Rainha Elizabeth II e a Família Real realizam, enquadram-se dentro das políticas, normas e programas de ações da organização Monarquia Britânica. Isso pode ser ilustrado através da Figura 16, na qual o Príncipe Harry, juntamente com o Príncipe William e sua mulher Kate Middleton, Duque e Duquesa de *Cambridge*, aparecem envolvidos em uma campanha para acabar com o estigma em torno da saúde mental, intitulada como *#HeadsTogether*.

**Figura 16 – Apoio e patrocínio da Monarquia Britânica a instituições de caridade**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Em relação aos instrumentos de comunicação utilizados pela organização Monarquia Britânica, para divulgação e acompanhamento das atividades descritas acima, consideram-se, conforme proposta de Simões (2001), não somente de envio, mas também de recebimento de informações das partes do sistema monarquia-sociedade. Destaca-se, por exemplo, os instrumentos digitais de comunicação, como o *website The Royal Family* e os perfis em redes sociais digitais, como Facebook, Twitter, Instagram e uma conta no canal de vídeos YouTube.

Os instrumentos de comunicação, da maneira como foram encontrados e analisados pelo pesquisador, constituem-se como importantes auxiliares ao trabalho desenvolvido pela Rainha Elizabeth II e pelos membros da Família Real na organização Monarquia Britânica. Isso se dá, especialmente, pela transparência com que são divulgadas as atividades e informações referentes à organização, pelo menos no que diz respeito ao cumprimento do seu objetivo organizacional, tanto no Reino Unido quanto ao redor do mundo. A partir disso, os instrumentos de comunicação tornam-se também uma forma de manter a legitimidade da organização Monarquia Britânica perante os públicos.

Diante do exposto, entendeu-se como necessária uma breve exposição destes instrumentos de comunicação digital da organização Monarquia Britânica, a fim de entender suas estruturas, características, tipos de conteúdo, e como a organização os utiliza em benefício da cooperação no sistema monarquia-sociedade. A Figura 17 refere-se à página inicial do *website The Royal Family*, canal oficial de

comunicação da organização. Nele é possível encontrar notícias e eventos sobre a Monarquia Britânica, sua história e suas tradições, informações sobre os membros da Família Real e suas atividades, assim como da *Commonwealth*. Também explora residências e obras de arte de propriedade da organização. Destaca-se que o *website*, conforme abordagem de Simões (1995; 2001), caracteriza-se por ser um instrumento de comunicação de saída, que apenas leva mensagens, sem permitir a troca com a organização.

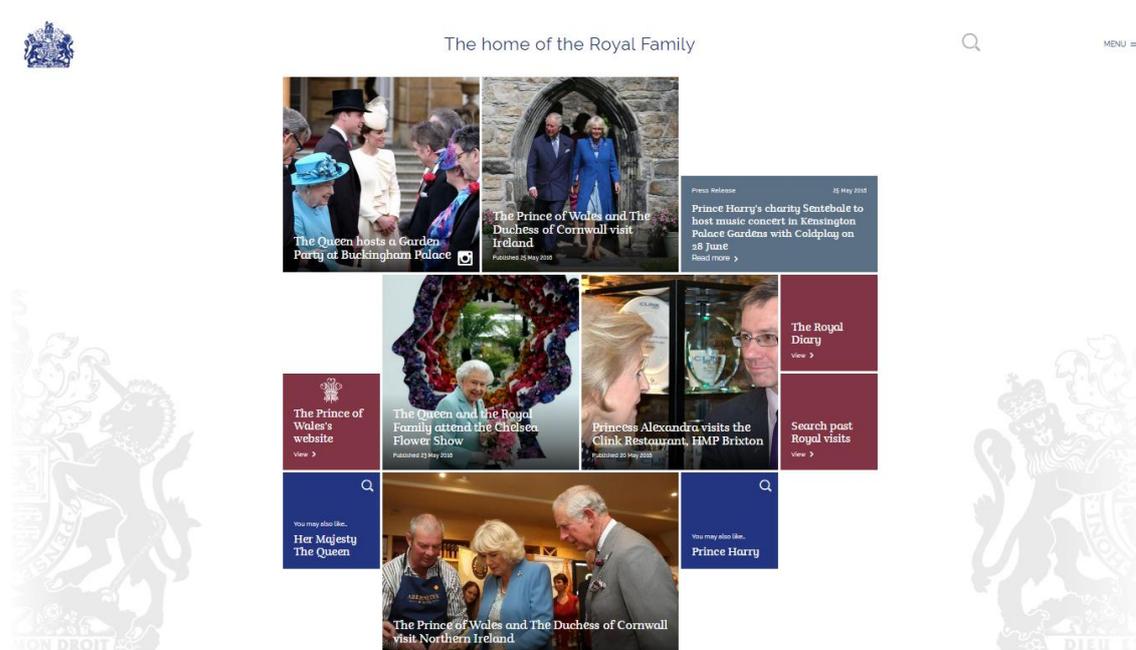
O *website* oficial da Monarquia Britânica foi lançado em 1997 e, desde então, já teve quatro versões, a segunda no ano 2001, a terceira em 2009 e a última lançada no dia 07 de abril de 2016<sup>16</sup>. Do ponto de vista estético, o *layout* do *site* atual apresenta-se em blocos de diferentes tamanhos com imagem e/ou texto, através dos quais se pode ter acesso às informações. O *website* não possui abas para navegação. Todo o seu conteúdo encontra-se na primeira página, o que, por vezes, dificulta a busca por informações. O excesso de dados, inclusive, é um ponto considerável nesse instrumento de comunicação, que compila desde dados históricos, documentos, fotos, vídeos até notícias e publicações nas redes sociais digitais, a respeito da Rainha Elizabeth II e dos membros da Família Real, e sobre a própria organização Monarquia Britânica.

Diante do contexto histórico que deu origem a sua fundação, da quase extinção dessa forma de governo no mundo e da inexistência de poderes políticos, justifica-se a quantidade e detalhamento das informações no *website* da organização. Visto que o objetivo, a razão da existência da Monarquia Britânica, é a representação da identidade nacional, do povo e da própria Família Real, o que se encontra materializado das mais diferentes formas nos conteúdos disponíveis nesse instrumento de comunicação que permite uma visão ampla da organização ao longo de toda a sua história.

---

<sup>16</sup> No original: “The re-launch of the British Monarchy *website*”; “New British Monarchy web site launched”; “New Royal *website* launched” (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016).

Figura 17 – Site Oficial da Monarquia Britânica



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

A página oficial da Monarquia Britânica na rede social digital Facebook, representada na Figura 18, constitui-se de um canal de comunicação que possibilita à Monarquia Britânica a interação com seus públicos. Ao mesmo tempo em que leva mensagens contendo informações, recebe mensagens por meio das possibilidades de interação do Facebook, como os botões “curtir”, “compartilhar” e “comentar”. Dentre os conteúdos divulgados nessa página, encontram-se principalmente fotos e vídeos das atividades realizadas pelos diferentes membros da Família Real, assim como pela própria Rainha Elizabeth II. As fotos e vídeos apresentam textos descritivos, mas também explicativos, no que diz respeito aos eventos tradicionais, como a Troca da Guarda Real, cerimônias, como a Abertura do Parlamento Britânico, datas comemorativas, o aniversário da Rainha Elizabeth II, por exemplo, e visitas oficiais, de um membro da Família Real a outro país, ou vice-versa. A página oficial da Monarquia Britânica na rede social digital Facebook foi criada em 2010 (BBC BRASIL, 2016), e até o fechamento deste estudo, a página possuía um total de 3.214.547 curtidas (FACEBOOK, 2016).

Cabe destacar que os eventos e cerimônias tradicionais que a Rainha Elizabeth II participa, juntamente com os membros da Família Real, constituem-se de instrumentos de comunicação mista. Conforme Simões (1995; 2001), esses instrumentos permitem o intercâmbio de informações através de um mesmo canal,

pois é de dupla via, ou seja, a comunicação se dá no sentido de processo e resultado. Sendo assim, contribui para o objetivo de legitimação da relação entre as partes do sistema. Na organização Monarquia Britânica, os eventos e cerimônias permitem com que a Rainha e a Família Real possam estar em contato com os seus públicos comunicando as suas decisões, ao mesmo tempo em que recebem desses públicos a concordância ou reprovação, expressas por saudações, gestos e/ou atitudes. Contudo, deve-se destacar que essa constatação possui limitações, pois se restringe à compreensão dos dados aos quais se teve acesso. Para uma generalização seria necessária uma observação direta nos eventos, o que não foi feito pelo pesquisador.

**Figura 18 – Página no Facebook da Monarquia Britânica**



Fonte: (FACEBOOK, 2016)

Na Figura 19 tem-se a página oficial da Monarquia Britânica na rede social digital Twitter, cuja própria descrição do canal da organização informa sobre o tipo de mensagens que são veiculadas. Trata-se de atualizações, fotos e vídeos do

Palácio de Buckingham, trabalho e atividades da Rainha e dos membros da Família Real, também a fim de cumprir com o objetivo da organização Monarquia Britânica. O Twitter, assim como o Facebook, permite a interação entre os públicos com a organização, por meio das opções “curtir”, “retweetar” e “responder”.

O funcionamento deste instrumento de comunicação, porém, limita o espaço da troca de mensagens em 140 caracteres. Por outro lado, faz com que o canal torne-se um disseminador de informações entre os outros canais oficiais de comunicação da Monarquia Britânica, por meio da publicação de *links* que remetem para outras páginas. Constitui-se, assim, de um instrumento misto, em Simões (1995; 2001), possibilitando constantes trocas no sistema monarquia-sociedade. Pode-se dizer que a organização Monarquia Britânica, com o uso do Twitter, aproximou-se de seus públicos, com menos formalidade, por meio da divulgação instantânea, por exemplo, dos bastidores que antecedem uma cerimônia tradicional. O perfil @britishmonarchy nesse canal de comunicação foi criado em 2009 (BBC BRASIL, 2016) e, em maio de 2016, possuía 22, 8 mil seguidores (TWITTER, 2016).

**Figura 19 – Twitter oficial da Monarquia Britânica**



Fonte: (TWITTER, 2016)

A Figura 20 mostra a página do Instagram oficial da Monarquia Britânica, que até o fechamento deste estudo, possuía 408 mil seguidores (INSTAGRAM, 2016).

Nela, por meio de imagens e vídeos, a organização exhibe para a sociedade os momentos públicos, nos quais a Rainha Elizabeth II e os membros da Família Real encontram-se na execução de suas funções cerimoniais e representativas. O perfil na rede social digital Instagram apresenta-se, como em Simões (1995; 2001) como um instrumento misto de comunicação, pelo qual há a possibilidade de entrada e saída de mensagens, assim como há interação entre a organização e os públicos. Isso acontece por meio de curtidas e comentários, mas também pelo envio dos conteúdos entre os usuários cadastrados.

O Instagram, da forma como se apresenta, tem sido um instrumento de comunicação da Monarquia Britânica, utilizado principalmente pelos membros mais novos da Família Real, dentre eles o Príncipe William e a sua mulher Kate Middleton, com a divulgação de fotos dos seus filhos, além do Príncipe Harry, com a divulgação das viagens e ações de caridade pelo mundo. Pode-se aplicar, na utilização desse canal de comunicação pela Monarquia Britânica, a máxima de que uma imagem, assim como um vídeo, vale mais do que mil palavras. Isso porque se trata de uma monarquia constitucional, na qual o poder político é exercido por um Parlamento, mas que tem na figura da Rainha Elizabeth II a imagem de representação do Reino Unido, da nação, e da própria organização.

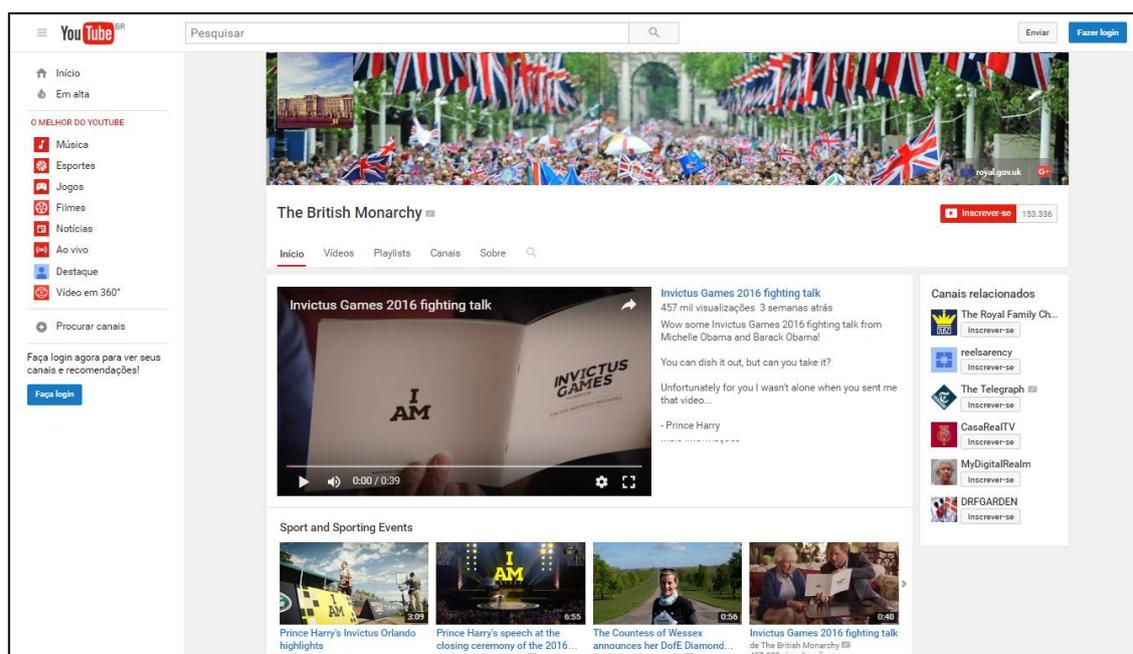
Figura 20 – Instagram Oficial da Monarquia Britânica



Fonte: (INSTAGRAM, 2016)

A Figura 21 refere-se ao canal de comunicação oficial da Monarquia Britânica no *website* de divulgação e compartilhamento de vídeos YouTube. Nesse canal, a organização Monarquia disponibiliza vídeos, de curta duração, sobre eventos e visitas de Estado, cerimônias tradicionais, discursos realizados, instituições de caridade apoiadas, patrocínios, projetos e campanhas sociais. Todas as informações registradas e divulgadas nos vídeos dizem respeito ao trabalho desenvolvido pela Rainha Elizabeth II e pelos membros da Família Real. No entanto, o canal atua, conforme Simões (1995; 2001) como um instrumento de comunicação de saída, por apenas levar mensagens aos públicos. A conta oficial da Monarquia Britânica no YouTube, possui 913 vídeos, 153.378 inscritos e 56.440.264 visualizações (YOUTUBE, 2016).

Figura 21 – Canal do YouTube Oficial da Monarquia Britânica



Fonte: (YOUTUBE, 2016)

Percebe-se nos instrumentos de comunicação digital da organização Monarquia Britânica uma uniformidade em relação aos conteúdos divulgados. Em geral, todos eles abordam o envolvimento da Rainha Elizabeth II e dos membros da Família Real para alcançar o objetivo da organização. As informações são disseminadas por todos os canais da mesma forma, no mesmo período, com ressalvas quanto ao formato de publicação estabelecido por cada instrumento. Porém, convém destacar que nem o *website The Royal Family*, nem as redes sociais digitais, divulgam e contêm questões e/ou informações sobre o Parlamento e as ações do governo britânico, com exceção dos momentos em que a Rainha Elizabeth II está presente, como a Abertura do Parlamento. Com base nisso, mostra-se nítida e delimitada a divisão de poderes e o papel da Monarquia Britânica e do Parlamento no Reino Unido. Além disso, busca-se evitar possíveis conflitos entre a forma e o sistema de governo, garantindo a cooperação entre ambos e, principalmente, a permanência da Monarquia Britânica na sociedade.

A análise desses instrumentos de comunicação da organização Monarquia Britânica, contribui para o melhor entendimento dos conceitos propostos por Simões (1995; 2001), dentre os quais que a informação é, além de matéria-prima da função política, um instrumento de exercício de poder. Trata-se da informação apta a influenciar a tomada de decisão no sistema monarquia-sociedade, o que ocorre

através da comunicação. Simões (2001) coloca a comunicação e o exercício de poder em uma linha tênue, visto que a comunicação, ao mesmo tempo que assume o sentido de informar, dependendo do contexto, pode também adotar o sentido de ordem e persuasão. Dessa forma, a comunicação se torna o meio pelo qual o poder é exercido. Em outras palavras, significa que o exercício de poder é realizado no processo de comunicação, por meio de instrumentos e canais específicos. Vale ressaltar, contudo, que a análise aqui proposta é parcial, visto que o pesquisador avaliou apenas o que é comunicado pela organização. Para ir além nas considerações sobre o papel da informação na Monarquia Britânica seria determinante considerar também a resposta do público receptor a respeito do que é comunicado.

Constata-se, no entanto, que há uma preocupação da organização Monarquia Britânica com a comunicação, em especial, com o gerenciamento das informações, visto que ela preza por ser “a fonte” da informação. Ou seja, independente das informações que são divulgadas sobre a Rainha Elizabeth II ou qualquer outro membro da Família Real em outros canais de comunicação, especialmente na mídia, em *websites* de tablóides ingleses, etc., o *website The Royal Family* e as redes sociais digitais oficiais, cujo redirecionamento é feito por meio do *website*, tem como política a autoridade, confiabilidade e legitimidade nas informações. Nesse sentido, pode-se dizer que há uma atividade de Relações Públicas no processo de comunicação, no que tange a gestão das informações, independente da existência ou não de um profissional formado nessa área, dado que não foi localizado pelo pesquisador. Assim como defende Simões (2001), a atividade de Relações Públicas é inerente às organizações, visto sua dimensão política, independente de elas terem ou não um profissional atuando junto a ela.

#### 4.3 AS BASES DE PODER LEGÍTIMA E RETÓRICA COMO FORMADORAS DO MITO

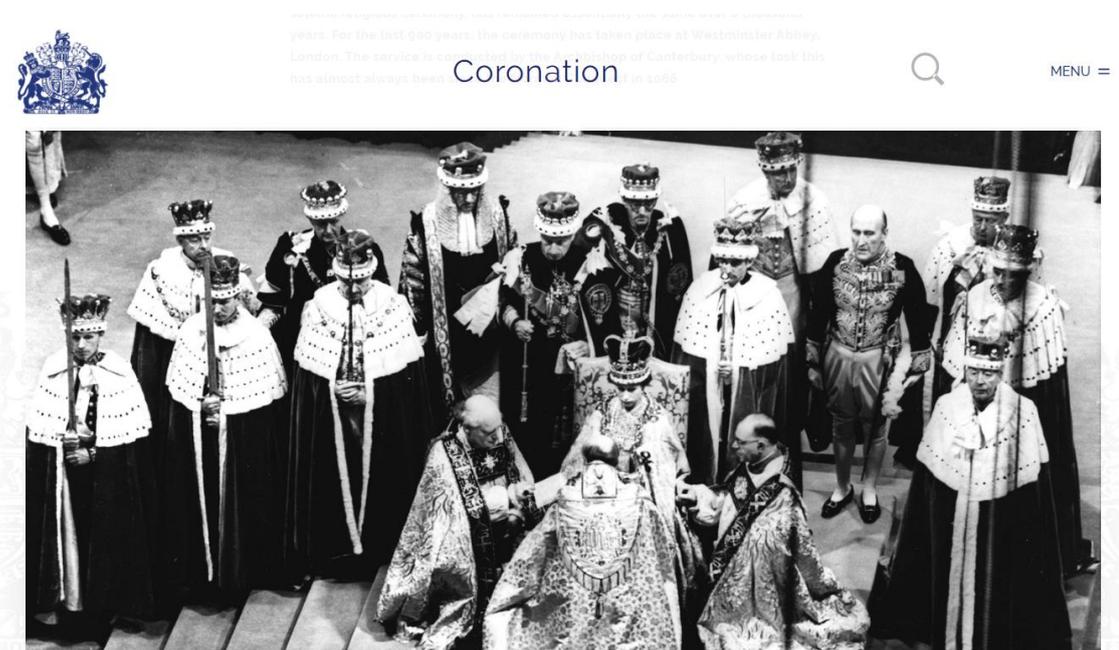
O *website The Royal Family* foi considerado, nessa análise, como um instrumento de exercício de poder, alicerçado nas bases legítima e retórica da função política, utilizado pela Monarquia Britânica em seu processo de comunicação, a fim de reforçar a formação do mito da Rainha Elizabeth II. Compreende-se esse instrumento dessa forma na medida que ele apresenta informações, dotadas de

argumentos histórico-objetivos, além de apresentar o discurso da organização Monarquia Britânica sobre a Rainha Elizabeth II. Diante disso, buscou-se classificar as informações selecionadas sobre a Rainha Elizabeth II em duas categorias, base legítima e retórica, conforme a proposta de Simões (1995), confrontando-as com os referenciais teóricos sobre mito.

### 4.3.1 Base Legítima

Na seleção das informações para compor essa base, entende-se por argumentos histórico-objetivos da base legítima as informações que concedem transparência à função da Rainha Elizabeth II. Eles explicam como e porque suas atividades acontecem e o que elas significam para a organização Monarquia Britânica. O primeiro deles, como mostra a Figura 22, refere-se à coroação da Rainha Elizabeth II, cujo rito expressa o mito da organização Monarquia Britânica. A coroação de um monarca consiste em um evento no qual o indivíduo recebe o cargo de Rei ou Rainha. Além disso, trata-se de uma cerimônia cercada de procedimentos e normas que a caracterizam como um rito. Conforme abordado por Eliade (1972), os mitos se constituem por meio de ritos que revivem momentos históricos importantes, narrando cerimonialmente os mitos.

**Figura 22 – A coroação da Rainha Elizabeth II**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Percebe-se no rito de coroação da Rainha Elizabeth II aquilo que Eliade (1972) propõe como sendo um resgate histórico de um momento em que os Entes Sobrenaturais, que para o autor são os personagens do mito no passado, obtiveram sucesso. Diante disso, compreende-se que o mito não está no indivíduo Elizabeth II, mas no que ela se tornou a partir do momento em que foi coroada, quando deixou de ser apenas uma jovem da nobreza, para se tornar a Rainha de uma nação. Esse aspecto também corrobora com a ideia de Campbell (1990) de que o mito tem relação com os estágios da vida, com os ritos/cerimônias em que o indivíduo passa da infância para a vida adulta. Verifica-se semelhante processo na coroação de Elizabeth II, quando ela deixou de ser apenas uma jovem da realeza britânica, para tornar-se Rainha de uma nação.

Destacam-se alguns trechos disponíveis no *website* sobre a cerimônia de coroação. A coroação é tida como

[...] uma ocasião de pompa e celebração, mas também uma cerimônia religiosa solene que se manteve essencialmente a mesma, a mais de mil anos. Durante os últimos 900 anos, a cerimônia foi realizada na Abadia de Westminster, em Londres. O serviço é conduzido pelo arcebispo de Canterbury, cuja tarefa tem sido quase sempre esta, desde a conquista normanda, em 1066 [tradução nossa]<sup>17</sup>.

Percebem-se, nesse trecho, elementos que corroboram com a proposta de Eliade (1972), para quem o mito conta uma história sagrada, mas verdadeira, porque se refere à realidade. Ou seja, a Rainha Elizabeth II, a partir da cerimônia de coroação, passou a carregar consigo toda a história de formação da Monarquia Britânica, ao mesmo tempo em que começou a fazer parte dela como Ente Sobrenatural, ou seja, como personagem do mito.

O fato de a cerimônia ser a mesma há 900 anos também vai ao encontro do que propõe Eliade (1972), no sentido de que o mito conta uma história sagrada, que é recuperada, revivida e evidenciada nos ritos. Considera-se que a história sagrada está atrelada ao rito da coroação, ao ambiente em que essa cerimônia foi realizada, na Abadia de *Westminster*, uma igreja de Londres, capital da Inglaterra, conduzida

---

<sup>17</sup> No original: “[...] an occasion for pageantry and celebration, but it is also a solemn religious ceremony, has remained essentially the same over a thousand years. For the last 900 years, the ceremony has taken place at Westminster Abbey, London. The service is conducted by the Archbishop of Canterbury, whose task this has almost always been since the Norman Conquest in 1066” (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016).

pelo Arcebispo de *Canterbury*, uma espécie de padre para os britânicos, em uma cerimônia religiosa.

Nesse aspecto, inclusive, percebe-se uma condição quase divina concedida ao rito, assim como ao mito Rainha Elizabeth II. Como se o ambiente em que foi realizada a cerimônia colocasse ela em uma posição semelhante à de Deus, passível de ser adorada e respeitada, mas também cercada de mistérios. Cabe lembrar, como já mencionado no capítulo três, que a Rainha Elizabeth II também recebeu na ocasião de sua coroação o título de chefe Suprema da Igreja Anglicana da Inglaterra, o que reforça sua condição de mito atrelada ao aspecto sobrenatural, místico, das funções do mito na proposta de Campbell (1990).

Outros dois trechos referem-se ao que consiste uma cerimônia de coroação, no primeiro deles:

A coroação do novo Soberano acontece alguns meses após a sua ascensão, depois de um período de luto e, como resultado da enorme quantidade de preparação necessária para organizar a cerimônia. Estão presentes e participam da cerimônia, representantes das Casas do Parlamento, Igreja e Estado, Primeiros-Ministros, líderes cidadãos da Commonwealth e representantes de outros países também [tradução nossa]<sup>18</sup>.

Já o segundo trecho relata que:

Durante a cerimônia, o Soberano faz o juramento de coroação. A forma e o teor têm variado ao longo dos séculos. Hoje, o Soberano compromete-se a governar de acordo com a lei, para exercer a justiça com misericórdia – promessa simbolizada pelas quatro espadas nos enfeites da coroação (as Jóias da Coroa) – e para manter a Igreja da Inglaterra. O Soberano é, então ‘ungido, abençoado e consagrado’ pelo Arcebispo, enquanto está sentado na cadeira do Rei Edward (feita em 1300, e usada por cada Soberano desde 1626). Depois de receber o orbe e o cetro, o Arcebispo coloca a Coroa de St’ Edward’s, na cabeça do Soberano. Após isso, é feita a reverência pelo Arcebispo de Canterbury e pelos membros mais velhos, e a Sagrada Comunhão é celebrada [tradução nossa]<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> No original: “The coronation of the new Sovereign follows some months after his or her accession, following a period of mourning and as a result of the enormous amount of preparation required to organise the ceremony. Present are representatives of the Houses of Parliament, Church and State. Prime ministers and leading citizens from the Commonwealth and representatives of other countries also attend” (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016).

<sup>19</sup> No original: “During the ceremony, the Sovereign takes the coronation oath. The form and wording have varied over the centuries. Today, the Sovereign undertakes to rule according to law, to exercise justice with mercy - promises symbolised by the four swords in the coronation regalia (the Crown Jewels) - and to maintain the Church of England. The Sovereign is then ‘anointed, blessed and consecrated’ by the Archbishop, whilst the Sovereign is seated in King Edward’s chair (made in 1300, and used by every Sovereign since 1626). After receiving the orb and sceptres, the Archbishop places

Entende-se, a partir dos trechos destacados acima, que o modo como é descrito o rito de coroação da Rainha Elizabeth II, por si, já pode ser considerado uma narrativa mítica, já que fala da história, como no trecho sobre a cadeira do Rei Edward, “(feita em 1300, e usada por cada Soberano desde 1626)”, o que reforça os aspectos históricos considerados na formação do mito tanto para Eliade (1972) quanto para Campbell (1990). Além disso, menciona o uso de símbolos, como a coroa, o orbe e o cetro, que foram entregues à Rainha durante a coroação, e que são símbolos reconhecidos popularmente pelas pessoas como pertencentes a um Rei ou Rainha. Campbell (1990) diz que pela leitura do mito é possível compreender a mensagem dos símbolos, ou seja, pela leitura da imagem da Rainha Elizabeth II, em sua coroação, é possível identificar pelos símbolos nos quais ela está envolta, o que representa a sua posição, como mostra a Figura 23.

Figura 23 – Foto da Rainha Elizabeth II após a coroação



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Outra informação que confere legitimidade a Rainha Elizabeth II como mito da organização Monarquia Britânica encontrada no *website* também se expressa nos elementos de um rito. Nesse caso, conforme a Figura 24, o rito trata-se da cerimônia de Abertura Oficial do Parlamento Britânico.

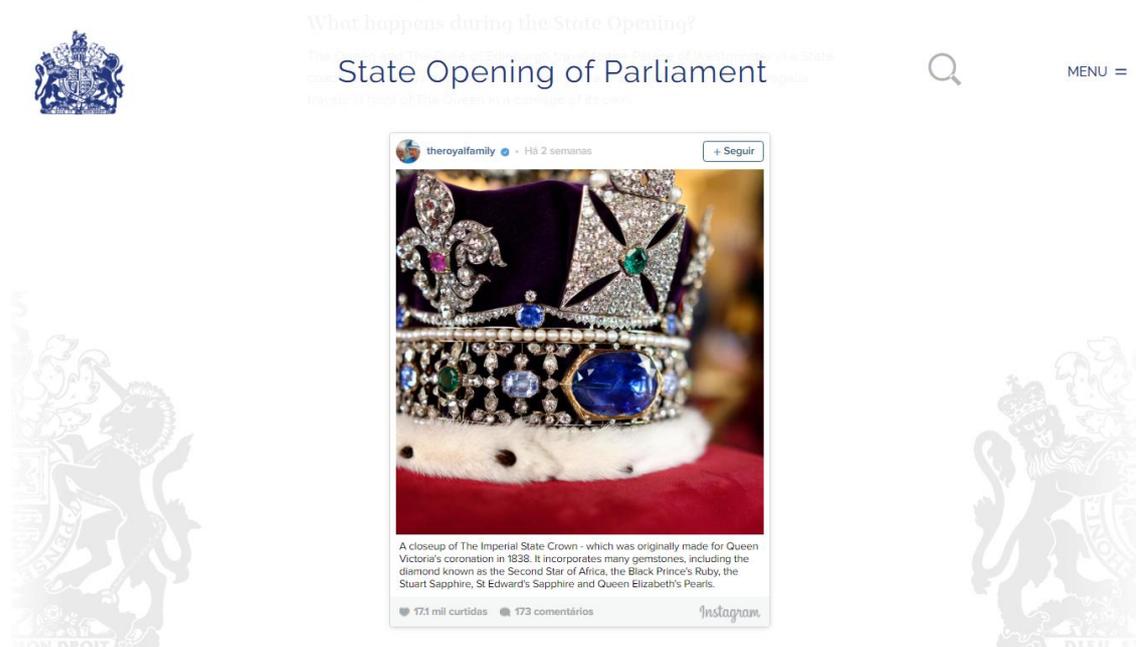
**Figura 24 – Abertura Oficial do Parlamento Britânico**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Compreende-se que nessa cerimônia, mas também em outros eventos tradicionais, ao encontro do que propõe Eliade (1972) sobre os mitos, a Rainha Elizabeth II atualiza-se e revive-se, pois aparece perante a sociedade da maneira como se encontrava no momento de sua coroação. Ela resgata os símbolos usados naquele evento, bem como a história por trás disso, da qual agora ela faz parte e da qual também é autora. Como ilustra a Figura 25, a coroa usada pela Rainha Elizabeth II na cerimônia de coroação é também usada na Abertura do Parlamento. Ou seja, por meio dela a Rainha torna-se reconhecida como tal. Isso vai ao encontro da analogia feita por Campbell (1990) ao papel de um juiz em uma corte do Tribunal, onde as pessoas não se levantam para o indivíduo, mas sim para a toga que ele veste e para o papel que ele desempenha.

**Figura 25 – A coroa da Rainha**



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Esse aspecto pode ser percebido em trechos da informação sobre a Abertura do Parlamento Britânico, divulgadas no *website* da Monarquia Britânica, que descrevem os procedimentos adotados durante a cerimônia, no que tange a atuação da Rainha Elizabeth II, em que consta:

A Rainha e o Duque de Edimburgo viajam para o Palácio de Westminster em uma carruagem, escoltados pela Cavalaria Real. A Coroa Imperial e os adereços viajam na frente da Rainha em uma carruagem própria. Após a chegada, a Rainha segue para um quarto onde ela veste o longo Robe de veludo carmesim e a Coroa. A Rainha então conduz um cortejo pela Galeria Real, que está repleta de convidados, até a Câmara dos Lordes. Os membros da Câmara dos Lordes usam vestes cerimoniais apropriadas, e os juízes do Supremo Tribunal de Justiça usam suas perucas. O funcionário da Casa dos Lordes conhecido como 'Black Rod' é então enviado para convocar a Câmara dos Comuns. Ele tem as portas fechadas na cara dele, representando simbolicamente a independência dos Comuns da Monarquia. O Black Rod precisa bater na porta três vezes com seu bastão ou cajado, antes que ela seja aberta e os 250 membros da Câmara dos Comuns possam segui-lo até a Câmara dos Lordes, que fica no extremo oposto ao Trono da Rainha [tradução nossa]<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> No original: "The Queen and The Duke of Edinburgh travel to the Palace of Westminster in a State coach, escorted by the Household Cavalry. The Imperial State Crown and regalia travels in front of The Queen in a carriage of its own. Upon arrival, The Queen proceeds to the Robing Room where she is bedecked in the long crimson velvet Robe of State and the Imperial State Crown. The Queen then leads the Royal Procession through the Royal Gallery, which is packed with guests, to the chamber of the House of Lords. Members of the House of Lords wear appropriate ceremonial robes, and judges of the High Court of Justice wear their wigs. The House of Lords official known as 'Black Rod' is then sent to summon the House of Commons. The door to the Commons is first symbolically slammed in

Percebe-se, com isso, a importância atribuída pela Monarquia Britânica à tradição, pelo modo como é conduzido o rito, e como a Rainha Elizabeth II insere-se nele. Vê-se aí a ideia de Abbagnano (1970), que atribui ao mito o reforço da tradição capaz de controlar a conduta dos homens. A Rainha Elizabeth II cumpre com esse papel ao reforçar a tradição em cada uma de suas aparições, conferindo aos eventos, cerimônias, entre outros, maior prestígio e valor. Compreende-se que a tradição é na organização Monarquia Britânica, o que dá sentido à ação humana e contribui para uma homogeneidade social.

Diante disso, percebe-se também que a Rainha Elizabeth II como mito tem em si a função sociológica, proposta por Campbell (1990), na qual o mito legitima uma ordem social. No caso em análise, a Rainha Elizabeth II legitima a organização Monarquia Britânica perante o Parlamento, sistema de governo da sua nação, mas também perante a sociedade. Serve-se disso pela sua conduta, que é modelo para alguns setores da sociedade, em especial, para os membros da própria Família Real.

A partir do que foi exposto, compreende-se a base legítima da função política nessa organização, atuante na preservação de uma identidade e de um sistema social, a Monarquia Britânica. As informações divulgadas sobre a Rainha Elizabeth II, em especial as selecionadas para este estudo, explicam como e por que ela tornou-se Rainha, e o que ela faz para manter-se no cargo. O rito de coroação tornou Elizabeth II a Rainha legítima, pois foi reconhecida como tal, com base na história, na hereditariedade e vitaliciedade do cargo. Já na Abertura do Parlamento Britânico, a Rainha confere legitimidade ao ato, pela sua autoridade, obtém o consenso dos membros do Parlamento a respeito da sua posição.

Da mesma forma, essa base de poder, em que forma-se o mito Rainha Elizabeth II, confere legitimidade a organização Monarquia Britânica, porque a Rainha Elizabeth II possui legitimação nas suas decisões. Essas decisões, que são as mesmas da organização Monarquia Britânica, visam obter a cooperação e, às vezes, alterar o comportamento de alguns setores da sociedade. Portanto, essa base de poder garante que, quanto mais legítima for a organização, melhor será o seu nível de Relações Públicas.

---

his face, which symbolises the Commons' independence from the monarchy. Black Rod then strikes the door loudly three times with his ebony staff, or rod, before it is opened, and the 250 Members of the House of Commons follow him back to the Lords Chamber, to stand at the opposite end to the Queen's Throne" (*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*, 2016).

### 4.3.2. Base Discurso

Na teoria da função política, Simões (1995) refere-se ao discurso verbal da organização. Porém, neste estudo, considerou-se também uma análise dos discursos estéticos, atrelando imagens e textos a fim de compreender como a organização Monarquia Britânica busca formar o mito da Rainha Elizabeth II por meio do instrumento comunicação que é o *website The Royal Family*. Entende-se, pelos discursos, tanto verbal quanto estético, que a organização Monarquia Britânica quando fala, escreve ou mostra a Rainha Elizabeth II, não o faz de maneira aleatória, mas sim por ela fazer parte de sua história, da história do Reino Unido, e até da formação de sociedades ao redor do mundo.

Como mostra a Figura 26, o *website* da organização Monarquia Britânica dedica uma página para uma mini biografia da Rainha Elizabeth II com informações sobre sua infância e educação, casamento e família, ascensão e coroação, jubileus e marcos, interesses, caridades e patrocínios. Embora o *website* apresente também uma mini biografia sobre outros membros da Família Real, constata-se maior concentração de informações referentes à Rainha. Essa questão reforça o que Eliade (1972) e Campbell (1990) falam a respeito dos mitos, os quais não existem sem a história como algo real e natural. Uma história que possibilite a construção de outras.

Figura 26 – Sua Majestade, a Rainha



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

Nessa página do *website*, encontra-se o seguinte texto:

A rainha governou por mais tempo do que qualquer outro monarca na história britânica, tornando-se uma figura muito amada e respeitada em todo o mundo. Seu extraordinário reinado acompanhou suas viagens de forma mais ampla do que outro monarca, realizando muitas visitas históricas no exterior. Conhecida por seu senso de dever e sua devoção a uma vida de serviço, ela tem sido uma figura importante para o Reino Unido e da Commonwealth em épocas de enorme mudança social. Sua Majestade continua a realizar um programa completo de compromissos, a partir de visitas a instituições de caridade e escolas, hospedando visitantes chefes de Estado, liderando a nação em eventos de recordação e comemorativos – todos apoiados por outros membros da Família Real [tradução nossa]<sup>21</sup>.

Do ponto de vista do mito, percebe-se no trecho “A rainha governou por mais tempo do que qualquer outro monarca na história britânica [...]” o que Eliade (1972) propõe como o mito “vivo”, que fornece modelos para a conduta humana. Sendo assim, a Rainha Elizabeth II pode ser pensada como o mito escolhido pela organização Monarquia Britânica para explicar seu surgimento e a função dessa

<sup>21</sup> No original: “The Queen has ruled for longer than any other Monarch in British history, becoming a much loved and respected figure across the globe. Her extraordinary reign has seen her travel more widely than any other monarch, undertaking many historic overseas visits. Known for her sense of duty and her devotion to a life of service, she has been an important figurehead for the UK and the Commonwealth during times of enormous social change. Her Majesty continues to carry out a full programme of engagements, from visits to charities and schools, to hosting visiting Heads of State, to leading the nation in Remembrance and celebratory events - all supported by other members of the Royal Family” (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

forma de governo no mundo. Em outro trecho “[...] tornando-se uma figura muito amada e respeitada em todo o mundo. Seu extraordinário reinado acompanhou suas viagens de forma mais ampla do que outro monarca, realizando visitas históricas no exterior”, principalmente pelo uso dos termos “uma figura amada”, “respeitada em todo”, “extraordinário reinado”, “visitas históricas” a questão ideológica do mito proposta por Sousa Filho (2006) fica evidenciada. Para esse autor, a ideologia é o que assegura a coesão social, na medida em que regula os vínculos que unem as pessoas, os papéis que elas desempenham ou as normas. Sendo assim, a Rainha Elizabeth II torna-se o ponto de união da sociedade, tanto em função do cargo que ocupa quanto das atividades que realiza, e para quem as pessoas atribuem adjetivos positivos. Além disso, Sousa Filho (2006) confere um papel simbólico à ideologia, afirmando que existe sempre um fundo mítico nela, que se baseia no desconhecimento do homem sobre sua própria existência e sobre a realidade do mundo no qual vive.

A organização atribui adjetivos valorativos para se referir à Rainha Elizabeth II, ao seu trabalho e reinado a fim de que isso se torne uma verdade para os cidadãos britânicos e para os países que abrangem a Monarquia Britânica. Porém, a afirmação de que a Rainha Elizabeth II é respeitada em todo o mundo e que suas visitas foram históricas, pode não ser assim percebida por pessoas do próprio Reino Unido ou por outros países ao redor do mundo. Por isso, como dito por Campbell (1990), é que o sentido do mito é percebido de maneiras diferentes nos indivíduos, pois se dá no inconsciente de cada um.

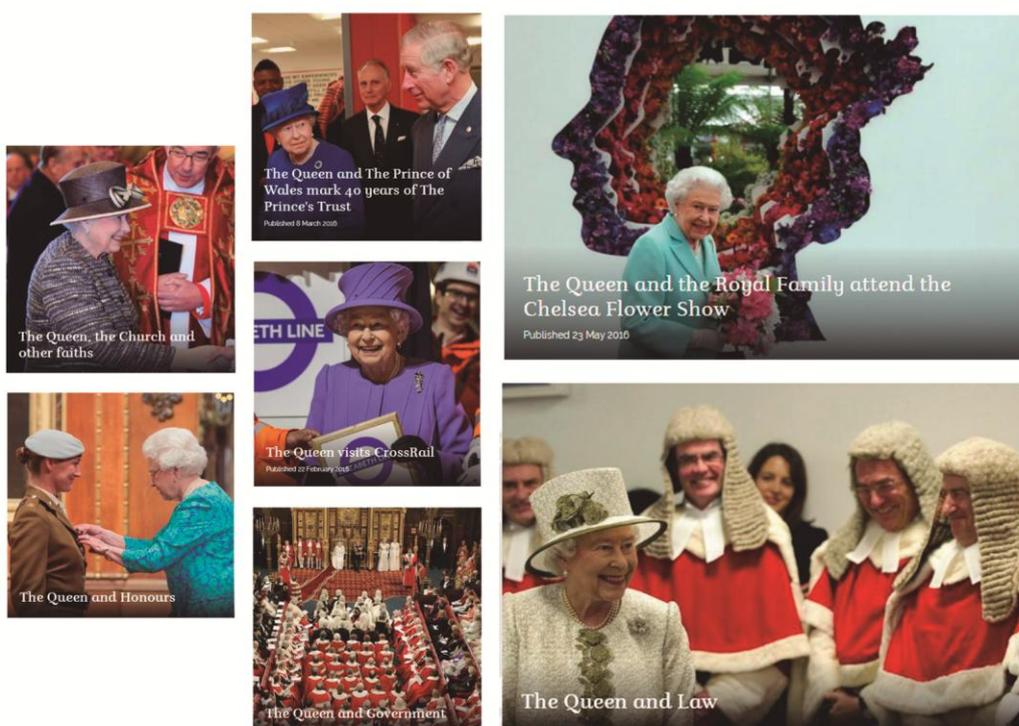
A ideia de que o mito desempenha uma função social e que as pessoas têm nele o seu ponto de união, proposta por Sousa Filho (1990), identificou-se no trecho “Conhecida por seu senso de dever e sua devoção a uma vida de serviço, ela tem sido uma figura importante para o Reino Unido e da Commonwealth em épocas de enorme mudança social [...]”. Entende-se que a Rainha Elizabeth II é uma pessoa que possui uma dedicação à função que desempenha e ao seu trabalho, principalmente pelo termo “senso de dever”. Essa expressão pode ser associada, por exemplo, a uma característica pessoal de um profissional, mas no caso da Rainha Elizabeth II, refere-se ao cargo que ela exerce, ou seja, ao dever de ser uma Rainha.

Já em “figura importante para o Reino Unido e da Commonwealth” identifica-se a união dos indivíduos que pertencem à sociedade da Monarquia Britânica no

reconhecimento da Rainha Elizabeth II como sua monarca, chefe de Estado e, portanto, representante da própria forma de governo. Isso se dá, novamente, pela história da Monarquia Britânica e da própria Rainha Elizabeth II, mas também pelos fatores ideológicos da sociedade que fizeram e fazem com que ela se torne uma figura central.

No *website The Royal Family* os discursos em torno da Rainha Elizabeth II apresentam-se também de maneira estética, como mostra a Figura 27, na qual a imagem da Rainha aparece sempre vinculada às palavras *The Queen* no enunciado das informações.

**Figura 27 – A Rainha e as informações**



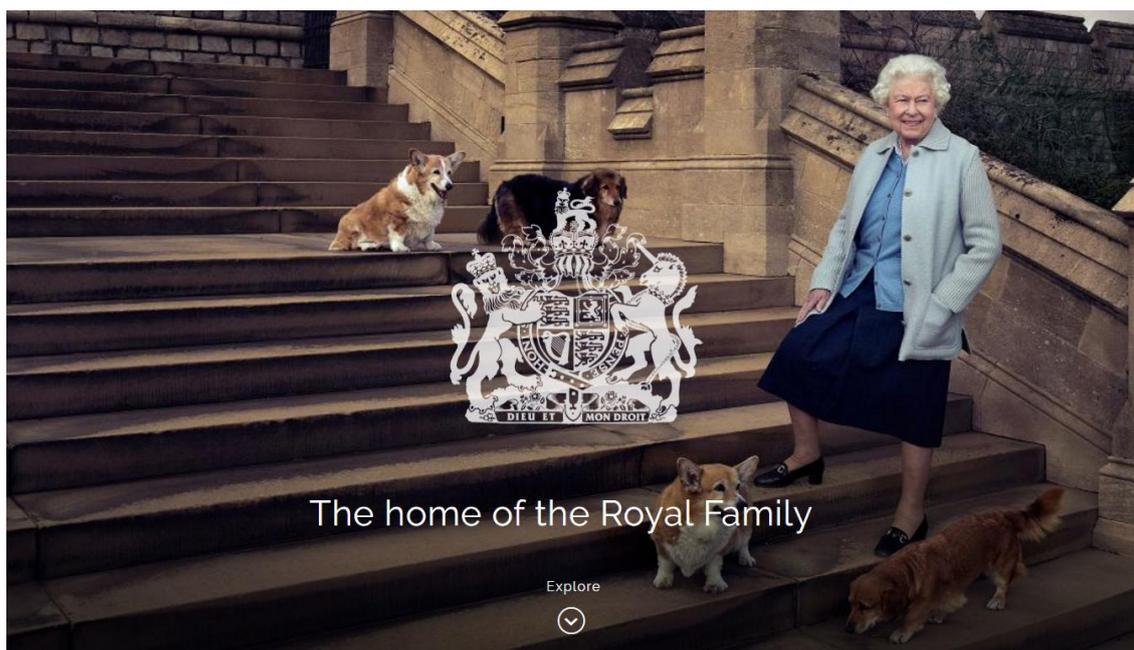
Fonte: Elaborado pelo autor (2016) com base no *website The Royal Family* (2016)

Acredita-se que a organização, ao optar por esse modo de composição das informações referentes à Rainha Elizabeth II, busca evidenciar a imagem da Rainha associada aos seus atos e ao objetivo da Monarquia Britânica. Em relação às imagens da Rainha, encontram respaldo na concepção de Campbell (2013) de que a leitura e interpretação dos mitos devem ser pensadas em imagens, visto que há mais realidade em uma imagem do que em uma palavra. Diante disso, a mensagem

que se encontra nas imagens da Rainha é de uma senhora de cabelos brancos, vestida com cores fortes, sempre de chapéu, com um leve sorriso no rosto e um semblante de tranquilidade. Porém, juntamente com as palavras *The Queen*, no enunciado, a mensagem carrega a importância do cargo, da função, da história, em que o significado, para quem assim o concebe, é o de representação de uma nação.

Consideram-se as imagens como um discurso da organização Monarquia Britânica que auxilia na formação do mito, já que a imagem se transforma em uma escrita, a partir do momento que obtém significado. As imagens, no contexto deste estudo, são as fotos da Rainha Elizabeth II encontradas no *website The Royal Family*, no modo como são divulgadas pela organização Monarquia Britânica. De modo que, o significado dessas imagens, embora possa ter uma intenção por parte da organização, é realizado e atribuído pelas diferentes leituras que os indivíduos, em particular, fazem delas. A Figura 28, por exemplo, trata da primeira página de acesso ao *website The Royal Family*, e apresenta uma imagem do desenho de um brasão, com uma foto da Rainha Elizabeth II em uma escadaria, possivelmente de algum castelo, cercada por quatro cães.

**Figura 28 – Tela inicial do *website The Royal Family***



Fonte: (WEBSITE THE ROYAL FAMILY, 2016)

O significado dessa imagem, na leitura do pesquisador, em razão do que se propõe, pode ser compreendido como um reforço ao mito da Rainha Elizabeth II na

Monarquia Britânica. Entende-se que a mensagem que a organização busca transmitir é de que a Rainha Elizabeth II, em sua imagem pessoal, constitui a própria organização. Verifica-se isso no uso de elementos que adotam o caráter de um símbolo, como o desenho do brasão, que é a identificação da Rainha como indivíduo, mas também da Monarquia Britânica como organização e, nesse sentido, pode ser compreendido como logomarca. Outra imagem, já apresentada neste capítulo, foi encontrada na página com informações sobre o papel da Monarquia, como ilustra a Figura 15.

Entende-se, por meio da presença dessa imagem no *website*, que o significado atribuído a ela é de que o papel da Monarquia Britânica é em si, o mesmo que o da Rainha Elizabeth II. Ou seja, que a organização Monarquia Britânica só existe, é reconhecida e se mantém, porque a pessoa Rainha Elizabeth II existe, é reconhecida como tal e atua para isso. Desse modo, a formação do mito nos discursos do *website The Royal Family* está na maneira como a organização Monarquia Britânica gerencia as informações sobre a Rainha.

Identifica-se esse aspecto no modo como a organização se refere à monarca: 1) descrevendo-a como “A Rainha”, “A Soberana”, suprimindo o nome de batismo, pelo cargo que ela ocupa; 2) nas informações sobre as atividades, eventos e cerimônias tradicionais que a Rainha Elizabeth II participa, que a torna um “mito vivo”, conforme Eliade (1972), pois fornece os modelos para a conduta da sociedade, conferindo significação e valor à existência de uma monarquia, assim como a de sua própria; e 3) pelas imagens encontradas, que mostram a aparência do mito, permitindo que a sociedade o conheça e reconheça-se nele, bem como o interprete, o que, por sua vez, varia de acordo com a cultura em que se encontra inserida a organização ou o indivíduo. Essa interpretação também se dá mediante as ideologias, crenças e relações que cada indivíduo constrói dentro de si.

Com base no que foi exposto, compreende-se a base retórica da função política nessa organização, atuante na divulgação do que a organização Monarquia Britânica fez, faz e motivações para as suas decisões. As informações divulgadas sobre a Rainha Elizabeth II, em especial as selecionadas neste estudo, explicam como a organização Monarquia Britânica refere-se à Rainha e ao tratamento que é dado às informações em relação a ela no *website*, canal de comunicação oficial. Isso é verificado em aspectos como a supressão de palavras, como o nome de batismo da Rainha Elizabeth II, passando a referir-se a ela apenas pela sua função, Rainha,

o que parece contribuir na formação do mito atribuído a essa função. Além disso, evidencia-se na seleção de imagens da monarca, na qual identifica-se um cuidado com a forma como a Rainha Elizabeth II irá aparecer e será percebida pelos públicos, ou melhor, pela sociedade.

Conclui-se, a partir das informações analisadas, que as duas bases de poder, efetivamente, não atuam sozinhas na formação do mito, pois ambas oferecem elementos que se completam. A base legítima está inserida na base retórica, pois fornece os argumentos que, ao serem colocados nos discursos da organização, garantem a esta a persuasão. Por sua vez, os discursos da base retórica são o caminho pelo qual os argumentos da base legítima extrapolam a organização, no sentido de que são comunicados para fora dela. Diante disso, o próprio *website The Royal Family* apresenta-se como um instrumento de comunicação, no qual se dá o exercício de poder entre a organização Monarquia Britânica e a sociedade. O *website* traduz os discursos da organização sobre a Rainha Elizabeth II e as suas decisões, bem como os argumentos que tornam essas informações legítimas perante o sistema monarquia-sociedade.

#### 4.4 LIÇÕES DA MONARQUIA BRITÂNICA PARA A ÁREA DE RRPP

Com base nos dados coletados e nas constatações feitas até aqui, julgou-se pertinente apontar, ainda que de maneira não determinante, contribuições dessa forma de governo às práticas de Relações Públicas, independente do formato de organização que atue, visto que a função política está presente em todos eles. Sabe-se que a designação Relações Públicas apresenta diferentes significados, em diferentes lugares do mundo, cuja discussão não é prioridade neste estudo. No entanto, convém destacar que existem boas ou más Relações Públicas em todo e qualquer lugar. Na organização Monarquia Britânica, percebe-se o bom uso dessas práticas, independente da existência ou não de um profissional em sua estrutura, nota-se uma clara gestão da função política no sistema, atribuição principal de Relações Públicas.

Um dos aspectos que permite essa percepção refere-se ao gerenciamento das informações nos canais oficiais de comunicação digital da Monarquia Britânica, dentre os quais o *website The Royal Family*, e as redes sociais digitais Facebook, Twitter, Instagram, além do canal de vídeos YouTube. Segundo a teoria da função

política, a informação é a matéria-prima de Relações Públicas. Portanto, precisa ser bem gerenciada e/ou administrada a fim de cumprir com o que se propõe e servir aos objetivos da organização. Na organização Monarquia Britânica, a gestão das informações é bem feita, pois todos os canais de comunicação oferecem uniformidade nas informações, apenas adaptando-as ao formato do conteúdo de cada canal de comunicação específico. Por exemplo, uma foto que é publicada na rede social digital Instagram, da Rainha ou de qualquer outro membro da Família Real é replicada nas redes sociais digitais Facebook e Twitter, e aparece também na primeira página no *website The Royal Family*.

Além disso, a Monarquia Britânica prima por ser a única fonte da informação, ou seja, toda e qualquer informação sobre a organização, a respeito da Rainha Elizabeth II ou dos membros da Família Real, são gerenciadas e divulgadas pela própria organização Monarquia Britânica. Isso foi percebido na própria apresentação do *website* e mostra-se um exemplo que organizações de outras naturezas poderiam seguir. Assim, evitam-se possíveis conflitos ou crises advindos de informações distorcidas, encontradas em canais de comunicação não oficiais ou fornecidas por pessoas que não possuem relação com a organização.

Outro aspecto que pode servir de lição para as práticas de Relações Públicas no exercício dessa atividade em setores/departamentos de comunicação interna ou recursos humanos nas organizações é a relação com o público interno. O relacionamento da organização Monarquia Britânica com os servidores do governo e do Estado, que prestam serviços para a Casa Real, pelos dados aos quais se teve acesso, parece estável e harmonioso. Nesse relacionamento percebe-se, por parte da organização, um valor atribuído às funções desempenhadas por seus servidores, bem como um senso de coletividade e trabalho em equipe, que foi relatado pelos próprios servidores ao longo dos materiais consultados. Além disso, identifica-se na organização a preocupação com a carreira e o crescimento profissional dos seus servidores.

Destaca-se também os apoios e patrocínios às instituições de caridade, realizados pelos membros da Família Real, que do ponto de vista de uma organização podem ser considerados como práticas de responsabilidade social e compromisso com o desenvolvimento sustentável. A preocupação com essas atividades é um reflexo da função dos membros da Família Real, evidentemente, bem como do bom uso de recursos públicos. Porém, proporciona à área de

Relações Públicas a reflexão e o aprendizado no que tange o desenvolvimento de ações e campanhas institucionais, das escolhas de divulgação, entre outros aspectos que evidenciem o comprometimento das organizações com o seu entorno. A transparência na divulgação dos apoios e patrocínios, além dos eventos desenvolvidos para as instituições de caridade, também se caracteriza como uma prática de responsabilidade social e Relações Públicas. Na medida em que a sociedade confia em uma organização, situações de crise ou conflito podem ser gerenciadas de forma mais amistosa e dialogada.

Ressaltam-se também os eventos e cerimônias da Monarquia Britânica, uma prática de Relações Públicas, utilizada nas organizações como um instrumento de comunicação que busca atingir um público específico. Sabe-se que o protocolo e o cerimonial de um evento variam em cada país, porém, ao observar os eventos da Monarquia Britânica, o que se observa são normas e regras de verdadeira diplomacia, que servem de exemplo para qualquer pessoa, profissional, profissão ou atividade.

Por fim, a perspectiva de que uma organização deve saber reconhecer, gerenciar, reforçar e legitimar seus mitos. A função do mito em uma organização pode ser determinante para a estabilidade do sistema.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender uma forma de governo, como a Monarquia Britânica, como uma organização, verificou-se, na sua estrutura, a existência da função política de Relações Públicas, responsável pelas relações de poder no sistema monarquia-sociedade. Essa função política encarrega-se do exercício de poder, como influência, realizado através da comunicação. Para tanto, utiliza-se de bases de poder, e no âmbito da comunicação, da base legítima e retórica, a fim de legitimar a organização, especialmente por meio do mito.

Quanto ao problema de pesquisa proposto, o qual buscava saber se é possível considerar a Monarquia Britânica como uma organização, na perspectiva da função política de Relações Públicas, acredita-se que foi respondido. Concluiu-se que a Monarquia Britânica possui características que a enquadram como uma organização. Por meio dos elementos do *website*, constatou-se que ela possui uma estrutura física, mas também organizacional, que é formada pelos membros da Família Real e os servidores do governo e do Estado, além de apresentar algumas funções organizacionais, em especial, a função política de Relações Públicas. Nesse sentido, o objetivo específico que buscava compreender a Monarquia Britânica como uma organização que possui uma função política também foi alcançado.

A partir da teoria da função política de Relações Públicas, buscou-se como objetivo geral analisar a Monarquia Britânica como uma organização que se mantém através das bases de poder legítima e retórica, especialmente pelo mito Rainha Elizabeth II. Teve-se também o objetivo específico de analisar como os discursos das bases de poder legítima e retórica contribuem para a formação e legitimação do mito Rainha Elizabeth II. Para isso, utilizando-se da pesquisa documental no *website The Royal Family*, verificou-se que a função política na Monarquia Britânica está muito ligada aos instrumentos de comunicação, os quais, na perspectiva da teoria da função política de Relações Públicas, constituem-se de instrumentos de exercício de poder.

Esses instrumentos são representados pelos eventos e cerimônias que a Monarquia Britânica promove, bem como pelos canais de comunicação digital. Reforça-se que os conteúdos veiculados nos canais de comunicação possuem uniformidade, são claros e expressam a visão oficial da organização. O aspecto da

gestão da informação pela Monarquia Britânica foi considerado como uma lição à prática de Relações Públicas em diferentes formatos de organização.

A partir da análise das informações encontradas no *website*, fez-se uma separação de elementos que poderiam compor a base legítima e contribuiriam para a formação do mito Rainha Elizabeth II nessa base, bem como elementos que poderiam compor a base retórica, e formar o mito Rainha Elizabeth II. As informações foram separadas em categorias conforme a proposta das bases de poder da função política. Para analisar os discursos buscou-se identificar e segmentar as mensagens, trechos de textos, imagens, aplicando uma análise dos dados a partir das significações que as informações fornecem. Com isso, à luz da pesquisa bibliográfica, realizou-se uma análise comparativa entre as teorias e a prática observada no estudo de caso. Diante disso, percebeu-se que as informações separadas como argumentos histórico-objetivos e discursos contribuem para a legitimação da Rainha Elizabeth II, e para sua formação enquanto mito da organização Monarquia Britânica. Consequentemente contribuem para a legitimidade da própria forma de governo. Frente a isso, considera-se que o objetivo geral e o segundo objetivo específico foram atendidos.

Para atender o último objetivo específico, num sentido propositivo, mas não conclusivo, o pesquisador identificou elementos na gestão da função política da Monarquia Britânica que contribuem para o repensar das práticas de Relações Públicas em outros tipos de organização. Dentre eles, destacou-se a gestão das informações da Monarquia Britânica, que envolve desde a centralização até a uniformidade de conteúdos nos canais de comunicação digital, assim como práticas de transparência, de responsabilidade social e de comunicação interna. Por fim, a questão do mito como um aspecto que pode ser trabalhado de forma consciente nas organizações, com vistas à manutenção da estabilidade do sistema.

Considera-se, sem dúvida, como uma limitação deste estudo, a impossibilidade de acesso a Monarquia Britânica, o que talvez também ocorresse se o estudo fosse realizado naquele país, dada a postura da organização em relação a sua exposição. Porém, dentro do que se teve acesso, acredita-se que foi possível perceber e reconhecer os objetivos propostos, principalmente, compreender o motivo da existência de uma Rainha e de uma monarquia em pleno Século XXI. Algo que parece tão distante, até característico das histórias de conto de fadas, mas que ao mesmo tempo, sempre foi realidade naquela nação.

O pesquisador reconhece, ainda, que ao propor a Rainha Elizabeth II como mito da Monarquia Britânica, considerou-se somente o ponto de vista das bases de poder da função política de Relações Públicas, descartando-se, por exemplo, fatores culturais tanto da organização quanto da sociedade na qual está inserida. Porém, este estudo não tem a pretensão de ser uma verdade nem de determinar conclusivamente os fatores pesquisados. Tentou-se, sim, propor a reflexão e aplicação de uma teoria de Relações Públicas em um objeto de escolha e apreço por parte do pesquisador. Afinal, assim como exposto por um dos autores neste estudo, cada indivíduo encontra no mito um aspecto que se relaciona com a sua própria vida.

Espera-se que este estudo contribua com as áreas de Relações Públicas e de Comunicação, no sentido de que é possível pensar outros tipos de organização em que essas práticas podem ser desenvolvidas. Além disso, fica também a possibilidade de aplicação de teorias estudadas ao longo da formação acadêmica em contextos variados, fugindo da dicotomia público-privado tão presente nos estudos de Relações Públicas.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N.. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1960.
- BBC BRASIL. **Conheça 30 fatos sobre a rainha Elizabeth 2ª**. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120530\\_rainha\\_facts.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120530_rainha_facts.shtml)>. Acesso em: 21 maio 2016.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 4. ed. Brasília: UnB, 1992.
- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis. Vozes, 1997.
- ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
- FACEBOOK. **The Royal Family**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/TheBritishMonarchy/?fref=ts>>. Acesso em: 20 maio 2016.
- FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 9. ed. São Paulo : Atlas, 1984.
- FERNANDES FILHO, Joaquim. Os mitos e ritos nas organizações contemporâneas. **Thesis**, São Paulo, ano VIII, n.18. p. 9, jun./dez. 2012.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTAGRAM. **The Royal Family**. Disponível em: <<https://www.instagram.com/theroyalfamily/>>. Acesso em: 20 maio 2016.
- KATZ, Daniel & KAHN, Robert. **Psicologia social das organizações**. São Paulo: Atlas, 1979.
- LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARR, Andrew. **A real Elizabeth**: uma visão inteligente e intimista de uma monarca em pleno século 21. São Paulo: Europa, 2012.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

MORGAN, Gareth. **A imagem da organização**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria geral da administração**: uma introdução. São Paulo: Pioneira, 2006.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. **Sistemas políticos e o modelo brasileiro**. 2.ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2012.

PRESTHUS, R.. **The Organizational Society**. New York: Knopf Press.1962.

SALDANHA, Alcides. **Parlamentarismo e demais sistemas de governo**: guia prático. Porto Alegre: AGE; RÍGEL, 1993.

SILVA, Mariângela Benine Ramos. **Ritos, rituais e cerimônias e suas implicações políticas nas organizações contemporâneas**. 2008. Mimeo.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas e micropolítica**. São Paulo: Summus, 2001.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas**: função política. 3. ed. São Paulo: Summus, 1995.

SOUSA FILHO, A. **Mito e Ideologia. Comunicologia**, Brasília, n. 1, 2006. Disponível em <[http:// www.ucb.br](http://www.ucb.br)>

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

*THE ROYAL HOUSEHOLD*. Disponível em: <<https://theroyalhousehold.tal.net/vx/lang-en-GB/mobile-0/appcentre-1/brand-3/candidate/so/pm/1/pl/4/opp/1159-Housekeeping-Assistant/en-GB>>. Acesso em: 23 maio 2016.

TWITTER. **The Royal Family**. Disponível em <<https://twitter.com/RoyalFamily>>. Acesso em: 20 maio 2016.

*WEBSITE THE ROYAL FAMILY*. Disponível em: <<https://www.royal.uk/about-site>>. Acessos em: 19; 20; 22; 23; 24; 25 maio 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUTUBE. **The British Monarchy**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/TheRoyalChannel>>. Acesso em: 20 maio 2016.